



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 28

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 18 de Junho de 2009

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 7 minutos)

Período de Informação Parlamentar:

Correspondência:

Após a leitura da correspondência, proferiram Declarações Políticas os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Helder Silva (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*), na sequência das quais usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Macedo (*PSD*), António Marinho (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Lizuarte Machado (*PS*) e os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Vasco Cordeiro*) e da Presidência (*André Bradford*).

No período destinado a Intervenções de Interesse Político Relevante, intervieram os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Duarte Moreira (*PS*) e Jaime Jorge (*PSD*), tendo usado da palavra nos debates subsequentes os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Helder Silva (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, entrou-se na Agenda da Reunião.

Agenda da Reunião

1. Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores”.

No debate da Proposta usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Rui Ramos (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Helder Silva (*PS*), António Marinho (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Graça Teixeira (*PS*) e a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*).

A Proposta foi aprovada por maioria.

2. Projecto de Resolução – “Criação de Selecções Desportivas Açorianas, estatutária e desportivamente integradas nas competições organizadas pelas respectivas Federações Desportivas Internacionais”, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, da Representação Parlamentar do PPM.

No debate do Projecto usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Carlos Mendonça (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Cláudio Almeida (*PSD*), José Cascalho (*BE*) e a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

3. Projecto de Resolução – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência no sentido de garantir que pelo menos um dos aviões da nova frota da SATA Air Açores fique estacionado na Ilha Terceira”, apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

No debate do Projecto usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Cascalho (*BE*), Berto Messias (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia, vamos iniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares nas respectivas bancadas para procedermos à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 7 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Soares da Silveira

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

António Maria Silva Gonçalves

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

Carla Patricia Carvalho Bretão Martins

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Jaime António Silveira Jorge

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Cria o Vale de Saúde”. Baixou à Comissão dos Assuntos Sociais.

Presidente: É tudo o que temos de correspondência, pelo que vamos avançar no PTAP.

Temos inscritos, para declarações políticas, três partidos: o Partido Popular, que vem de ontem, já não foi possível integrá-lo por questões de tempo; o Partido Socialista; e o Partido Comunista Português.

Dou a palavra, para uma declaração política, ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste plenário temos ouvido várias declarações políticas, todas legítimas, umas mais esotéricas que outras, sobre os resultados do último acto eleitoral para o Parlamento Europeu.

O Povo votou e julgou.

Nós preferimos, hoje, exercer uma vez mais o nosso dever de fiscalização do Governo em vez de discutirmos evidências.

Sendo assim vamos ao que interessa aos Açorianos.

A SATA é uma companhia estratégica e de fundamental importância para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Por isso mesmo deve merecer a nossa permanente atenção e cuidados redobrados nos investimentos que nela são feitos, ou por ela feitos, com dinheiros públicos, sobretudo numa época conturbada para o sector da aviação.

Dizia o Sr. Secretário Regional da Economia, na cerimónia de baptismo dos *Dash Q-200* e do novo *Airbus A320*, no início desta semana, que “o Governo dos Açores, ao actuar como accionista da SATA, não prescinde nunca do cuidado de zelar para que se consiga um bom ponto de equilíbrio entre as diversas vertentes que relevam, desde logo, para a primordial salvaguarda da sua existência e viabilidade, mas também para a qualidade do serviço que é prestado por esta empresa a todos os açorianos”.

No dia 15 de Junho, a SATA celebrou 62 anos de existência e baptizou três filhos: Um “newborn” – o A320 – e dois adultos, a que a SATA e o Governo chamam de os “novos Q-200”.

Eu digo novos, mas com a certeza de que, de novo, só têm a nova e dispendiosa maquilhagem da SATA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os *Dash Q-200* têm já a avançada idade de 12 anos. São aviões que começaram a voar em Março de 1997, com as matrículas N345PH e N347PH e MSN 476 e MSN 480, respectivamente.

Para sermos clarividentes e resumidamente, estes dois aviões são velhos, já nem se fabricam, estão em fim de linha e têm mais de 30.000 ciclos.

Custaram a exorbitante quantia de 15,6 Milhões de Dólares!

Tudo isto é ainda mais preocupante quando o próprio Governo admite que “a vida útil económico-técnica de uma aeronave turbo hélice é de cerca de 16 anos”.

Mas, Sr. Secretário, os *Dash Q-200* não são aeronaves turbo hélice e já não têm 12 anos de vida útil?

Dito por outras palavras: hoje gastam-se 15 Milhões de Dólares para daqui a quatro ou cinco anos estarmos a mudar de frota!?!...

A dúvida instala-se e, por isso, exige-se uma explicação do Sr. Secretário da Economia: É assim que o Governo quer garantir a salvaguarda e a viabilidade da SATA?

É ainda legítimo esclarecer, além do preço, a opção por este tipo de avião. E ao que parece a justificação foi o Corvo!

O avião chegou e, curiosamente, a obra de requalificação do aeródromo não começou. Que tipo de planeamento é este, Sr. Secretário?

Mas então, também se pergunta, não existiriam no mercado outras alternativas como, por exemplo, o novíssimo – e repito, novíssimo – *Dornier 228 New Generation*, em fabrico?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Olhemos agora para os novos (estes, verdadeiramente novos) *Dash Q-400*.

A SATA, no processo de escolha dos aviões, apresenta como argumento para preferir os *Dash Q-400* ao *ATR 42-500* o facto deste último estar em fim de produção.

Então, Sr. Secretário, por maioria de razão o mesmo argumento devia aplicar-se ao *Q-200* que, além de ser velho, já não se fabrica.

E mais: verificamos que a SATA, no processo decisório relativamente ao *Q-400*, fez comparações com o ATP e com o *ATR 42-500*, mas não fez com o futuro *ATR 42-600*, que entra ao serviço em início de 2011 e que vence o *Q-400* em todos os parâmetros comparáveis – eu repito: vence o *Q-400* em todos os parâmetros comparáveis.

E importa deixar claro que o *ATR 42-600*, se é essa a ambição da SATA, também permitia à SATA voar para o Funchal e para as Canárias, com o mesmo conforto e rapidez que o *Q-400*.

Ou seja, por um ano, apenas um ano – repito –, a SATA rejeita duas opções de futuro e aquela que seria a escolha mais racional, mais económica e que melhor se adaptaria às especificidades e aos interesses dos Açores e dos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É de primordial importância que o Governo Regional, enquanto accionista da SATA, explique, e muito bem, aos Açorianos a discrepância de preços verificada entre os dados constantes do Memorando da SATA e a divulgação pública feita pela Bombardier, aliás na presença do Sr. Presidente da SATA, Gomes de Meneses, relativamente ao preço final dos novos *Dash Q-400*.

Isto porque o documento de trabalho da SATA justifica a opção pelo facto de os quatro novos *Q-400* custarem 96 Milhões de Dólares, enquanto que a Bombardier anunciou um contrato com a SATA de 113 Milhões de Dólares, para o *Dash 400*. Há aqui uma discrepância que é preciso explicar.

Afinal, quanto é que custam os novos *Dash Q-400*?

Por outro lado, importa lembrar que se a opção tivesse recaído nos aviões *ATR* a Região poderia ter recorrido à utilização de fundos comunitários, o que resultaria numa poupança de cerca de 50% do total do investimento realizado.

Pergunta-se: Podem os Açores e os Açorianos dar-se ao luxo de prescindir de apoios de tal envergadura?

A estratégia comercial da SATA não é, no nosso entender, a melhor e o CDS-PP não pode deixar de lembrar que a SATA é uma empresa Açoriana que, em primeiríssima instância, tem de servir os Açorianos.

Aliás, mais do que renovar a frota, as cores e o design, a SATA Air Açores está a renovar a sua própria designação comercial. Quase que sem darmos por isso, a SATA está, inexplicavelmente, a perder a palavra “Açores” por troca com a palavra “Atlântico”. Não havia necessidade!

São opções, maioritariamente, de cariz político que, oxalá, não nos venham a sair caras no futuro.

O CDS-PP, pela sua parte, teria tomado opções bem diferentes. Desde logo porque uma das mais importantes premissas de avaliação de propostas seria, sem dúvida, o superior interesse dos Açores e dos Açorianos.

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão naturalmente abertas as inscrições para participar no debate, ao abrigo do artigo 74.º do nosso Regimento.

Para já, tenho inscrito o Sr. Secretário Regional da Economia.

Tem a palavra, Sr. Secretário, faça o favor.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, para começar, gostaria de dizer que tenho todo o gosto em esclarecer algumas das dúvidas que o Sr. Deputado aqui colocou. Parece-me, aliás, que são importantes, que devem ser esclarecidas e têm, efectivamente, a sua explicação.

Em primeiro lugar, é necessário clarificar como decorre o processo de escolha de novos aviões. O processo de escolha de novos aviões não decorre com um grupo de administradores da SATA sentados à volta de uma mesa a dizer: “Eu gosto mais deste” ou “Eu gosto mais daquele”.

Deputado João Costa (PSD): Parece!

O Orador: A SATA contou com a colaboração da Universidade de Cranfield, em Inglaterra, que fez uma análise técnica, científica, às opções colocadas em cima da mesa. Este é o primeiro aspecto que me parece importante relevar, porque – embora eu acredite que não tenha sido essa a intenção – a forma como o Sr. Deputado Artur Lima colocou a questão poderia, se não tivermos em conta este aspecto, dar a ideia de que a opção pelas novas aeronaves da SATA foi tomada de forma leviana, de forma pouco cuidada e sem fazer uma análise rigorosa, dos pontos de vista técnico e económico, daquela que era a melhor solução para os Açores. O primeiro ponto que gostaria de deixar claro na câmara é exactamente este: a SATA recorreu a serviços especializados nesta questão de transportes aéreos para determinar a melhor opção para os Açores.

A segunda questão que me parece importante salientar, no âmbito da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, tem a ver com a idade dos *Q-200*. Efectivamente, não são novos, no sentido de serem novos de fábrica.

Há um aspecto que temos de ter em conta: poder-se-ia pensar que nós chegámos à Horizon Air, a quem foram adquiridos os aviões, e dissemos: “Bom, nós gostamos desses dois. A Universidade diz que esse tipo de avião é o adequado e nós levamos esses dois, que têm 11 anos. Portanto, fica o assunto resolvido”. Mais uma vez, é necessário ter presente que os aviões, com 11 anos de actividade, o *SN-476* com 25.863 horas de voo e o *SN-480* com 25.430 horas de voo, foram completamente dissecados, digamos assim, nas oficinas da Bombardier, que é o seu fabricante, no sentido da revisão completa do avião e no sentido também da sua adequação às exigências regulamentares europeias em termos de aviação civil.

O Sr. Deputado Artur Lima falou na questão dos anos. Certamente todos nós reconhecemos que a venda e compra de aviões não se faz apenas em relação a aviões novos. Gostava de lhe dar alguns dados que me parecem importantes para ajuizarmos do mérito ou demérito, da normalidade ou anomalia desta decisão da SATA. A Air Canada Jetz tem 64 *Q-200* ao

seu serviço; a média de idade desses aviões é de 19,8 anos. A Piedmont Airlines, que faz parte da US Airways Group, tem 53 *Q-200* ao seu serviço; a idade média desses aviões é de 18,1 anos. A Olympic Airlines, da Grécia, tem quatro *Q-200* ao seu serviço; a idade média dos mesmos é de 16 anos.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Tudo companhias de bandeira!

O Orador: Há 52 outros operadores em 26 países que têm um total de 189 *Q-200* em actividade; a idade média desses *Q-200* é de 17,1 anos.

Outro dado que me parece importante tem a ver, concretamente, com aquilo para que o avião está construído. Se um avião tem uma previsão de determinadas horas de voo, se tem uma previsão de determinados ciclos, é isso que nos vai fundamentar se é um bom ou um mau negócio. Se este avião, por exemplo, está previsto para 30 mil horas de voo, comprar um avião com 25 mil horas de voo é, seguramente, um mau negócio. Comprar um avião que esteja previsto para 40 mil ciclos quando tem 37 mil ciclos é, seguramente, um mau negócio. Mas não é este o caso.

Gostava de dizer que a série *Q-200* está construída para 80 mil horas de voo. Repito: 80 mil horas de voo. Nós estamos a adquirir um avião com 25 mil horas de voo. Por outro lado, a série *Q-200* está construída para 80 mil ciclos de voo. Nós comprámos um avião com 37 mil ciclos. A série *Q-200* está construída para uma vida útil de 36 anos; o *SN-476* tem 11,9 anos e o *SN-480* tem 11,7 anos.

Penso que, em função destes dados, é claro e objectivo que a opção de aquisição da SATA, tendo em conta a oferta disponível no mercado foi, efectivamente, uma opção norteada por critérios que nada ferem, quer em termos da sua análise objectiva enquanto tal, quer em termos da sua análise comparada com aquilo que é a prática de outras companhias.

Há mais uma questão que o Sr. Deputado Artur Lima focou e que me parece importante salientar, no âmbito desta intervenção, que é: “Não havia outras opções? Mas, então, os senhores optam pela Bombardier? Não havia outras possibilidades?” Havia, sim senhor. Havia as possibilidades que foram apresentadas pelos fabricantes na altura. Aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima se esqueceu de referir...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não me esqueci, não senhor!

O Orador: Esqueceu-se, sim senhor.

...foi que a última unidade do *ATR-72500* foi disponibilizado pela ATR para entrega à SATA em Março de 2011, um ano depois da entrega da última aeronave, segundo o compromisso com a Bombardier. Mais ainda: nós não estamos a falar do *600*, ou seja, nós não estamos a falar da mesma aeronave que o Sr. Deputado Artur Lima referiu. Nós estamos a falar de uma aeronave que já está a ser fabricada e que, mesmo assim, só seria disponibilizada à SATA em Março de 2011.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O último!

O Orador: Concretamente, o que temos era que o *ATR-72500* – o último, foi o que eu disse – seria disponibilizado nessa altura.

Mas há mais algumas questões.

Nas conversações que existiram entre a SATA e os dois fabricantes que concorreram, a ATR nunca colocou como hipótese à SATA o *ATR-600*, colocou sempre como hipótese à SATA o *ATR-500*. O *ATR-500*, em termos de soluções de capacidade perde, efectivamente, para a Bombardier.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Por pouco.

O Orador: Mas perde.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que abreviasse.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

Havia mais questões mas, infelizmente, a declaração do Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vamos voltar a discutir isto.

O Orador: Com certeza, estou inteiramente disponível. Mais do que disponível, estou desejoso de esclarecer isso, se efectivamente houver a possibilidade.

Gostava apenas de salientar um único aspecto, com a tolerância do Sr. Presidente, porque me parece relevante.

A SATA não está a perder a palavra *Açores*.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está quase.

O Orador: Não está a perder a sua identidade açoriana, nem vai perder a sua identidade açoriana.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Esteve quase!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Atlântica!

O Orador: *Atlantic and you*, exactamente.

A SATA não vai perder a sua identidade açoriana. Agora, nós não podemos esquecer o seguinte: nós podemos e devemos exigir muito à SATA, mas só podemos fazer qualquer uma destas coisas enquanto existir SATA, porque quando deixar de existir SATA não haverá nada a exigir, não haverá nada a pedir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Com esta gestão ela vai acabar depressa.

O Orador: E, em relação àquela que tem sido a prestação da SATA, eu gostava de vos convidar a fazer esta análise: a TAP teve, em 2008, mais de duas centenas de milhões de euros de prejuízo. A SATA teve dois vírgula tal milhões de euros de prejuízo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Dois?

O Orador: O Grupo SATA.

Deputado João Costa (PSD): Isso é que é uma boa comparação!

O Orador: Quando a IATA estima que em 2009 o sector da aviação civil terá perdas no valor de 9 biliões de dólares, efectivamente nós não podemos considerar estarmos num sector que está à vontade, é um sector que tem constrangimentos.

A SATA tem feito uma gestão da situação e o que foi dito naquela intervenção no dia 15 é exactamente assim: o Governo, enquanto accionista, não prescinde de fazer isso. E se o senhor leu o discurso – como reconheço que leu – terá visto que mais abaixo há uma parte que diz que é isso que viabilizará ou condicionará uma abordagem comercial mais dura ou uma visão mais colectivista ou comunitária da empresa. Essa é a função que o Governo cumpre.

Se nós falarmos do ponto de vista de desejo, Sr. Deputado Artur Lima, o que eu mais gostaria era que, sempre que um açoriano se lembrasse que precisa de viajar – a começar por nós – tivesse à sua disponibilidade um avião, a qualquer hora do dia ou da noite, com serviço de primeira classe em todo o avião...

Deputado João Costa (PSD): Uns estão mais perto, outros estão mais longe!

O Orador: ...com jornais, com vendas a bordo, com tudo isso. Era disso que eu gostaria, mas a minha função aqui é separar aquilo de que eu gostaria, e de que todos nós gostaríamos, daquilo que é a realidade em termos de gestão empresarial e daquilo que é necessário fazer para que a empresa possa ter, cada vez mais, a sua viabilidade económica e possa afirmar-se em termos de companhia açoriana no mundo.

Era assim que eu terminaria o meu discurso, o que também responde à última parte da questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Eu vou fazer uma intervenção sem qualquer tipo de alarmismo em relação a esta questão.

O avião da Ilha do Corvo está novamente avariado. Eu próprio, há cerca de 15 dias, testemunhei uma outra avaria: quando estava a sobrevoar a Ilha do Corvo, tivemos de regressar à Terceira, porque o trem de aterragem não permitia uma aterragem em condições. As avarias no *Dornier* são algo que está a suceder com muita frequência. Evidentemente que a aeronave está à beira de ser substituída.

A questão que lhe coloco...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas eu não lhe posso responder.

O Orador: ...mesmo assim, a questão que coloco a esta câmara, a preocupação que quero aqui descrever... – assim já está bem, Sr. Secretário da Presidência, assim já lhe serve?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A mim já me serve.

O Orador: Então, eu continuo.

...em primeiro lugar, é a seguinte: em relação ao *timing* em que deveriam ter sido realizadas as obras na pista do Corvo, considero que aquele não está a ser, de facto, adequado. Estamos, nesta época do ano, à beira da substituição da aeronave e as obras não foram realizadas. Isto é algo que é factual, é um facto: não foram aqui seguidos os *timings* correctos, há aqui um atraso injustificado.

A segunda questão que lhe quero colocar a si e também à câmara tem a ver com as características da operação que será desenvolvida durante o Verão. Nós na Ilha do Corvo ainda não sabemos, não temos informação suficiente sobre como irá a operação decorrer, na medida em que estará condicionada – óbvia e logicamente – pelas obras que terão de ser realizadas na pista. Em relação a esta questão, também não temos a informação objectiva de que necessitamos.

Este conjunto de questões revela uma má planificação por parte do Governo em relação a esta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do PSD neste debate da declaração política trazida aqui pelo Sr. Deputado Artur Lima, do CDS/PP, releva dois ou três aspectos que nós gostaríamos de assinalar.

Na altura em que a SATA decidiu adjudicar os aviões à Bombardier, o PSD recebeu, tal como o Sr. Presidente do Governo também recebeu, uma carta da ATR que, fazendo a defesa do seu produto, das suas aeronaves, continha uma afirmação grave. Essa afirmação era que a adjudicação tinha sido ditada por outros interesses. Era isso o que lá estava escrito. Foi dado conhecimento público desta carta, esta mesma carta foi entregue no Ministério Público. O PSD deu nota pública dessa carta, apresentou e tomou posições públicas também sobre a carta.

O PSD não questionou a questão da escolha dos aviões, ou seja, a escolha dos aviões é uma escolha da empresa, naturalmente sustentada por pareceres técnicos. A única questão que nós estranhámos foi que um alto responsável da ATR tivesse assinado por baixo uma carta que dizia que a adjudicação tinha sido ditada por outros interesses.

Deputado Francisco César (PS): Curiosamente, não era para ele!

Deputado João Costa (PSD): Se fosse anónima, concordava!

O Orador: O que acontece é que todos os pormenores técnicos que constavam do memorando da SATA e que apontavam na direcção da Bombardier tinham aspectos com os quais nós concordávamos e aspectos dos quais nós discordávamos.

Um dos aspectos de que nós discordávamos era, naturalmente, o facto de que com o preço de 4 Bombardiers se poder adquirir 5 ATR, ou seja, o custo da Bombardier era o mais elevado.

Mas também tinha opções positivas e recorde, por exemplo, que um dos argumentos interessantes era ter a Bombardier duas portas de desembarque, o que permite ao embarque e desembarque serem feitos de um modo mais rápido.

Outra coisa de que nós discordávamos era, por exemplo, o tempo médio de voo inter-ilhas ser reduzido em 3 minutos, o que não é muito relevante.

Deputado Francisco César (PS): Pode chegar aos 12, Sr. Deputado!

O Orador: Só as pessoas da SATA dizem isso. O que está lá escrito é: tempo médio de 3 minutos.

O PSD, volto a dizer, não questionou nem questiona a decisão de aquisição dessas aeronaves à Bombardier. Na altura, apresentou os documentos que lhe tinham chegado com denúncias ou insinuações graves, entregou-os inclusive no Ministério Público e certamente que estará a decorrer o respectivo processo.

Agora, uma coisa é certa, a nova imagem institucional da SATA é uma imagem que nós consideramos feliz. É uma imagem que traz modernidade agarrada àquilo que é a origem, o milhafre ou o açor, que tem acompanhado as diversas decorações e imagens institucionais da SATA ao longo do tempo. Mas há uma coisa que o Sr. Secretário não pode dizer, porque eu conheço o projecto da imagem institucional da SATA...

Deputado Francisco César (PS): Conhece todos os projectos!

O Orador: ... e a palavra *Açores* não constava da imagem institucional da SATA.

(Apartes entre o Deputado Artur Lima e o Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro)

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Eu quero saber o que está lá escrito.

O Orador: Era apenas *Atlantic and you*, não existia nenhuma menção à palavra *Açores*.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Ela está lá.

O Orador: O que acontece...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

O Sr. Deputado Artur Lima irá em seguida encerrar o debate.

Sr. Deputado Jorge Macedo, pode continuar.

O Orador: Plagiando o Sr. Presidente da Assembleia, espero que a minha intervenção não prejudique os vossos apartes.

Muito obrigado.

Dizia eu que o projecto da imagem institucional da SATA, a decoração e pintura dos aviões da SATA, não continha a palavra *Açores*. Eu sempre acreditei que, após o Governo ser alertado para esse assunto, com bom senso e um pouco de tinta se conseguiria ultrapassar essa questão.

Esta não é uma questão de capricho, de bairrismo ou de regionalismo arreigado. Não é nada disso. O que acontece é que todos nós já tivemos a experiência de chegarmos a um aeroporto e encontrarmos uma aeronave, um avião, com uma decoração menos familiar e tentarmos saber qual era a origem daquele avião. Isso significa que a origem de um avião, a origem das aeronaves, também ajuda a promover o destino.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): É verdade, por isso é que está lá a palavra *Açores*.

O Orador: E, nesse caso, o Governo, alertado por vozes escritas, teve o bom senso de chamar a atenção da SATA para colocar lá *Fly Azores* e voltar a relacionar o avião, a companhia, com a respectiva origem geográfica.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não está lá?

O Orador: Está lá, sim senhor. Passado algum tempo, com um pouco de tinta e com bom senso, a palavra *Açores* lá apareceu.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, dou a palavra, para encerrar este debate, ao Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de registar a postura ecológica do Grupo Parlamentar do Partido Socialista: pouparam CO₂. Não tinham desculpa nem justificação para as questões que eu aqui coloquei e que não foram respondidas pelo Sr. Secretário por manifesta falta de tempo. Os senhores tinham obrigação de esclarecer e de complementar, não o fizeram.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Os senhores estão aí para isso, mas tão ecologicamente que é o Grupo Parlamentar ecológico. Fica-vos mal, é uma vergonha não esclareceram as dúvidas que eu aqui coloquei, que o Sr. Secretário não teve tempo para esclarecer e que os senhores deviam ter esclarecido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, quero dizer uma coisa muito simples: o CDS/PP questiona, porque é esse o seu dever, a estratégia comercial da SATA. Nós questionamos, Sr. Deputado Jorge Macedo. Devo dizer-lhe ainda mais uma coisa: a mim não interessa se a imagem da SATA foi feliz ou infeliz, nem se o *origami* é bonito ou feio. O que me interessa é que talvez não fosse a altura adequada para fazer aquela mudança de imagem.

A SATA mudou de imagem há 4 ou 5 anos e isso custa uma fortuna, não só a pintura como a mudança de *flyers*, de panfletos de segurança, de sacos de enjoo, tudo, é uma mudança em toda a linha e é cara.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Isso tem uma explicação.

O Orador: Eu questiono essa opção.

Depois, queria falar-lhe, Sr. Secretário, sobre o nome *Açores*. O senhor olha para a TAP e tem TAP-Portugal na cauda, bem visível. O senhor olha para a SATA e tem SATA, mais nada. Tem realmente um *banner* – se assim se pode chamar, um *bannerzinho*, um *flyerzinho* –, na cauda, a dizer *Fly Azores*, posto à última da hora.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor também vai discutir o tamanho da letra?

O Orador: Mas isso é o menos importante, Sr. Secretário.

Agora, eu julguei que o senhor tinha adquirido aviões com zero horas de voo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não senhor.

O Orador: Eu julguei que tinham feito um *overall* total ao motor e que o motor vinha com zero horas. O senhor diz-me que o avião vem com 25 mil horas?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Eu não disse isso, Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Adquiriram aviões com 25 mil horas! Eu presumi que o avião vinha com zero horas! Sr. Secretário, é bom que esclareça esta questão.

O avião *Q-200* é velho, ponto final parágrafo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é novo de fábrica.

O Orador: É um avião antiquado, com um *cockpit* analógico.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Não é verdade!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não senhor, não é um avião antiquado!

O Orador: Sr. Secretário, não lhe admito. É um avião antiquado em termos de aviónicos, com um *cockpit* analógico – sublinho e repito, analógico – totalmente diferente...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Já percebi onde o senhor quer chegar.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Deputado Manuel Herberto, eu fiquei espantado por o senhor não se ter inscrito para fazer a defesa do seu Grupo Parlamentar.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): O senhor não usou da figura regimental que permite fazer o debate!

O Orador: O senhor não se inscreveu, o seu Grupo Parlamentar devia ter-se inscrito! Ou não pode participar nos debates das declarações políticas?

O que o senhor está a dizer é uma enormidade, é de uma ignorância extraordinária, porque o *cockpit*, Sr. Deputado Manuel Herberto, com todo o respeito que lhe tenho, é totalmente diferente do *cockpit* do *Q-400*. São aviões totalmente diferentes. O *Q-400* é um *full glass cockpit* e o *Q-200* é um *cockpit* analógico, ponto final, parágrafo.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Não é, não senhor!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Já percebi onde quer chegar, mas o que senhor quer fazer não se faz com uma declaração política.

O Orador: Sr. Secretário, é o Governo que diz que um avião com 16 anos é um avião velho. É o Governo que o diz, no seu programa de Governo, para justificar a mudança da frota, porque com 16 anos os aviões já são velhos.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor sabe que não é só por causa da idade! É por causa da capacidade de carga e de passageiros.

O Orador: Sr. Secretário, é isso que os senhores lá dizem, os aviões terem 16 anos é a justificação que o Governo dá para trocar a frota.

Já agora, Sr. Secretário, o senhor usou um argumento muito engraçado: compram-se aviões velhos e vendem-se novos e vendem-se velhos e compram-se novos. É verdade. Mas, então,

a ATR não propôs que viessem os *ATR-500* e que numa fase posterior se trocassem por *600*? É isso que diz o Sr. Presidente da SATA numa entrevista, que era possível essa solução, o Sr. Presidente da SATA admite essa solução.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Mas não a propôs, a ATR não a propôs!

O Orador: Há uma diferença e por isso eu discordo da estratégia da SATA. A SATA tem de ser ambiciosa e ser ambiciosa, Sr. Secretário, era ir à procura do melhor no mercado, era ter essa exigência, e o melhor no mercado era o *ATR-600*, em todos os parâmetros. Não perde num parâmetro para o *Q-400*, Sr. Secretário, nem num parâmetro. Na propulsão, nos motores, na autonomização dos sistemas de voo, na eficiência aerodinâmica, no consumo de combustível, na emissão de gases e no ruído, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): E se esperarmos mais dois anos vai aparecer outro fabricante com outro avião melhor!

Há dois anos era o melhor que havia no mercado.

O Orador: Sr. Secretário, enquanto o senhor falou, eu estive aqui a ouvir.

Portanto, a SATA não fez a melhor opção. Para a existência da SATA, Sr. Secretário, havia de ter sido feito um investimento racional.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Porque é que o senhor faz essa intervenção numa declaração política?

O Orador: Sr. Secretário, eu ainda escolho a figura que quero para as minhas intervenções.

O que o senhor não explicou, Sr. Secretário, por manifesta falta de tempo, reconheço, mas que infelizmente a sua bancada calou, foram duas questões:

A questão do preço, porque é preciso esclarecer os açorianos – e V. Exa. concorda comigo nessa matéria – sobre a discrepância de preço que existe entre aquilo que diz o relatório da SATA e aquilo que diz a ATR.

E, em segundo lugar, porque não se opta por fundos comunitários? É uma poupança de 50%, Sr. Secretário, são 50 ou 60 milhões de dólares, ou mais, que se atira pela janela fora, literalmente.

Deputado José do Rego (*PS*): Não é bem assim!

O Orador: Sr. Secretário, a SATA deve servir primeiro, e bem, os açorianos, para depois ter a ambição de ser uma companhia inter-regional. É nessa estratégia que eu discordo da

SATA Air Açores, porque a nova estratégia da SATA Air Açores é ser uma companhia inter-regional: servir melhor a Madeira e as Canárias do que servir os açorianos. Infelizmente, Sr. Secretário, os açorianos acham que a SATA os serve mal, sobretudo os açorianos das ilhas mais pequenas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é quem paga!

O Orador: Acham que a SATA os serve mal, Sr. Secretário. Pagam exorbitantes quantias pelas suas passagens e são vítimas dos maus horários da SATA.

Mas isso, Sr. Secretário, ainda vamos poder discutir hoje, mais logo à tarde, quando discutirmos a má opção da SATA nos aviões, a má opção da SATA em companhia inter-regional e os *Q-400* que, Sr. Secretário, não são o avião indicado para a volta entre as ilhas, são o avião indicado para duas ou três rotas e não para a volta.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Podemos falar sobre isso.

O Orador: A SATA fez a sua escolha com a ambição injustificada de crescer para fora dos Açores. A SATA tinha de crescer e consolidar-se, com boa gestão, com eficiência, com bom serviço, servindo bem os açorianos nos Açores. É essa estratégia que nós, CDS/PP, dizemos que é errada. Não temos nenhum preconceito nesta matéria, não temos nenhum medo de assumir aqui que essa estratégia da SATA, está errada. Sr. Secretário, oxalá no futuro não dê mau resultado e oxalá que V. Exa. tenha mão nisso. É o apelo que fica.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Passamos para a declaração política seguinte, do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O último dia 31 de Maio ficará na memória de muitos açorianos como uma das maiores jornadas de açorianidade, de exaltação de homens e mulheres que optaram, durante décadas, por deixar a sua terra para mostrar ao Mundo a massa de que são feitos os açorianos.

Deixaram a ilha, mas a ilha não os deixou, como ficou provado nas comemorações oficiais do Dia da Região, que decorreram no Canadá, na sequência de uma proposta lançada em Agosto de 2008 pelo Presidente do Governo Regional dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não podia ter estado mais de acordo com o acto de justiça e de reconhecimento de aproximação aos nossos Açores do Canadá, uma das muitas terras de abrigo para dezenas de milhar de açorianos que partiram quando a nossa Região ainda era madrastra para muitos.

É necessário reforçar o conceito, cá e na Diáspora, de que os Açores são muito mais do que nove ilhas e cerca de 240 mil habitantes. Os Açores cumprem-se, todos os dias, em Toronto, no Quebeque, em Fall River, em Santa Catarina, na Califórnia, em Lisboa e em muitas outras paragens próximas ou longínquas.

Não perceber este conceito de açorianidade é ter uma visão redutora de um arquipélago que vai muito para além das suas ilhas e desvalorizar as suas gentes, que assumem o estatuto, sem favor, de ser uma das mais prestigiadas comunidades emigrantes nos locais onde se fixam.

Destaco as declarações recentes do embaixador de Portugal no Canadá, ao considerar que, *“num país onde existe uma grande mistura de raças, será talvez das comunidades estrangeiras mais bem integradas. É um exemplo de sucesso de integração”*.

É impossível não sentir orgulho e admiração por um açoriano que triunfou nos Estados Unidos e que, hoje, emprega mais de 15 mil pessoas, ou por um outro que teima em ensinar a língua materna aos seus netos, numa luta quase desigual contra as pressões globalizantes que alteram hábitos e moldam culturas.

É impossível ficar indiferente ao fervor com que os nossos emigrantes acompanham o quotidiano da sua terra, desde as grandes questões que marcam a Região até aos assuntos das suas freguesias, vilas e cidades e o modo como preservam a nossa cultura nas suas diversas expressões nestas terras longínquas.

Cabe-nos o dever e a obrigação de acarinhar e incentivar este capital de açorianidade, demonstrando, em todas as ocasiões, o nosso respeito e admiração por gerações de açorianos que continuam a honrar a sua terra.

Esta deslocação permitiu inaugurar o primeiro posto da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC) em terras da América, proporcionando, assim, às nossas gentes que vivem naquelas paragens um acesso directo a vários serviços da Administração Pública. Há algum açoriano que duvide da utilidade deste serviço?

Realizou-se, ainda, uma Feira dos Açores, seguida de umas Sopas do Espírito Santo, partilhadas por muitos milhares de açorianos de Toronto e outros deslocados de outros pontos do Canadá e dos Estados Unidos da América. Há algum açoriano que ponha em causa o valor desta manifestação cultural e religiosa?

O dia 31 foi marcado pela sessão solene do Dia da Região, iniciada pela actuação do tenor açoriano Remigio Pereira, acompanhado, ao piano, por Gabriela Canavilhas.

Seguiram-se a atribuição das Insígnias Honoríficas e os discursos dos Presidentes do Governo Regional e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Trinta e cinco Insígnias atribuídas a outras tantas personalidades e a entidades representativas do mundo da Cultura, Educação, Ciência, Empresas e Política. Mas, sobretudo, açorianos que se afirmaram por estas paragens e que, por essa via, contribuíram para a afirmação do nome dos Açores na América do Norte.

Vi orgulho e emoção em muitos destes rostos, sentimentos que rapidamente passaram para a assistência, já que maior é o nosso orgulho no seu trabalho empenhado por aquelas paragens, ditas de oportunidades, onde as elevadas taxas de sucesso reflectem, afinal, o grande esforço que cada um desenvolveu no exercício da sua actividade.

O Dia dos Açores foi também, simbolicamente, marcado pela cerimónia de hasteamento da Bandeira dos Açores no Queen's Park, em Toronto, nas imediações do Legislative Bulding, sede do Governo da Província do Ontário, com a presença do "premier", Dalton McGuinty. Há algum açoriano que não sinta orgulho por este momento? Estou certo que não.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há supostos argumentos de crise que se sobreponham à nossa história, à honra de partilhar momentos únicos com os que partiram para outras paragens e de prestar homenagem a todos aqueles que deram dimensão universal a estas nove pequenas ilhas.

Refugiar-se na crise não é politicamente honesto para com esta Assembleia, nem justo para quem viveu, com emoção e orgulho, dias de festa e de exaltação de uma Região Autónoma que é, cada vez menos, apenas dos de cá e, cada vez mais, de nós todos.

Em segundo lugar, este argumento reflecte o desrespeito pela Autonomia e pelos Açores, já que se tratou de um momento solene de celebração das conquistas autonómicas de gerações de açorianos que lutaram para ver concretizados os anseios e aspirações da sua terra.

Por último, tratou-se de uma falta de respeito pelas personalidades e instituições agraciadas no Dia dos Açores com as Insígnias Honoríficas Açorianas, muitas das quais emigrantes. Argumentos destes, vindos de pessoas que deviam ter um sentido de responsabilidade aturado, são perigosos e podem pôr em causa valores comuns há muito adquiridos pelos açorianos.

Vi, na última semana, um sinal desta irresponsabilidade plasmada na opinião de um jovem dos Açores, dirigente de uma juventude partidária, que desrespeitou toda uma comunidade ao escrever que se gastou *“muitos milhões e milhões de euros do erário público a passear por terras da América e do Canadá”*.

Não tem culpa do que escreveu. São as más influências, porventura. Pelo menos, foi coerente com o seu partido, que deixou nos Açores, de forma pouco consensual, aliás, muitos deputados que gostavam de se ter associado à Festa dos Açores no Canadá e que a demagogia impediu de festejarem com os seus este dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só as verdadeiras razões que alguns teimam em não divulgar impediram que esta Assembleia estivesse representada em pleno junto dos nossos emigrantes. É pena, são opções que não dignificam os Açores e só os próprios poderão, se assim entenderem, justificar.

Além disso, o Grupo Parlamentar do PS/Açores sentiu-se bem em viajar numa companhia aérea que é uma marca da nossa região e que apresenta uma gestão equilibrada numa altura em que dezenas de transportadoras, por todo o mundo, simplesmente fecham portas.

Foi, assim, um enorme privilégio festejar os Açores com os nossos, que serviu, ainda, para mostrar à nossa comunidade um arquipélago que cresceu e se desenvolveu e que está, hoje, muito diferente e aberto ao exterior.

Estas condições de atractividade – assentes numa política fiscal favorável, num clima contínuo de paz social e num crescimento económico, nos últimos sete anos, três vezes e meia superior ao nacional, – deverão ser potenciadas e divulgadas junto das nossas comunidades, para permitir que a ligação destes açorianos se materialize, não apenas ao nível afectivo, mas também em mais investimentos concretos nas suas ilhas.

Somos, assim, cada vez menos apenas 240 mil e cada vez mais um número superior a um milhão de açorianos, dispersos é certo, mas unidos por essas novas pontes e, sobretudo, pela cultura e tradição, valores que partilhamos, e pela saudade e pelo amor à terra.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para participar no debate acerca desta declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na curta intervenção que vou fazer, ...

Deputado José San-Bento (PS): Nota-se um nítido desconforto.

O Orador: Não comece já a falar para justificar o injustificável. Assuma com seriedade as coisas, está a ser pouco sério.

...vou libertar-me, obviamente, logo de início, da quantidade de referências correspondentes a política de baixo nível e também alguns disparates e mentiras aqui referidos. Relativamente a isso eu não me vou pronunciar, porque acho que a solenidade do tema não é compatível com isso.

A tamanha solenidade que pretendeu introduzir nesta declaração política, peço-lhe desculpa, mas estragou-a completamente com a política de baixo nível que meteu ali, a determinada altura, referindo designadamente as más influências existentes no Partido Social Democrata, referindo os deputados que gostariam de ter ido e que não foram, etc. Tolices, deixe-me dizer-lhe, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, perfeitas tolices, disparates e política de baixo nível.

Deputado António Gonçalves (PSD): Muito bem!

O Orador: À parte essa questão, vamos às questões sérias.

Ninguém põe em causa...

Deputado José San-Bento (PS): Põe!

O Orador: ...que no património do Partido Social Democrata a ligação à diáspora sempre foi algo que teve um papel e que foi uma componente fundamental. É algo de importante no património do PSD...

Deputado José San-Bento (PS): Está posto em causa, sim senhor.

O Orador: ...e, por isso, o PSD considera que é um valor relativamente ao qual existe um respeito absoluto, um respeito integral.

Deputado José San-Bento (PS): É mentira, Sr. Deputado!

O Orador: Julgamos, inclusivamente, que ele deve ser potenciado, bem melhor potenciado do que o é actualmente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente àquilo que se celebra também no Dia dos Açores, que é o Dia da Autonomia, seguramente não é o Partido Socialista que dá lições de autonomia ao Partido Social Democrata.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD é o partido da autonomia! É claramente identificado pelo partido da autonomia desde sempre, não apenas tardiamente. Isso é algo que está no PSD e é identificado por todos.

Deputado José San-Bento (PS): É um esqueleto que está no armário!

O Orador: Isso é algo que os senhores nunca conseguirão, por muito que o tentem, destruir. Há ainda um terceiro valor relativamente àquilo que se comemora no Dia dos Açores através do acto simbólico da imposição das insígnias honoríficas açorianas. Seguramente por parte de quem quer que seja e por parte do Partido Socialista, não se pode pôr em causa a seriedade e o envolvimento que o PSD tem demonstrado ao longo dos últimos 4 anos, para, em conjunto com todos os outros partidos e com o Partido Socialista em particular, definir um conjunto de personalidades que, por méritos aos mais diversos níveis, podem e devem ser agraciados com as insígnias honoríficas açorianas, porque são pessoas que têm engrandecido o nome dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Exactamente. Os senhores concordam, mas não aparecem!

O Orador: Nessas questões, os senhores não nos dão lições absolutamente nenhuma e, provavelmente, em algumas delas terão lições a receber da nossa parte.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste ano, tal como nos anos anteriores, não nos furtámos e pretendemos sempre envolver-nos na comemoração do Dia dos Açores. Não temos dúvidas disso. Só que a qualidade, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não é medida pelo número, a qualidade não muda por irem 30 ou 40. A qualidade duma representação, a dignidade duma representação, é feita de valores muito mais altos.

O PSD entendeu, sem criticar, levar a Toronto uma delegação constituída – não vou dizer constituída por 3 pessoas, porque são poucos, mas – pelo Presidente do Grupo Parlamentar, um; pelo Presidente da Comissão de Política Geral, comissão que tem entre as suas atribuições as questões da emigração, dois; e pelo deputado que, dentro do Grupo Parlamentar do PSD, tem responsabilidades na área da emigração, três. Isto é uma representação com a dignidade que considerámos adequada para comemorar esses três valores. Não temos dúvidas disso. Tomámos a nossa decisão muito antes de conhecer as decisões tomadas por todos os outros grupos parlamentares. Sentimo-nos bem por irmos com uma delegação constituída por esses três elementos, considerámos que era uma delegação digna e não criticámos ninguém.

Curiosamente, o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista – eu sei que não foi todo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ressalvo essa questão e sei, porque nós vamos falando uns com os outros – sentiu-se incomodado no minuto imediatamente a seguir.

Deputado Helder Silva (PS): Quem se sentiu incomodada foi a nossa comunidade.

O Orador: E vai daí, desatou a “malhar” – como os senhores gostam de fazer – no PSD, sem o PSD ter criticado o que quer que fosse, apenas porque o PSD tinha decidido tomar uma determinada decisão.

Sentiu-se incomodado. Julgava ele, ou julgávamos nós, que o incómodo tinha terminado nessa altura, mas não, o incómodo é muito maior e os senhores não resistiram a voltar a este assunto. Ainda estão incomodados, vá-se lá saber porquê.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Como ainda estão incomodados resolveram voltar, mais uma vez, a este assunto e fazer a triste figura que o senhor ali fez. Começou com os correctíssimos conceitos que estavam inseridos na sua declaração política, estragando depois tudo aquilo que tinha feito

anteriormente. Foi perfeitamente deplorável que o senhor, ao falar no Dia dos Açores, na Autonomia e na Diáspora, tivesse um único objectivo: “malhar” no PSD.

Saiu-lhe mal, foi um completo “tiro no pé”.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Aproveito esta oportunidade para desfazer um equívoco que saiu na comunicação social nacional, nomeadamente no Jornal Expresso e também na estação televisiva SIC, canal em que tive a oportunidade de ver essa notícia.

Nestas questões pauto-me por exercer uma atitude de lealdade institucional. Tive a ocasião de dizer, em Conferência de Líderes, que apoiava a deslocação tal como ela estava a ser concebida e mantive sempre essa posição.

No entanto, por uma questão de índole familiar – porque nós, antes de políticos, somos pais, e eu tive, muito simplesmente, de ficar a tomar conta dos meus filhos porque a minha mulher estava ausente no estrangeiro – não pude deslocar-me. Foi só por essa razão. Fiz um comunicado a toda a comunicação social acerca da razão da ausência: uma questão familiar. Fiquei surpreendidíssimo quando saiu uma notícia na SIC e no Jornal Expresso a dizer que a minha ausência era uma ausência de protesto contra a deslocação. Tive a oportunidade de o contestar, inclusivamente até liguei para a redacção da SIC a pedir-lhes para rectificarem a notícia, porque não era verdade.

Em relação a esta questão, quero dizer-vos que me pautei sempre por uma lealdade institucional impecável. Nunca disse a ninguém, nem a nenhum órgão de comunicação social, nomeadamente àqueles que divulgaram a referida notícia, que contestava a visita.

Aproveito esta oportunidade aqui na Assembleia para desmentir novamente a notícia que saiu e reafirmar o meu apoio à deslocação, na qual tive muita pena de não estar presente.

Numa próxima deslocação, se for realizada para outra comunidade, terei a oportunidade de apoiar a iniciativa, porque penso que é impecável, da parte dos órgãos institucionais, dos

órgãos da Região, a aproximação à nossa diáspora, acarinhá-la, partilhando os seus problemas e tentando, também, resolver as suas questões.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para uma intervenção muito breve, apenas para, em nome do Governo Regional, me associar à forma como aqui foi saudada e registada a iniciativa conjunta do Governo Regional e desta Assembleia, com a participação inestimável da Casa dos Açores do Ontário, na organização e na concretização das celebrações do Dia da Região no Canadá, mais concretamente na cidade de Toronto.

Foram sem dúvida, para quem lá esteve e pôde testemunhar e, eventualmente, para quem terá acompanhado por outros meios, três dias de grande exaltação...

Deputado Rui Ramos (PSD): De ostentação.

O Orador: ...de açorianidade. Foram três dias que evocaram, com dignidade, aquilo que de melhor e de mais significativo as comunidades açorianas fazem em prol dos Açores. Foram celebrações que orgulharam a Região, que dignificaram os seus órgãos de governo próprio e que foram um estímulo à união e à exaltação do trabalho dos açorianos de cá e dos açorianos de lá.

A comunidade açoriana do Canadá, e julgo que também a dos Estados Unidos da América que, em parte, se associou, sentiu-se orgulhosa daquelas celebrações. Sentiu-se promovida, sentiu-se valorizada no seio da sociedade que os acolheu para viver e isso é um contributo que nos compete dar, sempre que possível, porque os Açores não se fazem só cá, os Açores fazem-se com os açorianos, independentemente do sítio onde eles estejam. Quanto a isso, julgo que não há dúvida.

Foi um orgulho e uma emoção para alguns açorianos que vivem no Canadá e estiveram presentes na cerimónia do hastear da bandeira junto ao Governo Provincial do Ontário. Eu pude testemunhá-lo. Foi um orgulho para a comunidade açoriana de Toronto saber que a Câmara Municipal de Toronto tinha decidido – simbolicamente, é certo – instituir ou declarar o dia 31 de Maio como o Dia dos Açores na cidade de Toronto.

Tudo isto tem um peso simbólico, mas tem uma grande importância para quem vive afastado da sua terra, por variadíssimas razões e que vê, naquela sociedade onde por vezes encontrou grandes dificuldades de inserção, onde por vezes encontrou dificuldades na sua vida, ver agora recompensado e reconhecido o facto de nunca ter esquecido a sua terra de origem.

Não foi, por isso, um capricho, nem uma megalomania. Não foi uma excentricidade. Foi o concretizar duma responsabilidade e de um dever que têm os órgãos de governo próprio da Região para com as suas comunidades. Penso que isso foi tendencialmente reconhecido por todos nesta casa.

Sr. Deputado António Marinho, o PSD, é certo, esteve bem representado, esteve foi pouco representado. Essa é que é a questão que me parece de relevar.

Deputado António Marinho (PSD): Pouco? É uma questão de número?

O Orador: É, parece-me que sim.

Deputado Mark Marques (PSD): Nós apostamos na qualidade!

Deputado António Marinho (PSD): Se tivéssemos levado uma limusina, estávamos melhor representados.

O Orador: Aliás, parece-me que isso também ficou claro junto da comunidade açoriana no Canadá.

Além do mais...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Se me permitirem continuar, eu continuo.

...foi o próprio Sr. Deputado António Marinho que escreveu, antes da ida para Toronto, que os valores que se evocam no âmbito do Dia da Região não são mensuráveis.

Deputado António Marinho (PSD): Exactamente.

O Orador: Assim, não será o argumento da contenção de custos que tornará esses valores mais ou menos merecedores de serem respeitados. Aliás, o senhor não foi o único. Por exemplo, o Sr. Dr. Álvaro Monjardino – que é insuspeito, julgo eu, de ser próximo do Governo Regional ou do Partido Socialista – escreveu, num artigo de opinião, e vou citar

muito brevemente, já para concluir: *“Assim e mau grado críticas na altura formuladas, todas emergentes de duas situações...”*

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, lembro que está no uso da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se me permitem, eu estava já a concluir, estava apenas a ler uma citação breve dum artigo de opinião do Dr. Álvaro Monjardino, que não é suspeito de ser próximo deste Governo ou de ser próximo da bancada do Partido Socialista e que toda a gente sabe de quem é próximo, que escrevia: *“Assim e mau grado críticas na altura formuladas, todas emergentes de duas situações contemporâneas, a crise económica e a campanha eleitoral para as europeias”*, disse ele, *“o Governo Regional praticou celebrar no Canadá o Dia dos Açores como acto político de grande significado, porque a realidade da diáspora açoriana o merecia e o que se passou na capital canadiana o reafirmou com maior vigor e visibilidade”*.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Acabei ainda há pouco de dizer a mesma coisa. Ninguém contestou!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(* Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com todo o profundo respeito que esta câmara me merece em todas as intervenções, não posso deixar de dizer que acho lamentável esta discussão. Nenhum dos açorianos que estão espalhados, como disse e muito bem o Sr. Deputado Helder Silva, pelas quatro partidas do mundo, perceberá que nós tenhamos de justificar agora aquilo que estivemos a fazer com convicção e com aposta no dia 31 de Maio. Esta discussão é, para além dum absoluto mau gosto, completamente incompreensível, quer para quem foi, quer para quem nos recebeu.

Vale a pena lembrar que nós não fomos só levar, nós trouxemos: trouxemos experiência de vida, trouxemos histórias, trouxemos Açores vividos noutras paragens, trouxemos dificuldades vividas noutras paragens e aprendemos também a conhecer melhor aquilo que

temos aqui e aquilo que temos no outro lado. Assim, não vale a pena termos de justificar aquilo que todos nós aceitámos, e que aceitámos considerando que era um privilégio. E é assim que o que aconteceu nos dias 30 e 31 de Maio, a delegação dos Açores que foi a Toronto, deve ser encarado.

Já agora permita-me, Sr. Deputado António Marinho, que lhe diga uma coisa: a autonomia não é uma pombinha, não é “*de quem a apanhar*”. A autonomia é de todos os açorianos e açorianas em primeiro lugar, não é do PSD, não é do PS, não é do CDS, não é de nenhum partido. É das 240 mil pessoas que vivem nesta Região e que estão espalhadas pelos quatro cantos do mundo. O senhor não pode voltar a dizer que o PSD é o partido da autonomia!

Deputado António Marinho (PSD): A diferença é que o PSD esteve desde sempre à frente da autonomia!

A Oradora: Não senhor, o PSD é um dos partidos que *defende* a autonomia, não é o partido da autonomia!

Muito obrigada.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições e para encerrar o debate, dou a palavra ao Sr. Deputado Helder Silva.

(* **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD ficou-se. Eu, sinceramente, nem sequer fiz menção ao PSD, mas é óbvio que era dele que estava a falar e sabem-no bem.

Deputado António Marinho (PSD): Estava incomodado e continua. Deram-lhe essa tarefa de se libertar do incómodo, mas o incómodo não é seu, é de outro.

O Orador: Sobre esta coisa de se dizer que a ligação à diáspora é um património do PSD, o PSD, nesta matéria – é a minha e a nossa opinião – deve ter um registo de um pouco mais de humildade. As afirmações que aqui foram proferidas pelo Sr. Deputado, como muito bem foi registado pela Sra. Deputada Zuraida Soares, reflectem afinal essa falta de humildade.

Quando se diz que a diáspora é um património nosso, se é património vosso porque é que têm tanto desconforto quando, noutras circunstâncias, não têm problema nenhum em fazer deslocações e juntar-se às comunidades? Por exemplo, por vezes em colóquios promovidos por câmaras municipais. Muito bem, nós não pomos em causa, mas, quando não tiveram

problemas no tempo em que o Governo era da vossa responsabilidade, no tempo em que o Governo era do PSD, porque razão...

Deputado António Marinho (PSD): Não se preocupe com a nossa decisão, preocupe-se com a sua.

O Orador: ...hão-de continuar, ao fim de 12 anos e meio, a sentir todo esse desconforto e essa necessidade de, enfim, mostrar um pouco de receio de se aproximarem demasiado daquilo que é uma iniciativa do Governo Regional?

Deputado António Marinho (PSD): O senhor nunca viu nenhuma decisão pública nossa. Nós tomámos a decisão silenciosamente!

O Orador: A iniciativa foi do Governo e foi também desta casa, desta Assembleia e tinha ficado muito bem se se tivessem juntado a esta iniciativa de peito aberto, acompanhando-nos com todos aqueles vossos deputados que o pudessem fazer.

Deputado António Marinho (PSD): Não se trata de números. Não íamos lá para encher aviões.

O Orador: Como foi muito bem dito pelo Sr. Secretário Regional, não está em causa a qualidade da vossa representação, está em causa o significado da expressão da vossa representação. Isso, para nós mas sobretudo e particularmente para as comunidades, foi certamente algo de importante.

No entanto, denota-se menos humildade ainda quando se diz que o PSD é o partido da autonomia.

Ao fim destes anos todos...

Deputado João Costa (PSD): 25 de Abril de 1976.

O Orador: ...continuamos a ouvir o PSD a repetir esta lengalenga. O Sr. Deputado acha que algum açoriano vai acreditar nessa vossa lengalenga do “*PSD, partido da autonomia*”? Isto, quando nós vemos, ano após ano, as dificuldades que o PSD tem em afirmar a autonomia junto daqueles que podem contribuir para essa afirmação, designadamente junto dos responsáveis pelo PSD a nível nacional, responsável na Assembleia da República, agora eleito eurodeputado, responsável pelo vosso partido, a Sra. Manuela Ferreira Leite? As afirmações que fazem...

Deputados António Costa e João Costa (PSD): Quais?

O Orador: ...umas atrás das outras, não dignificam a autonomia, não demonstram, pelo contrário, a vossa capacidade de afirmar a autonomia junto da República.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A autonomia, Sr. Deputado, não é uma palavra vã. A autonomia constrói-se todos os dias. Nós temos trabalhado muito ao longo destes anos pela autonomia, mas partilhamos esse esforço com alguns outros partidos, que têm também trabalhado connosco, no momento certo, na afirmação da autonomia junto da República.

Nós não vivemos mais nos tempos em que não sabíamos com que dinheiro é que vivíamos. Isso é que é algo de concreto. As afirmações que nós ouvimos, ainda ontem, da responsável pelo PSD a nível regional, foram mais ou menos assim: “*Se querem dinheiro, vão buscá-lo aos fundos comunitários*”. Foi mais ou menos isto que foi dito, “*se querem dinheiro*”.

Deputado António Marinho (PSD): Está outra vez a recorrer à baixeza!

O Orador: Não, nós não temos problema nenhum. “*Vão buscar fundos comunitários*”, é o que a responsável pelo PSD acha que é a autonomia ao nível financeiro. Portanto, mal de nós se algum dia voltarmos a ficar “*debaixo das saias*” do PSD na Região Autónoma dos Açores!

Deputado António Marinho (PSD): Não seja baixo!

O Orador: Seriedade nas insígnias autonómicas.

Nós também reconhecemos, quando temos de o fazer, que os senhores deputados e, muito concretamente, o líder da bancada do PSD, trabalharam de forma muito séria connosco – e julgo que também nós teremos trabalhado de forma muito séria com os demais partidos – naquilo que foi a definição e o encontro que achámos para a atribuição das insígnias honoríficas. É importante que fique também aqui esse registo.

Nós não estamos aqui só para criticar, ao contrário do que às vezes parece da parte do PSD, que está sempre aqui para “*malhar*”, utilizando uma expressão invocada e muito publicitada nos últimos meses no Governo.

Deputado António Marinho (PSD): É vossa!

O Orador: Nós também estamos aqui para reconhecer quando a oposição trabalha bem, como foi o caso.

Finalmente, há algo que não posso deixar passar, porque o Sr. Deputado não pode passar incólume no meio disto tudo. Não foi em vão que eu fiz referência à vossa postura e àquilo que foi a forma desonesta como se alhearam deste processo e desta nossa deslocação a Toronto.

Deputado António Marinho (PSD): Desonesta?

O Orador: Foi algo de lamentável e, para o demonstrar, estão aqui declarações, Sr. Deputado António Marinho, em que se diz: *“Foi com base nesses pressupostos, que obviamente não poderão estar desligados dos momentos bons, que neste tempo de crise vivem os açorianos das nove ilhas assim como os da diáspora, que o Grupo Parlamentar do PSD decidiu quanto à forma como estaria representado nas cerimónias de hoje”*. Então, foi ou não invocando a crise que os Srs. Deputados resolveram não estar connosco?

E mais, passo a ler outra nota da comunicação social: *“É essa mesma a argumentação dos social democratas. Em tempo de crise é necessário conter despesas e, assim, dos 18 deputados do PSD, apenas três vão deslocar-se a Toronto. O PSD entende que o Parlamento açoriano está a esbanjar dinheiros públicos, ao pagar a deslocação a todos os deputados e membros do Governo Regional para participarem nas comemorações do Dia da Região, que se realizam na capital da província do Ontário, Canadá”*.

Deputado António Marinho (PSD): Essas não são palavras nossas!

O Orador: Sr. Deputado, lamento muito visto que, e voltando às palavras que aqui foram proferidas pela Sra. Deputada Zuraida Soares, não é nossa intenção trazer o debate para este plano, mas é óbvio que é importante fazê-lo, mais não seja para que este tipo de discurso não volte a ser repetidamente utilizado de forma demagógica. Nós fazemos questão de deixar este registo para que o PSD, na próxima oportunidade que tenha de se juntar a nós, de se juntar às nossas comunidades, noutra qualquer momento grandioso de manifestação da açorianidade, em vez de pegar nestas afirmações demagógicas, se junte a nós de peito aberto, porque não lhe ficará mal, pelo contrário, só lhe poderá ficar bem.

Disse, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não sei se reparou, mas houve várias pessoas na sua bancada que não o aplaudiram.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para a última declaração política do dia. Tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez que subo a esta tribuna para abordar a questão dos transportes marítimos na nossa Região. Faço-o hoje uma vez mais, não por nenhuma espécie de obsessão, nem, muito menos, para marcação de coutada política, posição que não tenho sobre nenhum assunto, mas sim porque há perguntas que continuam sem resposta e expectativas que estão por cumprir.

Sobre o desastre da aquisição de navios para a Atlânticoline, já muito foi dito. O PCP Açores já exigiu, publicamente, a criação da famosa comissão de inquérito sobre este processo. Quando o fiz, foi com inteira seriedade e com o desejo sincero de a ver concretizada. Ao contrário de outros, não a anunciámos para depois a esquecer em qualquer gaveta das oportunidades mediáticas adiadas.

E quero deixar muito claro o seguinte, Sras. e Srs. Deputados:

Se estivesse na mão da Representação Parlamentar do PCP Açores a possibilidade da criação de uma comissão parlamentar de inquérito ao processo de aquisição dos navios, não nos ficaríamos pelo estéril anúncio mediático. Podem as Sras. e os Srs. Deputados estar seguros de que essa comissão já teria efectivamente sido criada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo muito importante o esclarecimento sobre o que correu mal nesse processo, o facto é que a Região continua com um problema por resolver no campo dos transportes marítimos. E a solução desse problema que se vier a encontrar, é ainda mais importante do que tudo aquilo que está para trás!

Defendemos, no passado, como correcta a opção do Governo Regional de encetar um processo com vista à aquisição de navios para garantir o transporte público inter-ilhas. É uma opinião que hoje reafirmamos.

Assim, o que nos importa questionar, as perguntas que queremos ver respondidas são muito simples e directas e espero que o Governo, na pessoa do Sr. Secretário Regional da Economia, esteja em condições de lhes dar resposta cabal.

As perguntas são as seguintes:

O Governo Regional já iniciou um novo processo de aquisição de navios? Está disposto a fazê-lo? E em que moldes?

É a esta pergunta que queremos resposta. É isto que os açorianos querem, sobretudo, saber.

Porque desta opção política fundamental dependerá o futuro do desenvolvimento dos transportes marítimos e de sectores importantes da economia regional.

Até porque, também, novos problemas se juntam aos já conhecidos, como o envelhecimento das embarcações que garantem o transporte entre as ilhas do Triângulo.

O que nos leva a outra pergunta:

E em relação aos navios da Transmaçor? Que medidas está o Governo a preparar em termos da sua substituição? Substituição que, a prazo, será inevitável, pois a antiguidade destes navios vai levar, a prazo, a muito curto prazo, à sua desclassificação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A importância destas questões, a sua complexidade e o volume de investimentos envolvidos obrigam a uma cuidada planificação e antevisão do futuro. Obrigam a que se tomem opções políticas firmes, no momento acertado, para que se possam desenvolver, no médio prazo, as medidas adequadas e necessárias.

São opções que não podem estar sujeitas às cautelas, hesitações e atentismos dos ciclos eleitorais. Cremos que este é o momento de o Governo Regional confirmar as opções que tomou ou virá a tomar.

O PCP Açores defende intransigentemente que a opção de aquisição de navios que permitam desenvolver o nosso sistema de transportes marítimos seja confirmada e levada à prática.

Os transportes marítimos de passageiros são um pilar essencial do nosso desenvolvimento. Esta é uma questão que pode comprometer ou potenciar o futuro dos Açores. É tempo de a tratar com a devida seriedade.

Disse.

Deputado João Costa (PSD): Nem sequer programação para este ano conseguem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para participar no debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(* Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires continua a referir que o problema dos navios ainda se encontra por resolver na RAA. O problema dos navios não continua por resolver, o problema vai sendo resolvido de acordo com as disponibilidades possíveis de encontrar navios no mercado internacional, devido, como sabemos e é público, aos problemas que surgiram com a construção dos novos navios.

Relativamente à construção dos novos navios não me vou pronunciar. É um processo que está a decorrer e que tem contornos que desconheço, apenas conheço as informações aqui trazidas pelo Sr. Secretário Regional da Economia, que esclareceu convenientemente e fez o ponto da situação, também em comissão, do momento actual desse processo.

No entanto, há uma questão para a qual queria chamar a atenção. Passam anualmente no canal Faial/Pico mais de 300 mil passageiros e o Sr. Deputado Aníbal Pires colocou a questão de uma possível desclassificação dos navios da Transmaçor – julgo que neste caso se referia em concreto aos cruzeiros e não a outros – e isso pode suscitar algumas dúvidas relativamente às condições de segurança com que esses navios operam e com que os passageiros que neles circulam no canal são brindados.

Queria dizer-lhe o seguinte: esses navios foram construídos há mais de 20 anos, numa altura em que os regulamentos internacionais, ou seja, a Convenção que regulamenta estes processos e que é a SOLAS – Safety of Live at Sea, tinham outros parâmetros e outras exigências, como é natural. Os navios vão ter de ir sendo adaptados para responder aos novos parâmetros e às novas exigências, nomeadamente à mais recente – que é essa que poderá eventualmente levar àquilo que chamou de desclassificação e que não é uma desclassificação –, e estamos a referir-nos à Directiva Comunitária de Transporte de Passageiros.

O que acontece é que os cruzeiros são classificados na classe B e, evidentemente, poderão continuar nessa classe B ou poderão fazer, digamos, um *downgrade* para a classe C.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso não é classificação, é desclassificação.

O Orador: Não, Sr. Deputado, não é uma desclassificação, é uma outra classificação.

Os navios, para continuarem na classe C, terão de obedecer a alguns requisitos técnicos que não têm nada a ver com segurança, porque, quer sejam classe B, quer sejam classe C, têm sempre de cumprir com a Directiva Passageiros. É bom que isso fique claro. Eventualmente, para continuarem como classe C, poderão, enfim, eventualmente ter de embarcar lastro, uma

vez que, para o comprimento da classe B, terão de cumprir com as margens do comprimento alagável e, provavelmente, para isso terão de embarcar lastro, situação que só será possível se os navios tiverem um deslocamento leve não superior a 200 toneladas. Esses são dados que eu não tenho neste momento.

Em qualquer dos casos, um *downgrade* para a classe C tem apenas uma implicação: os navios deixam de ser obrigados a cumprir o ISM Code. O ISM Code não tem a ver com a segurança com que os passageiros viajam a bordo, tem a ver com particularidades acerca da sua identificação...

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Peço desculpa, mas não tem nada a ver com isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem a ver com as condições do mar. O Sr. Deputado sabe muito bem que o nosso mar não vai permitir a esses navios operar.

O Orador: Eu sei muito bem, o Sr. Deputado é que não sabe.

Sr. Deputado, o ISM Code tem a ver com a identificação dos passageiros. Como sabemos, ao não cumprir o ISM Code, os navios apenas ficam limitados a não fazer viagens porto a porto superiores a 20 milhas, porque se forem superiores a 20 milhas tem de haver uma lista de passageiros, com os passageiros devidamente identificados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça que tem a ver com condições de mar.

O Orador: Portanto, é bom que fique claro: quer os navios continuem a ser classe B ou passem a ser classe C, a segurança com que os passageiros viajam não está em causa e não estará em nenhum momento em causa. É bom que esta questão fique clara, porque da sua intervenção poder-se-á depreender que não é assim e isso é lançar um alarmismo muito grave e irresponsável, uma vez que não é isso que se verifica, nem se verificará.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que o Governo tem todo o gosto em esclarecer aquilo que a câmara considerar necessário. O Sr. Deputado, sobre o

mesmo tema desta declaração política, apresentou um requerimento, que está a ser respondido. Entendeu não aguardar pela resposta ao requerimento e fazer a declaração política, é um direito que lhe assiste.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já estão há três meses à espera.

O Orador: Agora, há aqui uma questão que é a seguinte: o Sr. Deputado confunde duas coisas que me parece necessário distinguir muito claramente.

A questão da aquisição de navios próprios ou o recurso a outro meio jurídico que não a disponibilização de meios próprios é uma matéria instrumental, é um instrumento para se alcançar um objectivo. Esse objectivo é disponibilizar aos açorianos um serviço de transporte marítimo de passageiros e de viaturas, sobre isso não há dúvidas. No entanto, o Sr. Deputado confunde as duas coisas, querendo colocar, naquilo que é um instrumento para alcançar um objectivo, pretensas dúvidas em relação a esse objectivo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é bem assim.

O Orador: De forma errada, porque em relação ao transporte marítimo de passageiros e viaturas não há qualquer dúvida. Sobre isso estamos perfeitamente esclarecidos.

Em relação à parte do instrumento – ou seja, se são navios próprios, se são navios fretados – como é que esta disponibilização se faz? Esta é uma questão em que é de todos conhecido o que sucedeu com o processo de construção dos navios Atlântida e Anticiclone. Eu tive a oportunidade de, na Comissão de Economia, esclarecer os Srs. Deputados sobre esta matéria, sobre todo o processo e sobre a forma como o Governo se posiciona em relação a isso.

Repare, Sr. Deputado, para nós, o que é importante, o que é fundamental, é garantir que este objectivo seja cumprido. A análise sobre a forma como esse objectivo vai ser cumprido – se é com navios próprios, se com navios fretados – é algo que, no caso concreto da tomada dessa decisão, deve ser ajuizado em função dos dados que existem no momento. Mas essa decisão não será tomada precipitadamente.

O Sr. Deputado pode fazer as declarações políticas que quiser. O processo vai ser analisado com a devida calma, com a devida tranquilidade, com a devida ponderação, para, tendo em conta as condicionantes que existem, externas à Região – desde a situação do mercado internacional à disponibilidade de construção, ou seja, a capacidade de construção de diversos estaleiros que têm capacidade nesta matéria –, tomar essa decisão na altura certa.

Essa decisão está a ser trabalhada e devidamente analisada, estão a ser ponderados todos os aspectos e, na altura própria, o Governo tornará pública aquela que é a sua perspectiva em relação a esta matéria.

Agora, não devemos confundir as duas coisas, como o Sr. Deputado faz.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não faço!

O Orador: Quando o senhor diz que o futuro do desenvolvimento da nossa Região está dependente de termos navio próprio ou fretado, desculpe mas não é assim. Eu reconheço que a existência de um transporte marítimo de passageiros e viaturas tem relevância para o desenvolvimento da nossa Região, mas esse desiderato, esse objectivo, está garantido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mal!

O Orador: Está garantido, Sr. Deputado! Seja com navios próprios, seja com navios fretados. E isso é o fundamental.

Se nós queremos, efectivamente, debater e discutir a questão instrumenta, daquilo que se coloca em relação à aquisição, se é ou não a melhor opção, o Sr. Deputado pode fazer as declarações políticas sobre essa matéria. Não pode é confundir estes dois aspectos, que me parece importante separar.

Em segundo lugar, em relação aos navios – que não são da Transmaçor, são da Região –, o Cruzeiro das Ilhas e o Cruzeiro do Canal, há um aspecto que me parece também importante trazer à atenção da câmara.

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Não, não é. O senhor desconhece.

Deputado João Costa (PSD): A Transmaçor não é.

O Orador: O aspecto que quero salientar é que os navios não ficam velhos de repente, a partir de Janeiro. Este é o primeiro aspecto que é importante ter em conta. Do que nós estamos a falar aqui é de uma alteração das regras que regem esta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há quanto tempo é que houve a alteração das regras, Sr. Secretário?

O Orador: O Governo já está a trabalhar neste sentido, para garantir que, efectivamente, os navios que circulam aqui no Triângulo tenham condições de acordo com as obrigações legais. Aliás, outra coisa não seria de esperar.

Termino, fazendo minhas as explicações, para além de política também tecnicamente mais habilitadas, do Sr. Comandante e Sr. Deputado Lizuarte Machado que, efectivamente, esclareceu de forma cabal aquilo que foi a confusão do Sr. Deputado Aníbal Pires em relação ao que é desclassificação, o que é o ISM, o que é o SOLAS e todos estes aspectos, que têm relevância para se entender exactamente do que estamos a falar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(* **Deputado João Costa (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Creio não existirem mais inscrições.

Assim sendo, para encerrar o debate, tem ainda cerca de 5 minutos o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sr. Deputado, tem a palavra, faça o favor.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou ter alguma economia no tempo, porque ainda quero fazer hoje uma outra intervenção. Aliás, o Sr. Deputado Lizuarte Machado fez-me o favor de clarificar a situação.

O problema, segundo o Sr. Deputado Lizuarte Machado, não continua por resolver, vai-se resolvendo. É exactamente isso que caracteriza a política do Governo relativamente às questões dos transportes: o Governo vai resolvendo. E vai resolvendo, muitas vezes, mal.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não há, aqui, nenhum tipo de confusão, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Há, e grave.

O Orador: Não há, não senhor.

A verdade é esta: nós temos, há muito tempo, este problema por resolver. A opção política do Governo foi a aquisição de navios próprios, opção com a qual nós concordamos. Reafirmei-o aqui hoje. Essa é a solução acertada. A verdade é que o Governo não acertou na solução, mas eu não me quero prender com isso, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor não está a ser sério nessa intervenção.

O Orador: Eu quero saber, e o povo açoriano quer saber, o que vão os senhores fazer relativamente à questão dos navios da Transmaçor, que foram assim designados apenas para que as pessoas entendessem melhor. Também aqui o Sr. Deputado Lizuarte Machado, que está certamente muito mais habilitado do que eu para falar sobre estas questões, esclareceu: não é uma desclassificação, é um *downgrade*.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): As minhas habilitações como engenheiro naval não me permitem essa avaliação.

O Orador: Pois, mas eu gostaria de perceber melhor a diferença. Se um *downgrade* não é uma desclassificação, gostaria que alguém me explicasse isso melhor.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Qual é o impacto?

O Orador: Sr. Secretário, um momento.

O impacto é o seguinte: é que aqueles barcos não poderão navegar em determinadas situações de mar que se verificam na maior parte dos dias nos mares da Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Vão navegar e o senhor será convidado para viajar de barco.

O Orador: O grande problema é esse, Sr. Secretário! É que, na maior parte dos dias, aqueles barcos, pelo *downgrade* que vão sofrer, não poderão navegar. É a isso que é preciso que os senhores atentem em devida altura, sob pena de porem em perigo as ligações marítimas no Triângulo.

Disse.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é verdade. O senhor não sabe do que está a falar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminou este debate.

Vamos anunciar, porque a Mesa considera ser útil nesta fase, os tempos que restam – ou que já não restam – a cada um dos intervenientes.

O Partido Socialista tem 38 minutos, o Partido Social Democrata tem 24 minutos, o Bloco de Esquerda tem 11 minutos, o PPM tem 6 minutos, o PCP tem três minutos, o Partido Popular tem apenas um minuto e o Governo terminou o seu tempo.

Vamos agora fazer um intervalo até às 12 horas e 15 minutos. Recomeçamos, nessa hora, ainda com o PTAP.

Até já.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares. Temos quórum, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 15 minutos)

Entramos agora no período destinado ao tratamento de assuntos políticos de interesse relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma intervenção. Tem três minutos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre os resultados eleitorais do passado dia 7 de Junho, já se disse muita coisa. Desde inusitadas declarações de vitória, acompanhadas de insensato foguetório de uns, a manobras de diversão e declarações enevoadas para ocultar a realidade das derrotas de outros. Em qualquer dos casos, a grande falta de humildade de muitos.

Porque, na nossa opinião, o facto mais saliente e que importa discutir – mais do que a dança das décimas para cá e para lá – é o profundo, veemente e esmagador protesto que os eleitores expressaram. Um protesto que é dirigido a todos nós e que não nos podemos dar ao luxo de ignorar. A defesa da própria democracia assim o exige!

A abstenção é um problema complexo e multifacetado que não está ao alcance de ninguém resolver num passe de magia. Nem obteremos qualquer resultado se nos limitarmos a jogar o jogo do empurra, acusando culpas alheias e esquecendo responsabilidades próprias. Prestaremos assim um mau serviço à democracia.

O combate à abstenção só poderá ser feito através de um debate profundo, transversal e prolongado, que consiga envolver toda a sociedade portuguesa, reencontrando as raízes

históricas do nosso sistema democrático e as mudanças necessárias para o revitalizar. Todavia, e por ora, não entrarei nesse debate.

Mas pensamos que há medidas imediatas que, sem pôr em causa a ordem jurídica existente, podem ser um contributo, um sinal positivo de um esforço dos poderes públicos para recuperar os cidadãos para a participação política.

Por isso, apresentámos uma proposta para que todos os cidadãos recebam, na ocasião do seu décimo oitavo aniversário, três dos diplomas mais importantes para a compreensão do sentido, objectivo e fundamentos do nosso sistema democrático. A saber: um exemplar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um exemplar da Constituição da República Portuguesa e um exemplar do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Creemos que o momento em que um jovem assume a sua cidadania plena é um momento importante, solene e pleno de significado. E cremos também que é o momento oportuno para sensibilizar o cidadão sobre as suas novas responsabilidades, deveres e direitos. A difusão destes diplomas fundamentais certamente irá contribuir para o aprofundamento da sua consciência cívica e despertá-los para a importância fulcral da participação política e eleitoral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não temos ilusões sobre os efeitos da nossa proposta. Não. Não fará, com certeza milagres, nem irá resolver, subitamente e como por magia, o problema da abstenção.

Reconhecemos com humildade que se trata apenas de uma medida simples. Uma medida, aliás, de que não reclamamos direitos de autor, pois já existe e está em vigor actualmente na região da Andaluzia, em Espanha.

Não sendo um remédio milagroso, pensamos que é uma boa ideia. Será talvez apenas um passo numa longa caminhada que o nosso sistema democrático terá de saber dar. Mas estamos firmemente convictos de que é um passo na direcção certa.

Disse.

Presidente: Conseguiu cumprir os três minutos, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate para esclarecimentos.

Já agora, retomamos aqui no PTAP a nossa praxe de quem quiser falar acerca desta intervenção, com a excepção do Sr. Secretário Regional da Presidência e dos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares, inscreve-se agora.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma ligeira referência à parte inicial da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, que falava de inusitadas vitórias e de inusitadas comemorações de...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foguetórios, Sr. Deputado, foguetórios!

O Orador: Exactamente.

Era só para fazer a seguinte referência: qual foi a vitória? As vitórias, ou existem, ou não existem. Quando se ganha por um voto, é uma vitória. No nosso caso, curiosamente, ganhámos por 3.531 votos em relação ao segundo partido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O pior resultado de sempre.

O Orador: A diferença é que nós ganhámos por 3.531 votos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenha cuidado, Sr. Deputado, não lhe “*estale o foguete nas mãos*”.

O Orador: Curiosamente, da sua parte, e não é por diferença, o senhor teve 1.578 votos, ou seja, menos de metade da diferença que tivemos relativamente ao segundo partido. Isto é uma vitória e é uma vitória clara em qualquer lado.

Por isso, a única coisa que parece acontecer é que o PSD não se incomoda com as suas vitórias, mas, ao que parece, as vitórias do PSD incomodam outros.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): “*Estalou-lhe o foguete nas mãos*”, Sr. Deputado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(* **Deputado Helder Silva (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passando por cima do foguetório, que é matéria que nos ultrapassa, gostaria apenas de referir e congratular-me, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por não estarmos sós nesta preocupação com a abstenção.

É importante que outros partidos se juntem a nós nesta preocupação. É sobretudo importante que se juntem com soluções, com perspectivas, com propostas concretas, que possam contribuir para a resolução deste problema, sendo certo que não serve de muito repetir aquilo que são soluções já utilizadas.

Refiro-me concretamente à proposta ontem anunciada pela líder do maior partido da oposição, quando falava na limitação de mandatos, que é algo que, por proposta precisamente deste partido, do Partido Socialista, está neste momento em vigor. Aliás, o próprio voto electrónico constitui uma proposta apresentada já pela JS. São, portanto, soluções gastas mas, de qualquer forma, registamos todos os contributos relativamente a esta matéria.

Registamos também a proposta concreta do PCP. Não vou dizer que foi utilizada, mas é a verdade, todos nos lembramos do *Kit Autónomico* que foi lançado há uns meses e da celeuma que levantou. É bom, sobretudo, reconhecer que pode ter algum significado e importância, também, para o combate à abstenção, a distribuição deste tipo de informação, de um ponto de vista mais público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde os primórdios da humanidade, numa época em que, para sobreviver, o Homem tinha de andar com a “casa às costas” à procura de alimento para si e para os seus, que a caça desempenha um papel fundamental para as civilizações.

Se, hoje em dia, a caça é vista, essencialmente, como uma actividade lúdica, não há qualquer espécie de dúvida que a mesma começou por ser uma actividade económica, sendo mesmo uma das mais antigas actividades económicas conhecidas, estando intimamente ligada à existência do homem.

O aparecimento da agricultura e a domesticação de várias espécies animais fizeram com que, desde então e até aos nossos dias, a caça passasse a ser uma actividade que alia o desporto à ocupação de tempos livres, a garantia da biodiversidade à economia.

É neste âmbito que importa colocar na agenda da Região a actividade cinegética, de forma a esta contribuir cada vez mais para o nosso desenvolvimento, social, ambiental e económico, de forma sustentada e respeitadora da biodiversidade.

Em Portugal, esta é uma actividade que tem algum peso económico, muito por conta das alterações legislativas ocorridas, como por uma mudança de atitude e mentalidade dos agentes ligados a este sector, que lhe deram outra configuração organizativa e reformularam os seus objectivos.

Os números, ainda que modestos, da actividade cinegética Nacional mostram que há mais de 350 mil caçadores, quase 4% da população do País, o que resulta, anualmente, em mais de 220 mil licenças tiradas, gastando-se, na actividade, cerca de 270 milhões de euros.

Só para termos uma ideia da potencialidade económica deste sector, basta referir que em Espanha a facturação anual atinge os 6.000 milhões de euros.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As actividades associadas ao sector cinegético estão intimamente ligadas a territórios do interior do País, em estreita relação com o turismo rural, contribuindo para o seu desenvolvimento equilibrado.

Na Região Autónoma dos Açores, e em particular nas ilhas com menor actividade económica ou com menos população, todos os sectores devem ser considerados para o seu desenvolvimento. A caça é um desses sectores.

Aliar esta actividade ao nosso mundo rural, às nossas paisagens, ao clima ameno, às nossas tradições, à nossa gastronomia, à tranquilidade e segurança da Região, pode constituir um ingrediente para a viabilização económica desse espaço, incrementando o turismo rural, o artesanato, o consumo de produtos regionais e promovendo, por essa via, a melhoria do rendimento das explorações agro-pecuárias, dinamizando outras micro empresas de serviços, factores importantes para a fixação de população no nosso espaço rural.

A procura de novos espaços de caça, com oferta diferenciada, por parte de caçadores com maior poder de compra, de muitas zonas do globo, e em particular de países da união europeia, como a Espanha ou França, ou mesmo de amantes desta actividade, Nacionais, fazem com que esta seja, efectivamente, uma actividade com potencial para colaborar no desenvolvimento económico da Região, em particular das ilhas como Santa Maria, Graciosa, Flores, São Jorge ou Pico, obviamente sem esquecer as restantes.

Importa pois aproveitar as potencialidades do sector cinegético e as oportunidades do novo regime jurídico, tendo sempre presente que esta:

- Deve contribuir para a conservação das espécies e dos habitats, garantindo a sua sustentabilidade ao longo das gerações;
- Deve ser uma actividade economicamente viável, potenciadora do turismo, criadora de riqueza e promotora do emprego, numa perspectiva inter-profissional e sectorial, que terá de envolver também os detentores dos terrenos de caça, designadamente os produtores agropecuários e silvícolas;
- Deve também, e de forma central, ter em linha de conta as expectativas dos caçadores locais, que deverão, desde a primeira hora, estar envolvidos no processo, liderando-o, caminhando o sector para sua auto gestão.

Nos Açores, os números associados à caça poderiam sugerir que este é um sector com algum dinamismo, senão vejamos:

- Apenas as ilhas de São Jorge, Flores e Corvo, não possuem uma organização associativa relacionada com a caça, existindo na Região treze instituições nesta área, sendo uma delas uma Federação de caçadores;
- Existem nos Açores 3.714 caçadores com carta válida, representando aproximadamente 1,5% da população, números interessantes, apesar de inferiores aos 4% do todo nacional;
- Na época venatória de 2007/2008, foram emitidas nos Açores 2.396 licenças de caça.

No entanto, tal dinamismo não acontece. A organização da actividade cinegética é ainda muito incipiente, sendo, quem sabe, um aspecto para se tirar proveito, uma vez que nos permite aprender com os maus, e, fundamentalmente, com os bons exemplos de outras zonas de caça do nosso e de outros Países.

O regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos da Região Autónoma dos Açores tem como objecto a gestão sustentável desses recursos cinegéticos, a sua conservação e fomento, regime cuja regulamentação se encontra já publicada, dotando a Região de um importante documento legal para o desenvolvimento do sector.

Neste novo quadro legal é, pois, possível desenvolver a actividade cinegética num regime ordenado, em zonas de caça, que poderão ser de interesse Regional, em que a Região é a única responsável pela sua administração; de interesse associativo, a constituir de modo a privilegiar o associativismo dos caçadores e a possibilidade de exercerem a gestão

cinagética; ou de interesse turístico, de modo a permitir o aproveitamento económico dos recursos cinagéticos e a prestação de serviços adequados.

Não havendo, nem devendo, à partida, existir qualquer ideia pré concebida relativamente ao ou aos modelos de organização cinagética legalmente previstos, a implementar, parece-me contudo que, numa primeira fase, nesta fase em que nos encontramos, as zonas de caça associativa, serão aquelas com maior viabilidade, devendo a sua organização permitir alguma forma de angariação de receita, a fim de as dinamizar e permitir a sua auto sustentabilidade.

O novo enquadramento legal prevê, ainda, a possibilidade de repovoamento de espécies cinagéticas, ou a sua reprodução, criação e detenção, bem como a criação de áreas destinadas à prática, durante todo o ano, de actividades de carácter venatório.

Criadas as condições legais da actividade, é chegado o momento do sector encontrar o seu percurso, deixando o mesmo de servir de arma de arremesso ao sabor de interesses particulares de pessoas ou organizações.

É chegada a hora de, a partir do que une as partes envolvidas, designadamente a preservação e a sustentabilidade da actividade cinagética, se encontrar, ilha a ilha, a melhor estratégia de organização e de gestão, não tendo de ser encontrado um modelo único, mas tendo em atenção as especificidades de cada uma delas.

Convém referir que a actividade cinagética é uma actividade renovável, um recurso natural, e como tal pertence-nos a todos. Importa pois preservar e desenvolver este sector enquanto recurso natural Regional.

Neste sentido, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eleitos pelo círculo eleitoral de Santa Maria, tomaram a iniciativa de dar o *“pontapé de saída”* naquela ilha, promovendo uma primeira reunião, em que estiveram presentes representantes da associação de caçadores, agricultores e entidades públicas, sendo de destacar a presença do Senhor Director Regional dos Recursos Florestais, que manifestou a disponibilidade total do Governo Regional para apoiar e acarinhar um processo sério, que leve à implementação de uma forma de gestão cinagética naquela ilha, mas também nas restantes ilhas que manifestem esse interesse.

As actividades ligadas à caça estão em franco crescimento em todo o mundo, contribuindo para o crescimento do turismo, em particular no espaço rural, sendo que nos Açores este

pode ser um casamento perfeito, dadas as nossas características socioculturais, paisagísticas, gastronómicas e ao nosso bom clima.

Cabe à sociedade civil, às organizações de caçadores e aos caçadores, dar a resposta correcta, numa atitude pró activa. Contarão, com toda a certeza, com o apoio deste Grupo Parlamentar e do Governo Regional.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições para debater esta intervenção, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 15 de Fevereiro comemorou-se, na ilha do Pico, o centenário do nascimento daquele que é, até hoje, considerado por todos como o maior ícone, o verdadeiro ex-líbris das ligações do canal, Gilberto Mariano da Silva, e das vivências e dinâmicas que diariamente se estabeleceram entre estas duas ilhas irmãs, tão bem descritas por Vitorino Nemésio na sua conhecida obra, «Mau Tempo no Canal».

Este centenário do seu nascimento foi também oportuna e devidamente assinalado nesta casa com a aprovação, por unanimidade, de um voto de congratulação.

Foi, de resto, esta incontornável figura do quotidiano do canal também merecedora de Insígnia Autónoma de Mérito, em homenagem póstuma, no Dia da Autonomia que este ano se realizou na cidade de Toronto, no Canadá.

Está assim encontrado o mote, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, para uma chamada de atenção para a necessidade de um olhar mais atento ao património que nos ficou dessa época, ainda bem presente na memória de muitos de nós, património único e exclusivo das ligações diárias que este mesmo permitiu estabelecer e consolidar entre as ilhas do Faial e do Pico.

Por tudo aquilo que este património representou, neste modelo de vida que se foi gradualmente organizando neste canal que une estas duas ilhas, que ainda faz parte da nossa

memória colectiva mas que rapidamente tende a desaparecer, a sua manutenção e preservação, com vista a outro tipo de reutilização é, também, uma manifestação superior de cultura, porque é prova e atesta o grau de respeito e consideração que temos pela nossa identidade enquanto povo ilhéu e por tudo aquilo que foi a saga da nossa sobrevivência.

Este património consiste nas lanchas de transporte de passageiros, que durante muitos anos sulcaram as águas deste canal, tais como a M^a Lígia, a Calheta, as Velas e a Espalamaca e nos barcos cargueiros de cabotagem, de boca aberta, de transporte de mercadorias tais como: o Rival, o Adamastor, o Manuel José, o Barco do Calhau, entre outros. Embarcações à vela, numa fase inicial, e de locomoção mista, motorizadas e à vela, numa fase posterior.

Mas também nos portos da fronteira, tais como os da Madalena, Areia Larga, Calhau, São Mateus, São Caetano e Horta e ainda algum imóvel que nestas localidades, freguesias e cidade, tenha tido papel preponderante nesta relação.

Das primeiras, com muito boa vontade ainda se poderia aproveitar para recuperação, para um papel e uma acção diferente, enquadrados nas circunstâncias actuais que moldam hoje as nossas vivências, as lanchas Calheta e Espalamaca.

De igual modo, dos segundos, apenas existe um, o Rival, que mereceria uma intervenção de fundo, com vista à sua recuperação para posterior utilização com fins de formação.

Estas embarcações são os últimos testemunhos de uma época grandiosa, em que o transporte de pessoas e a troca de mercadorias entre estas duas ilhas marcavam o seu quotidiano.

É pois de lamentar que se deixe desaparecer, sem nada fazer para o contrariar, estes equipamentos que contribuíram para a sobrevivência dos povos destas duas ilhas, assente sobretudo no intercâmbio diário e repetido de bens e pessoas.

Poderiam contudo, se houver vontade política para tal, desempenhar ainda outro papel, porventura também importantíssimo, nesta sociedade dita desenvolvida do século XXI, em que hoje vivemos.

Tal como já aconteceu com o património baleeiro que, encontrando-se quase perdido, foi em boa hora, através de Decreto Legislativo Regional, passível de uma bem sucedida recuperação, encontrando-se hoje satisfatória e eficazmente preservado, para nosso deleite e das próximas gerações.

À disposição de instituições públicas, que souberam dar-lhe utilidade, na formação e ocupação dos tempos livres, que prestam aos jovens, na arte da vela e do remo em baleeira e

na forma como vão colorindo, no Verão, de velas erguidas ou de remos fora de borda, as nossas ilhas.

Através das inúmeras competições que organizam, dando aos nossos jovens, que não viveram de perto as emoções da faina da baleação, um leve aroma da importância socioeconómica que esta terá tido no desenvolvimento destas ilhas e dando ainda aos turistas uma outra faceta, mais uma, da nossa identidade cultural.

A exemplo disto, assim poderia e deveria também este Governo proceder em relação ao património do canal.

É necessário agir com urgência e adequada celeridade neste domínio, sob pena de perdermos para sempre aquilo que ainda hoje pode ser recuperado e aproveitado e que chegou aos nossos dias como testemunho de grandiosas epopeias.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois de devidamente recuperado, este património poderá perfeitamente ser entregue aos clubes navais sediados junto aos portos do canal, para que estes possam, com a sua utilização, arrecadar receitas, sempre tão necessárias para a manutenção das suas actividades formativas, juntos dos jovens que gostam do mar.

Com a sua entrega a este tipo de instituições, devolvem-no também às próximas gerações de marinheiros, para que, nele, estes marinheiros possam complementar a sua formação.

Finalmente, podem assim também os turistas que nos visitam usufruir dos momentos de prazer que estas embarcações lhes poderão proporcionar.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tenho inscritos os Srs. Deputados Lizuarte Machado e Piedade Lalanda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(* Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jaime Jorge, subscrevo integralmente a sua intervenção e felicito-o pelo tema que aqui trouxe.

De facto, temos assistido a uma recuperação muito significativa do património baleeiro, por via do Decreto Legislativo Regional e com os apoios orçamentais que têm sido disponibilizados. Embora tendo algumas reservas sobre a forma como algum desse património baleeiro tem sido recuperado, a quantidade de património hoje recuperado é notável e o uso que lhe é dado também é verdadeiramente notável, envolvendo os nossos jovens, os turistas e a comunidade em geral. Tem sido, de facto, um trabalho notável.

Mas também já afirmei aqui que a verdadeira saga do homem do mar dos Açores começou com o povoamento, começou com aquilo que, na altura e há uns anos, agora já não, se designava como a cabotagem insular. As memórias da baleação são mais recentes, estão mais vivas e, talvez por isso, se tenha começado pela recuperação desse património, mas a verdadeira saga do homem do mar açoriano começou pela pesca e pela cabotagem insular.

Não se excepciona, nessa saga, nenhuma ilha nem nenhum homem do mar açoriano, envolveu todos. De facto, nos primórdios da colonização, os colonizadores trouxeram alguns batéis nos quais se movimentavam não só entre as ilhas, mas também, por via da nossa orografia, dentro da própria ilha. Convém não esquecer que não estamos tão longe como possa parecer à primeira vista, em meados do século passado ainda era assim em muitas das nossas ilhas, como aliás, se bem me lembro, refere Gaspar Frutuoso nas «Saudades da Terra», salvo erro no volume 1.

A construção naval açoriana sempre foi muito pujante, sempre teve muita força, sempre teve muito vigor. Pouco depois do povoamento das ilhas já existiam estaleiros navais e construtores navais em todas as ilhas, de tal modo que, em 1537, já o provedor das armadas, Pêro Anes do Canto, sugeria a el-rei que se construíssem, nos Açores, com madeiras das nossas ilhas, caravelas para se envolverem nas expedições marítimas portuguesas. Já nessa altura a construção naval tinha uma expressão muito, mas muito, significativa nas nossas ilhas.

Eu citaria ainda um outro escritor, Miguel de Figueiredo Corte-Real, que afirma, e eu concordo, que são os barcos açorianos da cabotagem os legítimos descendentes das caravelas de 1500. Por isso, não é demais falar deste património, não é demais pugnar pela sua recuperação, pelo menos do pouco que ainda existe.

Importa salvaguardar as embarcações que ainda existem e que o Sr. Deputado referenciou. Importa salvaguardar esses portos que, de uma maneira geral, até estão relativamente bem

conservados. Importa salvaguardar essa memória, essa história, a memória e a história dessa gente.

Eu já aqui o afirmei em 2003, numa intervenção que cito: *“As embarcações tradicionais da cabotagem nada têm a ver com os iates estacionados nas marinas e, talvez por isso e por desconhecimento da nossa história, falta de espírito marinheiro e gosto pelo mar, quem os exhibe não tem pelas embarcações tradicionais qualquer interesse ou apreço”*. *“Infelizmente”* e vou citar mais um parágrafo da intervenção que fiz nessa altura, *“mesmo para este povo que, segundo João de Melo, «nasceu do mar e lhe vem o sangue do sal», não tem sido possível preservar não só a memória mas também parte, por pouco significativa que seja, desse imenso património que é o símbolo mais vivo e mais marcante destas ilhas. Pese embora o facto de a maioria das pessoas achar os barcos interessantes, ou porque não sabem nadar, ou porque não gostam de peixe, ou porque enjoam no mar, nada fazem para os preservar. É importante que façamos alguma coisa”*.

Em devido tempo, enfim, há uma década, quando tive responsabilidades na Transmaçor, oferecemos o Picaroto ao Clube Naval da Madalena, que lá está a degradar-se. A Calheta é propriedade da Câmara Municipal da Madalena; lá está a degradar-se. Mas ainda sobram, pelo menos na forma: o Manuel José, que ainda lá está; e também o Adamastor. Era importante que nos envolvêssemos, todos, de modo a que ainda fosse possível preservar este património, que é tão importante e tão significativo para a nossa história e para a nossa gente.

Obrigado.

Voices de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pode ser de estranhar que alguém de São Miguel venha falar de património do Pico...

Deputado Mark Marques (PSD): O Pico também é Açores!

A Oradora: ...e, particularmente, do património do canal, que foi aqui referido, mas tive a particularidade e o privilégio, nos anos 90, de contactar pessoalmente o Sr. Gilberto, que foi agora homenageado aquando do Dia da Região.

O Sr. Gilberto representa a relação entre o Pico e o Faial e representa, no fundo, um património imaterial. Representa a complementaridade e a rivalidade que sempre existiram entre estas duas ilhas. Na altura em que tive esse contacto, para a elaboração de um pequeno trabalho que ainda hoje, espero, estará nos arquivos da RTP Açores, que se chamava «Raízes no mar», o Sr. Gilberto mostrou-me uma saca enorme com todos os bilhetinhos que ele transportava, fazendo os recados entre o Pico e o Faial, uma pessoa que não sabia ler mas que levava o bilhete ao Faial, para executar os pedidos das pessoas do Pico. Ele tinha estes recadinhos escritos em papéis dos mais diversos, guardados na sua casa.

Pedi a palavra exactamente para apelar às gentes do Pico e às gentes da Madalena, particularmente aos seus responsáveis políticos locais, o seguinte: se essa saca de papelinhos ainda existir, ela deve ser guardada, tratada, trabalhada, porque é um património etnográfico e cultural de relevante importância para a história das relações entre o Pico e o Faial.

É responsabilidade das populações locais não destruírem o seu património etnográfico. Infelizmente, muitas vezes as pessoas não valorizam o que é da geração passada, porque valorizam apenas o património construído. Só o barco, só o instrumento, só o monumento, só a casa, só a pedra é que é tido por património. O património cultural é muito mais abrangente e fala-nos das relações do passado. É importante estar alerta para a relevância desse património e não o deixar destruir.

Provavelmente estes papelinhos já não existem, mas era interessante verificar até que ponto a família terá guardado estes documentos, porque se faria, a partir daí, uma história muito interessante das relações entre o Faial e o Pico.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sra. Deputada Piedade Lalanda, o património do canal não é um património exclusivo do Pico.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! É dos Açores.

O Orador: É um património que, enfim, sulcou as águas do canal entre estas duas ilhas. É, sobretudo, destas duas outras ilhas que formam o Triângulo mas é, acima de tudo, um património dos Açores, que convém aos Açores e à memória de nós todos, açorianos, salvaguardar e preservar para o futuro.

Eu não quis, com esta minha intervenção sobre o património do canal, reduzir a dimensão marítima açoriana a esta nossa experiência do canal. Eu sei que estas experiências se passaram, também, em outros canais, porventura talvez até mais largos, mais tempestuosos, eventualmente até mais difíceis de sulcar e com um quotidiano mais duro para as gentes que tiveram de os atravessar diariamente. Mas esta é a experiência que eu conheço mais de perto. Se necessário for, extravasemos todos esta realidade do canal para outras realidades conhecidas nos Açores.

O que importa aqui salvaguardar e a minha preocupação acima de tudo foi com aqueles equipamentos, aqueles bens materiais. Confesso, Sra. Deputada Piedade, que me preocupei acima de tudo com os bens materiais, mas não descuro a importância dos bens imateriais, aqueles que ainda existem. A senhora fez muito bem em trazer à liça um importante bem imaterial, que espero que ainda exista. Se existir, é de facto louvável que se preserve. No entanto, eu quis, acima de tudo, trazer a preocupação da salvaguarda de alguns bens materiais dessa época que ainda podem ser recuperados. Aqueles que eu conheço estão num elevado estado de abandono e degradação, mas ainda podem ser recuperados.

No entanto, para esta recuperação, tal como aconteceu com o património baleeiro, não se pode exigir apenas responsabilidade aos clubes navais e às autarquias locais.

É verdade que foram feitas ofertas, a alguns clubes navais e a algumas autarquias, de elementos importantes deste património, mas não se pode esperar, com os valores que essas mesmas recuperações implicam, que aqueles tenham capacidade financeira para desenvolver essas mesmas recuperações. Tal como fez no caso do património da faina baleeira – e lancei aqui esse exemplo porque penso ser um exemplo de sucesso e tiro-lhes o chapéu –, compete aqui ao Governo Regional, acima de tudo, desenvolver os mecanismos legais para, então sim, as autarquias e sobretudo os clubes navais poderem desenvolver essa recuperação. O tempo urge nesta matéria.

É o apelo que faço, a intenção da minha intervenção foi esta: sensibilizar o Governo e os deputados desta Assembleia, no sentido de alargarem a experiência de sucesso do património baleeiro ao património da cabotagem deste e doutros canais que nós tivemos nos Açores.

Eu fiz parte do elenco autárquico que recebeu a Espalamaca. Não é fácil, Sr. Deputado José San-Bento...

Deputado José San-Bento (PS): É mais fácil dar dinheiro ao futebol profissional.

O Orador: Não está aqui em discussão o futebol profissional.

...não é fácil a uma autarquia desenvolver os esforços financeiros necessários à recuperação de um património daqueles.

O Governo Regional tem um bom exemplo nesta matéria, que se pode copiar e aplicar noutras matérias. É para aí que chamo a atenção, é esta a sensibilização que gostaria de deixar com a minha intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito esta oportunidade em que se está a falar do que é o património cultural para, uma vez mais nesta casa, falar daquilo que, para mim, é um autêntico escândalo em relação ao património cultural e à sua preservação na Ilha do Corvo.

Como sabem, o Corvo é a única ilha do nosso arquipélago cuja identidade cultural não se preocuparam em preservar tanto este Governo Regional como os sucessivos governos regionais. No entanto, quer a história quer o património cultural dos Açores nunca estarão completos sem a história ou o património cultural da Ilha do Corvo.

O que acontece é que, ao longo de todos estes anos, apesar de estar prevista a construção de um museu desde 1977, nunca o museu foi construído e nunca se fez o esforço, que era necessário fazer, de resgate do património cultural da Ilha do Corvo. Muito desse património já se perdeu.

Agora, o que eu considero absolutamente inconcebível é que, tendo o Governo realizado uma obra, o Centro de Interpretação Ambiental do Corvo – que, aliás, do ponto de vista estético considero uma obra notável –, este tenha sido inaugurado em 2007 pelo Vice-Presidente do Governo Regional e, ao fim de dois anos, continue fechado e sem funcionar. Isto é uma coisa inacreditável, é daquele tipo de discriminações que se realizam contra uma ilha mais vulnerável, contra uma população mais vulnerável. É daquele tipo de discriminação que é inaceitável, que nos deve envergonhar a todos e deve envergonhar esta casa.

Mais: falou-se aqui no património baleeiro. Também quero deixar aqui um testemunho nesta matéria. A Ilha do Corvo é uma ilha que também teve um papel importante nessa gesta baleeira.

O que acontece é que, por ocasião da discussão do último orçamento, ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não se pode fazer tudo!

O Orador: ...havia a oportunidade de disponibilizar algumas verbas em relação à recuperação do património baleeiro do Corvo, que também está a desaparecer com grande rapidez, e o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais uma vez, não tiveram a menor sensibilidade em relação a esta questão.

Quero deixar esta nota aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo: num contexto onde não existe nenhum outro, existir um edifício novo, inaugurado há dois anos, um edifício que é fundamental para a preservação cultural da Ilha do Corvo, esse edifício continuar de portas fechadas é algo que é inconcebível.

É, aliás, um desperdício de dinheiro, é algo que demonstra que a preservação do património da Ilha do Corvo continua muitíssimo desvalorizada. Nesse sentido, é inaceitável e penso ser um tipo de atitude muito criticável. Fica aqui este registo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(* Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jaime Jorge, eu não fiz, na minha intervenção, nenhuma imputação de responsabilidades, quer ao Governo Regional, quer às autarquias, no que diz respeito à recuperação de qualquer tipo de património.

Reconheço que os clubes navais têm, naturalmente, dificuldades nesta matéria. Por exemplo, um clube naval como o da Madalena, apesar de ter o projecto já elaborado, tem dificuldade em transformar, não exactamente em recuperar, porque a embarcação, o Picaroto, foi-lhe oferecida em perfeitas condições e com a sua certificação em dia, mas em fazer face à transformação da embarcação quanto às condições em que ela operava originariamente. Originariamente, ou seja, em 1928, que foi a data em que a embarcação foi construída. Na altura, chamava-se Pico e não Picaroto, o nome foi alterado mais tarde.

Sr. Deputado, as autarquias também têm de se envolver nestas coisas. Por exemplo, a Câmara Municipal de São Roque envolveu-se na recuperação de algum património baleeiro.

Bem sei que, por exemplo, a Câmara Municipal das Lajes não o fez. Era mais fácil dar gasóleo para passear nas lanchas, porque isso dava votos e a recuperação do património baleeiro, propriamente, não. É assim, na Câmara das Lajes. Mas a Câmara de São Roque envolveu-se.

Alguns clubes navais também fizeram algum esforço. Por exemplo, o Clube Naval de Santa Cruz das Ribeiras só há muito pouco tempo teve apoios da comissão do património baleeiro, porque até aí não estava ainda estruturado de maneira a que isso pudesse acontecer, mas mantinha o seu património conservado e em bom estado para navegar.

Independentemente disso, o que se passa com a Calheta, que foi oferecida à Câmara Municipal da Madalena, é uma vergonha. Isso, temos de o reconhecer. Está abandonada, completamente podre, com vidros partidos. O que se passa é uma vergonha, isso é claro. Trata-se de uma embarcação pequena, bastava tê-la protegido, tê-la arrumado num armazém, qualquer coisa assim. Eu não estou a imputar responsabilidades, agora, quem as tem também não pode fugir delas.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos as 13 horas, vamos fazer o intervalo para almoço. Retomamos às 15 horas com a nossa agenda.

Bom almoço e até logo.

(Eram 13 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a agenda da reunião.

(Eram 15 horas e 5 minutos)

Vamos continuar com o debate, na generalidade, da **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “Altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores”**.

Estavam ontem inscritas algumas pessoas que não puderam intervir.

Assim, para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Fevereiro, quando aqui discutimos e aprovámos o Estatuto da Carreira Docente, a Representação Parlamentar do PCP manifestou-se contra aquele Estatuto, porque achamos que penaliza a função docente, já que retira o conteúdo, a essência, da profissionalidade daqueles trabalhadores. Dissemos também que não faltaria muito tempo para que o diploma regressasse a esta câmara. Não regressa pelos motivos que, entretanto, anunciei, mas regressa pela imobilidade e pela inaptidão da equipa da Educação deste Governo Regional.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Homessa! Que mais se ouvirá aqui dizer?

O Orador: Mais ouvirá dizer, certamente, Sr. Secretário, sobre estas questões.

A Sra. Secretária Regional da Educação cometeu um erro, ontem, na sua primeira intervenção, um erro grave que pode eventualmente adensar, ou não, o enigma que envolve a sua nomeação. E porquê? A Sra. Secretária veio afirmar aqui que o Estatuto tinha sido aprovado com o apoio das organizações sindicais, o que não é verdade. As organizações sindicais dos professores não subscreveram este texto do Estatuto, isso não é verdade. Aliás, tal está claramente comprovado, basta lermos os pareceres entregues pelas organizações sindicais representativas dos professores, que renovam todas as críticas que na altura fizeram a este Estatuto.

Portanto, não sei se a Sra. Secretária Regional adensou o enigma ou se, pelo contrário, o clarificou, uma vez que, ao contrário das expectativas que foram criadas nalguns sectores políticos e, até, sindicais, a mudança do titular da pasta da Educação não correspondeu a nenhuma alteração das políticas de educação deste Governo Regional. Os próprios métodos que utiliza e com que se apresenta à negociação são, em tudo, comparáveis aos anteriores. Talvez se perceba, finalmente e daqui a algum tempo, o enigma que envolveu a nomeação da Sra. Secretária.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente?

Presidente: Faça o favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, agradeço-lhe imenso.

O enigma ir-se-á desfazendo ao longo do tempo.

Há uma outra questão que quero...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não, certamente não será hoje. Vamos dar mais algum tempo.

(Risos da câmara)

O Orador: Parece, pela actuação que tem havido da parte da titular da pasta da Educação e Formação, que não houve nenhuma alteração. É uma continuidade, apenas o protagonista é outro, mas mesmo os métodos foram herdados do anterior titular da pasta. Não do anterior regime, porque o regime infelizmente continua.

A Representação Parlamentar do PCP reafirma aqui hoje que está contra este Estatuto. Não vou anunciar os motivos porque estamos contra este Estatuto. Fizemo-lo em Fevereiro e respeitamos aquilo que está determinado em termos regimentais. Mas, para que fique claro, estamos contra este Estatuto dos Professores. Vamos, com certeza, aprovar as propostas de alteração, na especialidade, que visam corrigir o diploma e que é urgente que sejam publicadas, porque estão a prejudicar os docentes.

Queria ainda fazer aqui, antes de terminar esta primeira intervenção, um outro comentário à segunda intervenção da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação que, ontem, teve o cuidado de, de uma forma demagógica, enumerar uma listagem enorme das faltas que não penalizam os docentes, mas a questão não é essa. Nós todos sabemos que essas faltas não penalizam a progressão dos docentes, o problema é outro. O problema é que a senhora pretende penalizar os docentes que querem atingir os graus de *Muito Bom* e de *Excelente*. Isto é, a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação quer penalizar a excelência, quando o que deveríamos fazer era que estes profissionais pudessem atingir a excelência.

No entanto, é isso que pretende penalizar. A Sra. Secretária sabe muito bem que um professor que se candidate à classificação de *Muito Bom* ou de *Excelente* ficará completamente arredado dessa possibilidade se faltar um dia – um dia que seja – por um motivo qualquer! É isso que a Sra. Secretária tem...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Homessa! O senhor está a chamar-me a atenção porque estou a falar há demasiado tempo?!

Se puder continuar, e para terminar, apenas uma outra questão, que tem a ver com os formulários e com o facto de se pretender penalizar a avaliação dos professores pelos resultados escolares dos seus alunos, sem atender devidamente aos contextos em que esses resultados são obtidos. Isto, como já tive a oportunidade de afirmar, só pode ser castigo, Sra. Secretária.

Assim como só pode ser castigo insistir em manter os professores nas escolas com tempo de permanência, quando o resultado do relatório da inspecção sobre a regulamentação da componente não lectiva diz e recomenda claramente à tutela que essas horas passem para a componente de trabalho individual dos professores.

Isto é a demonstração cabal do fracasso da vossa política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores é a consequência previsível da forma atropelada, atabalhoada e precipitada com que decorreram as negociações que culminaram em Fevereiro último.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: De facto, era expectável que aparecessem incorrecções e imprecisões que relançassem a discussão sobre este diploma estruturante e da maior relevância para assegurar a dignidade necessária ao exercício da função docente nesta Região, visando a pacificação de um sector que se pretende serenado.

E esta dignificação e conseqüente pacificação são vitais para um clima mais propício às aprendizagens, com benefícios inequívocos no futuro sustentado desta Região através de cidadãos cada vez mais bem formados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há, no entanto, um factor que não era expectável.

Falo clara e inequivocamente da atitude da Sra. Secretária relativamente ao único ponto que levantou objecções por parte de ambas as estruturas representativas dos docentes com assento em sede negocial: O artigo 85º, em relação ao qual apresentaremos uma proposta de alteração.

Este artigo, tal como está, põe em causa a paridade no índice remuneratório, até agora existente, entre os docentes profissionalizados a contrato e os docentes em início de carreira a partir de 2010.

E a atitude da Sra. Secretária, quando questionada sobre as intenções do Governo Regional de manter ou não esta paridade, foi um surpreendente, ou talvez não, “*vamos aguardar o resultado das negociações a decorrer na República*” e “*seria precipitado tomar a decisão*”.

Aguardar?

Então de que nos serve ter um Estatuto próprio e diferenciado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem visto!

O Orador: Não é para termos iniciativa?

Não é para ser melhor que o Nacional?

Não é para estarmos na vanguarda?

Não é para motivarmos os nossos profissionais da Educação, com os benefícios inerentes para os alunos Açorianos?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Em última análise, se estamos confinados ao papel de “*aguardar*”, de que nos serve ter tutela própria nesta área?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Onde está nesta matéria a Governante que afirma querer “*valorizar a função docente?*”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Por outro lado, insiste a Sra. Secretária na irreversibilidade de dois critérios dos formulários de avaliação dos docentes que emanam deste Estatuto, para os quais já alertei, nesta mesma tribuna, no Plenário de Maio.

E, pasme-se, desses dois critério, um foi já banido e outro está por ora suspenso na República, onde parece que desta vez, ao contrário do que tem sido apanágio do Ministério, se deixou espaço ao bom senso.

Banida foi a penalização das faltas legalmente equiparadas a serviço efectivo, reconhecidamente atentatória de direitos consagrados como a doença, a assistência à família, o casamento, o falecimento de familiar, a greve e até, pasme-se novamente, por razões não imputáveis ao funcionário!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Em suspenso fica a repercussão do desempenho dos alunos na avaliação dos professores, aliás qualificada de “*impraticável*” em parecer da Comissão Científica para a Avaliação. E é de facto impraticável por não ser objectivável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Inaceitável!

O Orador: Por cá, incompreensivelmente, a Sra. Secretária mostra-se irredutível e intransigente. Diz que a situação “*não é reversível*”, o que é manifestamente uma total irresponsabilidade!

À falta de argumentos, aguardam-se soluções importadas da República. Quando estas surgem, são pura e simplesmente ignoradas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Juntam-se assim à fragilidade e incoerência da argumentação a ineficácia e inconsistência das opções e uma gritante incapacidade negocial.

É deplorável que na celebração do segundo aniversário da aprovação deste Estatuto, Julho de 2007, ainda se estejam introduzindo alterações de pormenor, mas de grande significado e relevância, quando já na altura se chamou a atenção para as violações dos mais elementares direitos que se estavam perpetrando.

É que errar é humano, mas persistir no erro tem outro nome!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Em relação a esta matéria, não precisa a Sra. Secretária de aguardar mais! Basta aplicar as novas orientações Nacionais, expurgando estes dois critérios. A República

assumiu desta vez a vanguarda por inépcia da nossa tutela educativa. Resta-nos arrepiar caminho e ir atrás...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Conselho do Governo Regional deliberará brevemente sobre os formulários de avaliação dos docentes que incluem estes critérios surrealistas.

Esperamos, então, por parte do colectivo uma visão mais séria, sensata e responsável, sob pena de, por teimosia individual, a Região passar a si mesma um atestado de menoridade autonómica, por via do atropelamento de direitos básicos e elementares dos cidadãos que exercem funções docentes!

Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: Outro cenário, que não este, será um enorme tiro nos pés e uma prova inequívoca de que a racionalidade e a defesa dos direitos de cidadania andam arredadas da governação.

Vozes de deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Subo hoje a esta tribuna mais condicionado que nunca. A Sr.^a Deputada Cláudia Cardoso trouxe ontem, para esta discussão sobre o estatuto da carreira docente, um novo critério de exigência para a discussão parlamentar: a estética capilar e indumentária.

Recuso pisar esse terreno da batalha parlamentar.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é preciso recusar, nós já percebemos isso.

O Orador: Aí, evidentemente, a Sr.^a Deputada não nos dá qualquer tipo hipótese.

Concentremo-nos, por isso, naquilo que é essencial neste debate: o Estatuto da Carreira Docente e o estado calamitoso da educação na Região.

O que resta deste Governo – sim, porque o que resta é um conjunto desarticulado de Secretários ao Deus dará, órfãos de um Presidente precocemente absorvido em romagens de

saudade –, trouxe-nos hoje, de novo, esta preciosidade legislativa que é o Estatuto da Carreira Docente.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sempre é melhor que os projectos de resolução do PPM.

O Orador: A história deste equívoco é conhecida. Para dar o exemplo de um novo paradigma governativo, o Eng.º Sócrates decidiu atirar-se aos professores, novos responsáveis pela crise nacional. Alguém tinha de ser o bode expiatório, de forma que desta vez a taluda calhou à classe docente.

Vai daí, o Primeiro-Ministro fez aprovar um Estatuto que, fundamentalmente, significou um roubo descarado aos docentes e que transformou a sua carreira profissional num Inferno burocrático. Criou um sistema de castas docentes, destruiu o trabalho cooperativo dos professores e criou o sistema de avaliação mais estúpido da Europa.

Para cúmulo dos azares, deu-se a fatalidade de, no lado de cá deste Atlântico português, reinar – gosto desta palavra – um Secretário da Educação mais papista que o Papa. O resultado foi o que se conhece: o Estatuto da Carreira Docente da República passou a ter o seu segundo sócio europeu. Desta forma, este exotismo continental – uma coisa única na Europa dos nossos dias – soltou amarras nas nossas ilhas.

Depois, bom, depois foram as manifestações de professores e o princípio do fim do Eng. Sócrates. Foi neste capítulo desta história que o nosso Presidente do Governo se assustou e decidiu agir. Em resultado disto, o Dr. Álamo Menezes foi recambiado para o ambiente e chegou, pela mão delicada da Dr.^a Lina Mendes, uma espécie de Primavera Marcelista ao sector da educação.

Tal como a outra, esta Primavera durou menos que os quatro meses da Estação e não passou de pura cosmética. A Dr.^a Lina Mendes, refém dos ortodoxos do regime, transformou-se numa desilusão. Anda perdida no sector, incapaz de alterar o rumo dos acontecimentos. Não tem, obviamente, qualquer hipótese de alterar seja o que for na educação regional. Estes sete meses transformaram-se num calvário de inércia e incapacidade.

Estas alterações do Estatuto da Carreira Docente que aqui nos traz são a súpula de erros confrangedores. Mais um sopro inútil no cadáver que é este Estatuto da Carreira Docente.

Pergunto-me, o que se pode fazer neste cenário confrangedor de persistência no erro e de total incapacidade política para reagir ou dar o golpe de asa?

A maioria vai continuar a afundar-se no lodo que marca o fim de uma era política na Região, mas a disciplina da bancada socialista está garantida pelo habitual desespero do salve-se quem puder dos naufrágios anunciados.

Por isso, nada moverá as consciências e a inteligência da bancada socialista nesta fase. Resta aguardar que a impiedosa marcha dos acontecimentos enterre o defunto. Daqui a três meses, o Eng. Sócrates chegará ao fim do seu consulado absoluto. O máximo a que pode aspirar é a uma maioria relativa e mesmo essa começa a esfumar-se por entre os dedos.

A partir daí, o Estatuto da Carreira Docente, esse espécime exótico da República e do Cesarismo insular, será enterrado – sem honras, nem lágrimas – num qualquer gabinete de negociação partidária.

Nesse dia, se for possível encontrar o Presidente do Governo Regional numa qualquer manifestação da sua natureza terrena – todos somos pó e em pó nos havemos de transformar –, chegará um fax ou um correio electrónico ao seu gabinete. O texto, não quero precisar agora, dirá mais ou menos o seguinte (este texto é do Presidente do Governo Regional): “Chegou o fim deste Estatuto da Carreira Docente, o Eng. Sócrates claudicou e da Ministra já não reza a história.” Isto é daqui a 3 meses. “Não podemos ser os únicos a ficar com este modelo de avaliação terceiro-mundista na Europa. Inicie, numa postura de máxima humildade, novas conversações com os sindicatos.” Um apontamento final: “Veja o que se pode fazer com os professores que já são quase todos do Bloco de Esquerda. Encontramo-nos, por aí, numa qualquer nova reunião do Conselho de Governo.” E termina, com: “Ah e boa sorte”.

Será isto que lhe dirão, Sr.^a Secretária da Educação. Persistem no erro, daqui a uns meses falamos.

Disse!

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Educação, V. Exa. disse aqui ontem, e bem, do nosso ponto de vista, que tínhamos em mãos, mais uma vez, um diploma, um documento que, pela sua

extensão, complexidade e abrangência – são palavras suas – bem justificaria ter vindo ou vir, pela segunda vez, a esta casa para uma nova alteração da alteração.

Eu gostaria de lhe dizer que a mesma extensão, complexidade e abrangência teria obrigado a que, na primeira alteração, todo o processo e metodologia tivessem sido conduzidos de uma maneira diferente. Portanto, o pretexto e a argumentação para esta segunda alteração perdem, digamos, peso, quando não foram tidos em conta aquando da primeira alteração. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está à vontade para lhe dizer isto hoje, porque o dissemos em Fevereiro e agimos em conformidade.

Consideramos que ficaria bem à Sra. Secretária Regional da Educação usar da humildade democrática que, por exemplo, o Primeiro-Ministro usou ontem, ao reconhecer que o processo de elaboração do Estatuto da Carreira Docente no continente tinha sido errado, porque apressado e burocrático. Eu acrescentaria “*trauliteiro*” e diria que o foi lá e que também o foi cá.

Finalmente, é inevitável registar a má consciência do Governo Regional nesta matéria, na medida em que ontem se indignou pelo facto de esta câmara, a pretexto desta segunda alteração, pretender discutir aquilo que está em causa e que é, exactamente, a educação e o modelo educativo para esta Região. Nós consideramos que todo este processo, todo este folhetim, este imbróglio, não dignifica a escola pública, não dignifica os professores e não dignifica o Governo.

Muito obrigada.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não pedi a palavra para fazer uma intervenção, propriamente, mas para participar no debate solicitando um esclarecimento à Sra. Secretária Regional, na sequência da sua intervenção de ontem.

Sra. Secretária: depois da longa lista de faltas, de várias folhas, que apresentou ontem como sendo faltas que os professores poderiam dar e que eram equiparadas a serviço efectivo, eu gostava que me esclarecesse e esclarecesse esta câmara sobre se essa lista se aplica e se refere apenas ao pessoal docente.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção que fiz ontem pretendia enquadrar precisamente a nossa forma de agir em relação a esta matéria. Em relação a esta matéria, o que surgiu da última alteração feita nesta casa é que, de facto, tinha havido uma alteração para melhor.

Não vou referir a lista das faltas de que a Sra. Secretária falou ontem, porque suponho que vá responder ao meu companheiro, o Deputado Costa Pereira.

Eu só queria referir aqui, nesta câmara, que, antes da última alteração, uma coisa que era verdadeiramente contestada em matéria de faltas era o facto de os professores, em qualquer circunstância, para acederem às melhores classificações, terem de cumprir 95% das actividades lectivas distribuídas. Com a última alteração, na última revisão que fizemos cá, em Fevereiro, este articulado foi retirado do Estatuto e surgiram expectativas de que tais situações não fossem, obviamente, penalizadoras da avaliação, mas são, na verdade.

De acordo com a grelha apresentada aos sindicatos e que não obteve acordo sindical – e os sindicatos são, obviamente, os representantes dos professores –, de uma percentagem de 95% passou-se, pasme-se, para uma percentagem de 98%.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Sra. Deputada, eu vou ler-lhe a grelha...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não, estamos a discutir a proposta que o PSD vai fazer para acabar de vez com esta brincadeira do iô-iô, do avança e recua...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Deputado, não queira a novidade de ser eu a apresentar as vossas propostas, não faria assim muito sentido.

Reparem, as grelhas, o formulário da avaliação, consistem precisamente em pôr em prática aquilo que é a lei e a lei, que se saiba, é o Estatuto da Carreira Docente. Em matéria dos efeitos das faltas na avaliação docente, a verdade é que um docente só pode ter a cotação máxima na avaliação da assiduidade se tiver faltado apenas a 2% das actividades lectivas que lhe estão atribuídas, à excepção da licença de maternidade, paternidade e adopção. Portanto, todas as outras faltas que a Sra. Secretária fez questão de aqui enumerar têm, na Região – repito, na Região – efeitos na avaliação, ao contrário do que acontece, por exemplo, no estatuto nacional.

Nesta matéria, José Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues acabam por ser melhores do que Carlos César e Maria Lina Mendes.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): Ainda agora não prestavam, agora já são bons. Ao que isto chegou!

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo...

Deputado Rui Ramos (PSD): Quando quiser podemos falar sobre isso, Sr. Deputado, podemos ter uma conversa sobre esse assunto.

O Orador: Sr. Deputado Rui Ramos, posso interromper os apartes?

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, quer estar no uso da palavra, e tem esse direito, o Sr. Deputado Paulo Rosa.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, da forma mais sintética e telegráfica possível, reportar-me à segunda intervenção da Sra. Secretária ontem, quando nos trouxe um elenco exaustivo das faltas legalmente equiparadas.

Como sabem, a conclusão que a Sra. Secretária tira deste elenco é que um docente que falte ao abrigo destas faltas legalmente equiparadas não vê impedida a sua progressão na carreira. Obviamente que não é nada disto que se anda aqui a discutir, todos sabemos que não *impede* a progressão na carreira. O que temos estado aqui a discutir é que *penaliza* a eventual progressão na carreira.

No nosso ponto de vista – já tive oportunidade de explicar o nosso ponto de vista –, equiparadas, equiparação, equivalência, “equalização”, não têm nada a ver com equitação, têm a ver com igualdade. «Faltas legalmente equiparadas a serviço efectivo» quer dizer que quem dá essas faltas é como se tivesse estado ao serviço, ou seja, é igual. Da mesma maneira que é igual, não pode, de maneira nenhuma, no nosso ponto de vista, ser objecto de discriminação nos formulários de avaliação.

A Sra. Secretária disse também, em sede de comissão, que tem, penso eu, dois pareceres jurídicos, um interno e outro externo, relativos a esta matéria, que dizem que isto pode avançar tal como está. Eu gostava de lhe pedir que, com a generosidade que a caracteriza, nos facultasse uma cópia desses pareceres, porque me intriga, sinceramente, que haja juristas a dar parecer positivo a esta questão, que nós consideramos muito claramente uma enormidade.

Para concluir, é óbvio que o CDS/PP e o PS têm pontos de vista diferentes em relação a esta matéria, mas concordamos em algumas coisas. Discordamos liminarmente do estereotipo invocado em ocasiões anteriores pelo Grupo Parlamentar do PS, ao dizer que os docentes antes não eram avaliados, e já tivemos ocasião de o manifestar aqui. No entanto, reconhecemos que a excelência que existe nas nossas escolas deve ser reconhecida e antes não o era. No entanto, deve ser reconhecida com critérios objectivos, não pode ser reconhecida com critérios artificiais.

Esta questão das faltas é claramente um critério artificial, é claramente desenhada para impedir o acesso às classificações de *Muito Bom* e de *Excelente*. Da mesma forma que é um critério artificial o pretender-se e insistir-se na ideia de que o desempenho dos alunos deve ter repercussões na avaliação do desempenho do pessoal docente, quando todos sabemos que isso não é objectivável nem mensurável. Não sendo objectivo nem mensurável não pode, obviamente, ser sério nem credível.

É neste aspecto que nós apelamos ao Governo Regional, mais uma vez, tal como fiz no fim da minha intervenção ali na tribuna, para que, quando discutirem os formulários, o que será brevemente, tenham bom senso nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos efectivamente a discutir o Estatuto da Carreira Docente e estamos ainda na generalidade.

Eu queria dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, é pena que os açorianos, em suas casas, não estejam a ver a miséria que se está aqui a passar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É pena que os açorianos não tenham a consciência dos governantes e dos deputados que têm. É pena que não vejam, porque se calhar mudavam de opinião bem mais rapidamente do que vão mudando ao longo do tempo.

Em segundo lugar, como se dignifica esta casa, quando há pouco o Líder Parlamentar do PS se digladiava com o PSD ao enfatizar a autonomia?

Então o que é a autonomia, Sr. Líder Parlamentar? Não é ter um parlamento, não é dignificar esta casa, não é participar no debate, não é esclarecer a oposição, não é esclarecer os açorianos? Não, os senhores “*fecham-se em copas*”, numa cobardia política inaceitável.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Helder Silva, o que se nota aqui é a abstenção da bancada parlamentar do PS e a insistência de uma Secretária Regional da Educação que se refugia no silêncio para disfarçar a sua incapacidade. Isso é inaceitável, quando a Sra. Secretária teve a ousadia, ontem, de aqui nos vir dar o conceito de falta, o conceito de licença e o conceito de dispensa. Nós não queremos esses conceitos, Sra. Secretária, queremos explicações, que a senhora tem a obrigação moral, ética e política de dar nesta casa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...e se recusa a dar, com o apadrinhamento vergonhoso da bancada do Partido Socialista.

Tenho dito.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Vozes de deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP, do PPM e de alguns deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Mesa poderia informar qual é o tempo restante do Governo, da bancada do Partido Socialista e das outras bancadas, na discussão desta matéria?

Presidente: Sr. Deputado, deve saber que esta discussão não é feita por tempos globais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então podemos saber os tempos utilizados por cada uma das bancadas?

Presidente: Não sei se essa conta é feita e também não vejo qual é a utilidade para o andamento da discussão.

O Sr. Deputado pode fazer as contas.

A Mesa faz as contas de que necessita para a boa condução dos trabalhos.

Ao contrário do que foi criticado e do que foi deliberado relativamente a proposta idêntica discutida em Fevereiro, esta proposta não é discutida de acordo com tempos globais, mas sim de acordo com o artigo 92.º e seguintes do nosso Regimento. Cada deputado tem direito a duas intervenções e depois a um conjunto de pedidos de esclarecimento. É por isso que eu, quando dou a palavra, independentemente daquilo que substantivamente os Srs. Deputados pretendem fazer, falo em intervenção, primeira intervenção ou segunda intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A minha interpelação é só no sentido de saber os tempos utilizados, se e quando for possível, Sr. Presidente.

Presidente: Vou ver se a Mesa os pode fornecer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar.

Para uma segunda intervenção, de acordo com o artigo 92.º do Regimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então, ficamos sem saber os tempos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado Aníbal Pires, o Governo tem todo o tempo do mundo!

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Deputado, quando vai lá para fora fumar e ficamos aqui a trabalhar, o que é que vão pensar disso? Vou passar a contabilizar esses tempos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vou abster-me de responder a isso.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeçia que deixassem falar o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para referir, essencialmente, dois aspectos que me parecem fundamentais nesta altura do debate.

Em primeiro lugar, referir e registar que a Sra. Secretária, envergonhadamente, não respondeu à questão muto directa e objectiva que lhe coloquei há pouco. Não respondeu, porque lhe acusa a consciência e porque ontem o Governo tentou, aqui, passar-nos a todos um atestado de incompetência, misturando conceitos como faltas, licenças, dispensas...

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e confundindo os distraídos, julgando que os professores eram um bando de privilegiados, que tinham aqueles benefícios todos que foram enumerados.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A Sra. Secretária e o Governo sabem perfeitamente que aquilo que foi referido ontem é, nem mais, nem menos, a lista de todas as faltas que qualquer funcionário público pode gozar, equiparadas a serviço efectivo. Portanto, quando ontem veio com aquela intervenção e hoje se cala à pergunta que lhe coloquei, isso só prova a sua má fé.

É evidente que as faltas que são equiparadas a serviço efectivo, como já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Paulo Rosa e muito bem, não têm consequências directas na progressão dos funcionários. Mas o que se passa é que, se não a impede directamente, o que vai acontecer é que, por via regulamentar uma parte significativa delas passa a ter influência na avaliação dos professores, e assim passa a ter também influência na própria progressão

desses professores. Se a assiduidade contribuir para que o professor não tenha *Bom*, ele fica impedido de progredir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Assim, aquilo que ontem aqui se quis fazer passar não é rigorosamente verdade. A verdade é apenas esta: um professor que, em 100 aulas, falte, por motivos justificados e com faltas que são equiparadas a serviço efectivo, a 3, fica impedido, de acordo com a grelha que o Governo quer aprovar regulamentarmente, de atingir a classificação máxima na sua assiduidade.

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Não fica.

O Orador: Isto é penalizar quem está doente, é penalizar quem precisa de dar apoio a um familiar, é eventualmente penalizar quem não merece ser penalizado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade dos factos é esta e o silêncio da Sra. Secretária envergonha o debate democrático nesta Assembleia.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Segundo aspecto:

É evidente que o debate e que as questões relacionadas com a avaliação dos docentes não se resumem à grelha de avaliação. Nós defendíamos e defendemos que, do ponto de vista legislativo, o procedimento mais correcto é aquele que foi seguido agora, ou seja, desanexar as grelhas para decreto regulamentar. Defendíamos e defendemos isto porque entendemos que o Governo e os outros grupos, nomeadamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com quem nos relacionamos aqui na Assembleia, são instituições de bem. Aquilo que nós assumimos e aquilo que nós presumimos é que por via regulamentar irão interpretar com rigor a legislação e ser fiéis ao que se aprovou nesta casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! É verdade!

O Orador: Infelizmente, o que aconteceu foi um acto de clara má fé por parte do Governo Regional.

Eu explico porquê.

O anterior estatuto dizia que se os professores, em 100 aulas, faltassem a mais de 5, mesmo que fossem equiparadas a serviço efectivo, esses professores eram impedidos de ter *Bom* na sua avaliação e, portanto, eram impedidos de progredir na carreira. Essa norma, como outras

do mesmo teor, foi retirada, na proposta que foi feita aqui no mês de Fevereiro pelo Governo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Para que serve o debate na especialidade?

O Orador: E qual foi a conclusão que todos os partidos nesta casa e que as forças sindicais tiveram? Que, finalmente o Governo metera a mão na consciência e retirara do diploma essas cláusulas injustas e discriminatórias para os professores.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exactamente.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Foi essa a expectativa criada nos professores.

No entanto, o que aconteceu? Retirou-se isso do Estatuto, que passou a ser omissivo nessa matéria e agora, por via regulamentar, nas costas desta Assembleia, contra o espírito do que foi aqui conversado e debatido, os senhores até agora reduzem o número de faltas que o professor pode dar, que passam de 5 para 3.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este comportamento que o Governo Regional teve nesta matéria é claramente de má fé. É um comportamento que procurou, apenas, resolver um problema circunstancial: a grande contestação que havia nas escolas aos professores. Mas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, “*quem com ferro mata, com ferro morre*”. Esta atitude que o Governo Regional teve para com os professores vai ter, da classe docente, uma resposta à medida.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, Sr. Presidente, para deixar absolutamente claro que, na sequência da interpelação que fiz à Mesa, ontem, é diferente o nosso entendimento daquilo que é ou deve ser o âmbito da discussão que ora fazemos sobre esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Presidente corrigiu!

O Orador: Devo também dizer, Sr. Presidente, que respeitamos o entendimento de V. Exa. e da Mesa acerca da abrangência que deve caber à discussão na generalidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

A verdade, no entanto, é que assistimos aqui a intervenções de tribuna que, face ao seu objecto, são claramente intervenções de matérias na especialidade; assistimos também a algumas outras que, claramente, desfocam o objecto...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade. Não apoiado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não convém discutir.

O Orador: ...que está em cima da mesa para discussão na generalidade e na especialidade, relativamente a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional; e assistimos até a uma outra que nada tem a ver nem com o objecto da discussão nem, sequer, com aquilo que é a forma e a dignidade que se espera do tratamento que estas matérias devem merecer nesta nossa câmara.

Dito isto, Sr. Presidente, quero dizer com absoluta clareza, e na sequência da intervenção que foi feita pelo Sr. Deputado Artur Lima, que, respeitando o sentido abrangente desta discussão na generalidade, não deve V. Exa. nem os deputados que compõem esta câmara esperar, do nosso grupo parlamentar, a discussão de outras matérias que não aquelas que aqui vieram para discussão no âmbito desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Que isto fique absolutamente claro, para que não fiquem quaisquer dúvidas por que razão é que algumas interpelações, perguntas, dúvidas, discussões que venham a ser lançadas vão ficar, como têm ficado, sem resposta da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Têm ficado, é verdade.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Farei a minha participação muito rapidamente, para esclarecer dois aspectos que me parecem relevantes e que dizem respeito à bancada do Governo.

Como hão-de convir os Srs. Deputados, a gestão da participação da bancada do Governo nos debates é feita pela bancada do Governo. Assim, não é pelo facto de veementemente apelarem a que um determinado membro do Governo corresponda aos vossos interesses estratégicos de debate que esse membro começa a participar no debate.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é estratégico, é legítimo!

(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e do CDS/PP)

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente?

Portanto, Srs. Deputados – eu agora ia reconhecer uma coisa que me parece ser aquilo que vos levou a terem esta reacção tão inflamada –, é legítimo, com certeza, que venham para este debate com uma ideia estratégica de como hão-de tirar partido do debate. Isso é legítimo. Aliás, foi isso que o Sr. Deputado Rui Ramos fez, logo no princípio do debate: em vez de discutir a proposta que estava em cima da mesa, começou por falar na importância da educação para a humanidade e depois passou àquilo que lhe interessava, que eram as grelhas de avaliação, que nem sequer fazem parte da proposta de diploma em apreciação. Ou seja, o senhor fez tudo o que quis e é legítimo que o faça.

Mais: os senhores acusam o Governo de não participar, mas a segunda pessoa a intervir no debate foi a Sra. Secretária da Educação, pelo que eu não percebo qual é a crítica.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Com que tema? Com que tempo?

O Orador: Fez a intervenção que entendeu, não vai fazer a intervenção que os senhores querem que a Sra. Secretária faça!

Ou toda a gente tem legitimidade, neste Parlamento, para definir a sua maneira de participar, para definir as estratégias que quer, mas o Governo não tem a mesma legitimidade e, quando o faz, é arrogante e não vos respeita? Desculpem, mas isso não é verdade e os açorianos têm de o saber.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Temos a mesma legitimidade para definir a nossa participação, que os senhores têm para definir a vossa.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): O Governo está aí para prestar esclarecimentos aos açorianos!

O Orador: Não há aqui nenhum desrespeito. Há, simplesmente, a gestão autónoma da bancada do Governo, que é nossa, quer os senhores queiram, quer os senhores não queiram.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Os senhores não querem ouvir. Os senhores gostam muito de falar, mas não gostam de ouvir. Também têm de ouvir, de vez em quando.

Essa legitimidade deriva directamente dos votos das pessoas dos Açores, dos açorianos, não deriva da vossa opinião nem da quantidade de vezes que os senhores disserem que o Governo tem de falar. Julgo que é inócuo, que não tem interesse nem valia passarem o tempo todo a dizer “Agora é que o Governo devia falar, agora era o membro X do Governo que devia falar, agora era o Y”. Desculpem a sinceridade e a brutalidade, mas isso não é da vossa gestão, não é do vosso arbítrio e, portanto, não vale a pena continuar a fazer esse tipo de debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vá explicar isso aos professores!

O Orador: A matéria que está em apreciação no diploma não é tecnicamente aquela que melhor domino, de modo que vou terminar rapidamente a minha intervenção dizendo apenas mais uma coisa: eu gostava de ver – e vou ter a oportunidade de assistir a isso – o que os senhores dirão, quando chegar a altura de debater, na especialidade, a proposta de alteração do PSD, porque os senhores já disseram tudo, já falaram dela 30 vezes! Quando chegarem lá já não haverá nada para discutir...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Há muita coisa. Não se preocupe com isso, não é da sua conta!

Deputado Rui Ramos (PSD): Preocupe-se com o facto de terem sido feitas perguntas ao Governo e não terem sido respondidas!

O Orador: ...porque os senhores transferiram a especialidade para a generalidade, foram buscar o que não estava em debate e ainda criticam os outros por não vos acompanharem nesse aproveitamento demasiado elástico do que é o Regimento e do que deve ser feito nesta sala.

Eram estes dois pontos de honra que o Governo fazia questão em aqui deixar.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Helder Silva, ontem, depois da esclarecida intervenção do Sr. Presidente na sequência da interpelação à Mesa que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar fez, julguei que tivesse caído em si...

Deputado Helder Silva (PS): Não entendeu as minhas palavras. Eu respeito o entendimento da Mesa.

O Orador: ...e entendido que, realmente, aquilo que estava a propor era, pura e simplesmente, a censura completa a determinados temas neste Parlamento, podendo-se falar só naquilo que os senhores querem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Pensei que seria assim, porque, com aquilo que o Sr. Presidente tinha acabado de dizer, ficou tão clarinho que só quem está nisto por má fé não entenderia tal coisa.

Agora, respondo directamente a uma questão que foi colocada pelo Sr. Secretário Regional da Presidência quando disse que a primeira pessoa a ter intervindo por parte do Governo foi a Sra. Secretária...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade.

O Orador: ...esclarecendo relativamente ao elencar do tipo de faltas e licenças, e que o fez de uma forma perfeitamente circunstanciada e fez muito bem.

No entanto, verificamos hoje que não esclareceu tudo, conforme o meu colega Jorge Costa Pereira acabou de referir, porque não disse a verdade toda, mas a resposta que deu foi correctíssima: entrou perfeitamente no tipo de intervenção que tinha sido feito antes – provavelmente ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Helder Silva gostaria, mas ele, obviamente, também não manda na bancada do Governo –, esclareceu e, hoje, deveria ter feito exactamente a mesma coisa, porque é aquilo que se pretende deste Parlamento.

Nós não estamos aqui a falar uns para os outros, nós estamos aqui a discutir, a fazer um debate, sobre questões que têm como fim último o benefício dos açorianos, é isso que nós fazemos aqui. Portanto, quando são colocadas questões por parte dos diversos grupos

parlamentares, incluindo o Partido Socialista, aquilo que o Governo deve fazer – obviamente que define a sua agenda, tem toda a legitimidade para o fazer e ninguém critica isso –, é esclarecer as questões que lhe são colocadas. Quando não o faz, é unicamente porque utiliza táctica política e, pura e simplesmente, se demite de esclarecer os açorianos sobre as questões.

O que manifestamente aqui fica claro é, em primeiro lugar, que o Sr. Deputado Helder Silva não ficou muito contente com o esclarecimento que ontem o Sr. Presidente deu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Como tal, e porque não interessa ao Governo, aquilo que os senhores estão a fazer neste momento, Governo e Partido Socialista, é entrar em greve ao debate. Estão a dar um espectáculo perfeitamente lamentável e estão, basicamente, a contribuir para que, em situações futuras, a malfadada abstenção que se verificou nas europeias possa, ainda, aumentar. Isso descredibiliza o que se passa nesta casa e os senhores são os principais culpados.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, considero que esta atitude do Governo e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é algo de verdadeiramente inédito na história parlamentar. Já tive a oportunidade de analisar, até pela minha profissão, os debates parlamentares que se verificaram desde o Liberalismo neste país e deixem-me dizer-lhes o seguinte em relação a esta questão: nunca, em lado algum, alguém teve a peregrina ideia do Sr. Deputado Helder Silva, de apresentar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional e depois dizer “Mas nós só queremos discutir esta vírgula, só se discute esta vírgula”. Isto é razoável, Sr. Deputado Helder Silva?

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Isto é absolutamente incongruente! É duma ignorância brutal.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe que, do ponto de vista político, as críticas que fiz a este Estatuto são absolutamente objectivas. Num curtíssimo período, é a terceira vez que este diploma vem a discussão, e porquê? Porque não está bom.

A proposta é vossa, quem está a alterar este diploma são os senhores. A partir do momento em que propuseram alterações, reconheceram que algo não está bem. São os senhores que têm criado esta instabilidade toda, e de acordo com o quê? De acordo com o contexto, quer o contexto regional quer o contexto nacional, que não vos são favoráveis, bem como o contexto da contestação que os professores e a sociedade fizeram a este Estatuto da Carreira Docente.

Foi com estes factos que eu vos confrontei. Confrontei-vos com estas questões: o contexto político, o curtíssimo período de tempo em que os senhores estão a fazer constantes alterações a retalhar algo que, já se comprovou, não tem condições políticas para subsistir.

Em terceiro lugar, o que disse foi que as condições políticas para que este diploma continue a ser alterado e retalhado por vós, provocando uma instabilidade permanente no sistema educativo, prejudicando os nossos professores, prejudicando os nossos alunos, prejudicando as nossas escolas, esta instabilidade que está criada e o contexto político que temos projecta, de facto, a continuação desta situação. Foi isso que eu vos disse.

Estaremos aqui, daqui a 4 ou 5 meses, para verificar que esta solução, esta proposta, não é ainda a definitiva. Não dou mais de 6 meses para ver os senhores virem aqui com outra proposta. Para além disso, quando chegarmos ao final do ano lectivo, as contradições e os problemas que este Estatuto, este processo de avaliação, vai provocar nas escolas – porque ainda nem sequer foi testado devidamente, em condições concretas e reais e na globalidade – serão tão grandes que o conjunto de alterações que os senhores trarão será uma enormidade.

Esta instabilidade que os senhores provocaram e continuam a provocar no sistema educativo é algo que vos temos de apresentar e condenar politicamente. Eu condeno-vos politicamente por criarem esta instabilidade no sistema educativo regional, prejudicando gravemente os interesses dos Açores e dos alunos dos Açores.

É isto o que eu vos quero dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Presidência, ontem, o Sr. Deputado Rui Ramos falou, na sua intervenção, sobre a questão das faltas. A Sra. Secretária da Educação respondeu e falou na questão das faltas. Ou seja, usando os argumentos do Sr. Deputado Helder Silva, a Sra. Secretária Regional da Educação falou daquilo que não devia ter falado, certo?

Deputado Helder Silva (PS): Já está errado.

O Orador: Sr. Secretário, far-me-á o favor de seguir o meu raciocínio.

Então, se o que o Sr. Deputado Rui Ramos disse não era para ser respondido, se o que ele disse não era matéria em discussão, se o que ele disse não era importante, a Sra. Secretária não vinha dar uma aula sobre férias, faltas e licenças. Quem falou sobre matéria fora do Estatuto foi a Sra. Secretária Regional. Estamos entendidos nesta matéria. Se alguém deu o mote, foi a Sra. Secretária Regional. Isto é irrefutável, é factual, Sr. Secretário.

Agora, devo dizer-lhe, com todo o respeito, que não pretendo gerir a bancada do Governo, não tenho essa pretensão e, se calhar, não era grande gerência. Mas o Sr. Secretário cometeu outro erro: o Sr. Secretário também quis dizer como deverá o PSD fazer as suas coisas, não se absteve de o dizer. Temos de ser coerentes, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não, pelo contrário, disse que podem fazer tudo o que entenderem. Pode ver no Diário da Sessão!

Deputado João Costa (PSD): Mentira. É melhor confirmar aquilo que disse!

O Orador: O que me parece, Sr. Secretário, com o devido respeito, é que este é um triste espectáculo para a democracia que os senhores estão a dar. O que devia estar aqui em causa, o que devia importar aqui, Sr. Secretário, são os interesses dos professores, dos alunos, da sociedade e da democracia participativa. Queixam-se os senhores que os cidadãos não participam na democracia? Queixamo-nos nós todos que falham muitas vezes na sua cidadania? Quando todo um grupo parlamentar não exerce o seu mais elementar direito democrático e de cidadania? Quando uma governante não cumpre a função para que foi nomeada?

Estamos a pedir-lhe esclarecimentos, Sr. Secretário, estamos democraticamente a exigir esclarecimentos. É essa a função duma oposição. A função de um Governo transparente e democrático é dar esclarecimentos à oposição, não é ir dizendo: “Os senhores não têm razão, os senhores são uns ignorantes, os senhores não percebem nada disto, nós é que temos razão, as coisas são assim, assim e assado, os senhores não estão a dizer nada com nada, os argumentos que os senhores apresentam não são válidos”. Têm de dar conta que existem, Sr. Secretário, o que não estão a fazer.

Mais uma vez repito: é pena que os açorianos não vejam o triste espectáculo que os senhores estão aqui a dar.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(* **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria colocar um pedido de esclarecimento rápido.

Parece-me que ouvi aqui, num aparte, que tinha subido à tribuna e tinha dito uma mentira, ou algo do género. Agradecia que o Sr. Secretário da Presidência dissesse, claramente, qual foi a mentira que eu disse ali daquela tribuna.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate transformou-se, efectivamente, numa grande confusão...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade!

Deputado João Costa (PSD): Isso é um *mea culpa*?

A Oradora: ...e “às espécies disse nada”, ou seja, começou por ser um enorme desvio do Deputado Rui Ramos e continuamos no desvio.

Não é para isso que este diploma vem a esta câmara, é para outro tipo de afinações que me parecem imprescindíveis. A confusão e o equívoco tomaram conta do debate e isso é mau, é prejudicial para todos e desprestigiante para o próprio Parlamento.

Em primeiro lugar, eu percebi, pelas intervenções, que há mais coisas que aproximam o Deputado do PPM do Deputado do PCP do que a mesa do jantar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputada, não vá por aí!

A Oradora: Há, por exemplo, o acharem que têm capacidades premonitórias, que são os “*Professores Bambos*” da era do Estatuto. Estão errados, como se vê. Uns, já se viu que estavam, outros ver-se-á que estão, no caso o Deputado Paulo Estêvão.

É evidente que, se o Sr. Deputado Paulo Estêvão tivesse lido o documento e soubesse a matéria que estamos aqui a tratar, não diria as asneiras que disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais?

A Oradora: Do que nós aqui estamos a tratar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é de uma revisão profunda do Estatuto, como quis fazer crer, ou de alteração que instale um clima de instabilidade nas escolas, nas suas palavras. Isso é falso. É preciso recentrar aquilo que está a ser debatido.

Se o Sr. Deputado se tivesse dado ao trabalho de ler o que está em discussão, percebia que as alterações previstas vão, no seu total esteio, no sentido de beneficiar os professores, de repor uma justiça que, por lapso, não estava bem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não ouviu o que lhe disseram há alguns meses. Continua tudo mal.

A Oradora: O Sr. Deputado, com aquilo que veio dizer, veio instalar, o senhor sim, a confusão sobre o que aqui está a ser tratado. Isto não é ser sério, não há nisto qualquer seriedade. O Grupo Parlamentar do PS repudia este tipo de comportamento e não se revê nele.

É evidente que às questões que surgiram neste debate não cabe ao Grupo Parlamentar do PS responder, até porque são questões de detalhe, que nem estão em discussão. Antes de mais, quanto à maioria das questões aqui trazidas – e é preciso também clarificar isso –, o que os senhores querem discutir e as perguntas que querem fazer neste momento estão no âmbito dum Decreto Regulamentar Regional que nem foi a Conselho de Governo, cujas negociações com os sindicatos se encerraram, ponto. Não há mais nada a dizer sobre isso.

O Sr. Deputado Costa Pereira disse, e bem, que na altura defenderam a desanexação e continuam a defender. Muito bem. Se ele foi desanexado, porque é que os senhores insistem em discutir, na generalidade, matéria que faz parte de um Decreto Regulamentar? Se não

percebem e não conhecem a praxe parlamentar, aprendam, mas a verdade é que este não é o momento.

Daí se justifica a participação do Grupo Parlamentar do PS, que não entra nessa gincana política, nem vai atrás dos senhores, sejam eles de que partido forem. Nós estamos aqui para defender, neste caso, uma proposta do Governo que entendemos ser justa para os docentes. Como os senhores não têm coragem de dizer que ela é justa para os docentes, vêm aqui falar de matéria de um Decreto Regulamentar. Nós não estamos convosco.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Chama-se a isto prestigiar a função parlamentar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Cá para mim, penso que tem outro nome.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(* Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só por uma questão de respeito pessoal e também, porque não dizê-lo, de amizade em relação ao Sr. Deputado Rui Ramos, eu gostava de assumir que exagerei no aparte que fiz. O que eu queria dizer e vou dizer agora, é que aquilo que o senhor fez ontem foi uma forma de, sub-repticiamente, associar um determinado critério de avaliação à impossibilidade de progredir na carreira. O senhor sabe que não existe essa impossibilidade e era isso que eu queria salientar, quando usei, erradamente, o termo “mentiroso”. Por isso, peço desculpa.

Obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção que ocorre desde logo sem preparação, mas a surpresa deste debate não me permite, enquanto parlamentar, político e democrata, passar ao lado sem denunciar aquilo que me parece um abuso, um absurdo parlamentar, político e democrático.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Não vai criticar o seu partido, pois não?

O Orador: O Governo apresentou, no Parlamento, uma Proposta de Decreto Legislativo. É seu autor e proponente, por isso. A responsabilidade na matéria é da tutela da Sra. Secretária da Educação, que tem o dever de apresentar a Proposta de Decreto Legislativo...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já o fez!

O Orador: ...e tem o dever de prestar esclarecimentos e de não se furtar ao debate no Parlamento, seja com os deputados da oposição ou com os deputados da bancada que suporta o Governo, com quer que seja que, neste Parlamento, possa ter uma questão a ser esclarecida por parte da Sra. Secretária Regional.

A Sra. Secretária Regional foi directamente interpelada por deputados neste Parlamento. Recusou, como tática, intervir, para com o silêncio poder despenalizar a culpa que, efectivamente, tem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Esta Proposta de Decreto Legislativo anuncia correcções ao Estatuto da Carreira Docente, mas não mostra suficiência na correcção que a oposição considera essencial para o Estatuto da Carreira Docente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: A oposição tem todo o direito, fundado neste impulso legislativo que o Governo provocou, de fazer as alterações e os aditamentos que entender, incluindo os aditamentos que não interessem ao Governo ou à bancada da maioria discutir.

Não prevalece, por isso, no debate, na reflexão política, no entendimento regimental e da democracia, aquilo que disse a Deputada Cláudia Cardoso. É minimizar o debate parlamentar e o poder legislativo do Parlamento, o único que tem poder legislativo na Região Autónoma dos Açores, porque o Governo não quer, na sua proposta legislativa, discutir ou apresentar determinadas matérias que possam balizar devidamente aquilo que passa a ser, sob o ponto de vista regulamentar e administrativo, da responsabilidade do Governo: regulamentar o Decreto Legislativo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Aliás, é do conhecimento desta casa que as oposições apresentaram propostas de alteração ao Decreto Legislativo que envolvem aditamentos e provocam, e bem, a

discussão em matéria de avaliação. Há propostas concretas de alteração a esta Proposta de Decreto Legislativo que falam e propõem o debate e o processo normativo relativamente ao sistema de avaliação.

O que fica registado, neste debate parlamentar e no precedente infeliz que este Governo e a Sra. Secretária Regional querem impor a este Parlamento, é o silêncio tático com que a Sra. Secretária procura disfarçar e despenalizar a culpa que tem.

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: A verdade é que o debate acentuou, por um lado, a culpa que tem, por não corrigir o que, efectivamente, importa corrigir e, por outro lado, a cobardia de não assumir a sua diferença quanto à correcção deste diploma em matéria de assiduidade.

Fica-lhe mal, Sra. Secretária, fica mal ao Governo, fica mal à maioria do Partido Socialista. Não é democrático.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD, do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Até que enfim! Finalmente!

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendo que, num debate democrático, não é necessário dizerem em que altura tenho de intervir.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: Percebeu-se, nitidamente, que havia intenções de aproveitamento político nas questões que me foram colocadas e que acabaram por ser respondidas pelos próprios que as colocaram.

Deputados José Lima e Manuel Herberto Rosa (PS): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Portanto, não havia necessidade de eu responder.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Se não é necessária vai para casa.

A Oradora: Eu entendo que estamos aqui para comunicar uns com os outros e nos esclarecermos uns aos outros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora dispensou-se das suas funções.

A Oradora: As perguntas são colocadas estrategicamente para provocar a confusão. É isso que tem acontecido junto dos professores e por entidades sindicais associadas aos partidos políticos. Esta confusão tem sido gerada pelos próprios que aqui estão.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Eu pensava que a câmara queria ouvir a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. Vamos então ouvi-la.

A Oradora: Eu só queria referir o seguinte: a postura da minha equipa e a minha própria têm sido de esclarecimento e trabalho, com transparência, em prol dos professores e do sistema educativo. As pessoas que estão no terreno e sabem o que se está a passar já notaram isso. O próprio Estatuto da Carreira Docente é a prova clara de que há vontade de continuar a melhorar o sistema educativo.

Nós, ao virmos aqui introduzir estas alterações, algumas delas de redacção, é porque reconhecemos que, em tempo oportuno, tudo tem de ser...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Corrigida a asneira!

A Oradora: Não é asneira, asneira em que sentido?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O diploma que a senhora fez.

A Oradora: Há algumas falhas de redacção, nada de fundo. Nós estamos aqui para corrigir 6 artigos, em 80 e muitos que foram abordados, ou seja, não é nada de fundo.

O debate na generalidade não é igual ao da especialidade. Quando chegar à especialidade nós veremos e eu estou aqui para responder.

Deputado Herberto Rosa (PS): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que este debate acabou por ser um momento importante para a democracia parlamentar açoriana.

A oposição demonstrou que, de facto, estamos muito longe dos tempos do Pinheiro de Azevedo, que disse “Estou de greve, não governo”. É o tal “Não tenham medo, é só fumaça”. Os senhores foram obrigados a terminar com a vossa greve e a vir aqui responder a estas questões.

A verdade é esta: a estratégia do Governo foi colocar de quarentena a Sra. Secretária da Educação, fragilizando-a politicamente, porque o que podia transparecer para a opinião pública e para este Parlamento é que a Sra. Secretária da Educação não estava à altura de discutir as questões da educação com os partidos da oposição. Foi essa a estratégia, que só penalizava a Secretária da Educação. A estratégia da quarentena e de a proteger dessa forma tinha exactamente o efeito contrário, ou seja, de demonstrar a incapacidade da Sra. Secretária da Educação para responder às questões que lhe foram colocadas. Nesse sentido, o facto de os senhores e a Sra. Secretária da Educação terem vindo aqui a este plenário, contra a vossa vontade, responder às questões, foi importante, demonstrou vitalidade do Parlamento.

Esta foi a primeira tentativa deste tipo de atitudes e de quarentenas. Penso que com o que aqui aconteceu terminou esta prática parlamentar de fugir ao debate e de proteger as pessoas. Fundamentalmente, a oposição, do que a protegeu, Sra. Secretária, foi do seu próprio Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Também para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Presidência não está aqui, mas eu queria registar, com agrado, o reconhecimento do excesso.

Queria também reiterar aqui uma questão: no discurso, a única vez que falo na progressão da carreira é para dizer que nós não aceitamos um processo que crie dificuldades à progressão. Foi apenas isso, nunca disse que as faltas impediam a progressão. Todos os deputados que tiverem dúvidas façam o favor de ir ao *site* da Assembleia e ver o discurso que foi proferido nesta casa.

Deputados Artur Lima e Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Era só isso que eu queria dizer e, mais uma vez, reconhecer o acto de nobreza, do reconhecimento do excesso, por parte do Sr. Secretário da Presidência.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar a minha nota positiva quanto à reacção da Sra. Secretária Regional.

Eu creio, Sra. Secretária Regional, que fez tábua rasa de um mau conselho táctico que, ou a maioria parlamentar, ou algum membro do Governo, lhe tinha dado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas quem é que disse isso?

O Orador: Na verdade, há uma correcção: a Sra. Secretária Regional tem o direito de intervir quando entender inscrever-se. No entanto, tem o dever e uma responsabilidade, que era aquela a que estava tentando fugir, a de responder e esclarecer aos interpelantes aquilo que, politicamente, com sentido de responsabilidade democrática, colocam ao Governo, para que ele, com a sua responsabilidade, esclareça o que houver por esclarecer. Admitindo que, com convicção, assumo opinião diferente, recuse a crítica ou a sugestão da oposição, mas que o diga aqui com frontalidade e, sobretudo, com respeito.

É dever do Governo respeitar o Parlamento, é dever de cada membro do Governo respeitar cada deputado e cada força política, seja da oposição seja da maioria parlamentar.

É este registo, Sr. Presidente, que queria deixar, para que a Sra. Secretária Regional, nos primeiros tempos desta sua passagem pela política, pelo Governo e pelo debate parlamentar,

possa evitar repetir o erro ou, sobretudo, não seguir maus conselhos táticos, porque eles só envergonham a democracia e a dignidade parlamentar.

Muito obrigado.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas muito breves.

Em primeiro lugar, para registar que a Sra. Secretária, finalmente, usou da palavra. No entanto, embora tenha usado da palavra, a verdade é que, sobre a substância do que nos interessava ouvir, nada disse.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Como nada disse, o que eu concluí é verdade.

Em segundo lugar, a Sra. Secretária, embora de substância e de fundamento nada dizendo, teve um mérito: ajudou a contradizer aquilo que a Sra. Deputada Cláudia Cardoso aqui há pouco quis afirmar, ao referir que estas alterações que o Governo aqui propunha eram alterações muito importantes, substanciais e muito decisivas para os professores.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Eu disse que eram justas.

O Orador: Pois a Sra. Secretária disse a verdade: estas são apenas questões de redacção.

Finalmente, uma segunda nota, para pôr as coisas no seu devido lugar e para, da nossa parte, deixar esta situação clara. Tem a ver com a questão da grelha, novamente.

Os senhores teriam razão se a questão da desanexação da grelha fosse, *tout court*, aquilo que referiram. O problema não é esse. O problema é que os senhores desanexaram a grelha, num procedimento jurídico que nós reputamos como positivo, mas tiveram um procedimento de contornos políticos inaceitável: tiraram a grelha do Estatuto e, depois, desenvolveram nela normas que contradizem o espírito, as expectativas e o entendimento de todos nesta casa.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): É falso! Não contradizem!

O Orador: Por isso, houve aqui, claramente, má fé, como eu expliquei há pouco porque, se criaram expectativas e se deram sinais num sentido e, depois, por via regulamentar, pretendem impor uma grelha que é pior do que aquilo que estava previsto anteriormente no Estatuto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É por isso que entendemos que isto deve ser discutido, claramente assumido e denunciado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pretende a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, faça o favor, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, gostaria de solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Como disse e muito bem, é regimental, está concedido, regressamos às 17 horas.

Até já.

(Eram 16 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas)

Neste momento, não havendo mais inscrições, passamos à votação do diploma na generalidade.

Coloco à votação o diploma, da autoria do Governo, Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar ao debate e votação na especialidade.

Lembro que o diploma tem 5 artigos. Para os artigos 1.º e 2.º do diploma não temos qualquer proposta de alteração, pelo que, se não houver oposição da câmara, coloco à votação em bloco estes dois artigos.

Não havendo oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para o artigo 3.º do diploma foram apresentadas 3 propostas de alteração. Por ordem cronológica e de entrada, a primeira proposta de alteração é do CDS/PP, para o artigo 85.º. Também para o artigo 85.º, segue-se uma proposta do PCP. Por último, há uma proposta do PSD, que altera o artigo 3.º, pretendendo alterar também o artigo 137.º e aditando os n.ºs 4 e 5 ao artigo 137.º do Estatuto da Carreira Docente.

Para apresentar a proposta do CDS/PP, que altera o artigo 85.º, n.º 2., tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma apresentação muito breve.

Trata-se de uma proposta cirúrgica, aliás como as propostas que realizámos ao Estatuto da Carreira Docente no mês de Fevereiro. É uma proposta que entendemos ser séria e responsável e que não é nenhuma extrapolação. O facto é que, da forma como está redigido no Estatuto, este artigo 85.º permite que, a partir de 2010/2011, quando os professores em início de carreira auferirem todos pelo índice 167, deixe de existir a paridade que existe, neste momento, com os professores contratados profissionalizados.

Essa paridade existe neste momento e nunca houve uma explicação cabal e clara para o facto de ela acabar. Nós não sabemos se foi por lapso de redacção ou se foi intencional acabar-se com essa paridade. O facto é que, se acabarmos com essa paridade, vamos agravar

ainda mais as desigualdades dentro das escolas e isso terá, obviamente, repercussões no ambiente escolar, em última análise com prejuízo para os alunos desta Região.

Há, neste momento, cerca de 800 professores contratados na nossa Região. Não podemos esquecer que, em grande parte, se trata de docentes profissionalizados licenciados, ou seja, altamente qualificados, que têm uma tarefa de grande responsabilidade: contribuir para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos desta Região, seus futuros cidadãos. Pensamos que o sistema educativo regional lhes deve muito e acabar com esta paridade sem uma explicação aparente não nos parece justo.

Portanto, a nossa proposta vai no sentido de, a partir de 2010/2011, todos os professores contratados profissionalizados nesta Região auferirem pelo mesmo índice que auferirem os professores em início de carreira nessa altura, tal como acontece agora. Obviamente que os professores contratados não profissionalizados, que são aqueles com habilitação própria, como vulgarmente lhes chamamos, e que auferiam pelo índice imediatamente inferior aos licenciados, subirão também um índice, por equiparação.

Quanto aos docentes em período probatório, não faz para nós qualquer sentido que, sendo docentes do quadro, embora provisório, auferam com um índice inferior a docentes contratados, daí nós propormos que auferam pelo índice 151 também a partir de 2010/2011. Depois, no ano seguinte, em que presumivelmente passarão a professores de nomeação definitiva, entrarão, de facto, no índice 177, tal como os restantes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(*) Deputada Graça Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, a proposta de alteração ao artigo 85.º não faz sentido, tendo em conta que as carreiras são iguais em todo o país e, no todo nacional, esta situação não se verifica. Para além disso, o CDS/PP incorre aqui num erro, ao propor que um professor licenciado contratado, que poderá nunca ser professor, não pertence a um quadro e não é um professor efectivo, possa ganhar mais do que um professor em período probatório, que está na mesma numa situação não pertencente ao quadro. Pode sempre ganhar mais. Concorda comigo?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não concordo, mas aceito a sua explicação.

A Oradora: Relativamente a essa situação, consideramos que os índices são iguais em todo o país. Não podemos criar uma desigualdade ou disparidade neste todo nacional.

De facto, todos os professores têm tarefas de responsabilidade, é evidente, mas uns, quando pertencentes a um quadro, têm outras diferenças relativamente a um professor que, neste momento, não pertença ao quadro de uma profissão. Em qualquer profissão, em qualquer empresa, em qualquer regime, essa situação é distinta. Sabemos muito bem que muitas das situações de contratos passam pelas escolas porque não têm mais nada para fazer, nalguns casos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é bem assim, Sra. Deputada. Essa situação só se verifica em determinados casos!

A Oradora: Esta é a nossa intenção, tal como também sabemos que, quando essa alteração for feita, como foi falado e como foi pedido relativamente à alteração dos índices no continente, a Região estará aberta a fazer essa alteração.

É só.

Muito obrigada.

Presidente: Não havendo mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados, vou colocar à votação a proposta para o artigo 85.º, feita através do artigo 3.º do diploma, apresentada pelo CDS/PP. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não me vou alongar muito. De qualquer maneira, tinha mais coisas para dizer, mas vou dizer só uma.

De facto, a argumentação da Sra. Deputada Graça Teixeira cai, completamente, por terra, no nosso entender, porque nós temos Autonomia, temos um Estatuto próprio, e os índices

remuneratórios não impedem a mobilidade. Já a estrutura da carreira é outra história, e nós em Fevereiro tivemos a oportunidade de dizer aqui que mexer na estrutura era desejável, mas precoce.

Agora, estamos mais uma vez a bater no verbo “aguardar”, do qual eu falei ali em cima. Estamos a aguardar, estamos a ser seguidistas em relação à República...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e, para o sermos, muito claramente, não nos serve de nada ter um Estatuto diferenciado.

Muito obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Presidente: Passamos para a proposta de alteração seguinte, também ao artigo 85.º, n.º 2. Propõe-se um novo n.º 3, com a remoção dos actuais n.ºs 3 e 4.

Trata-se de uma proposta de alteração do PCP. Para a apresentar, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que a Representação Parlamentar do PCP apresenta tem os fundamentos, no essencial, que a proposta do CDS/PP apresentava e visa repor aqui alguma justiça em termos remuneratórios, uma vez que a alteração feita ao Estatuto acabou por prejudicar os professores nesta situação. A essência da proposta é esta, os fundamentos estão ditos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo inscrições, vou colocar à votação a proposta de alteração ao artigo 85.º, via artigo 3.º da proposta de diploma apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos passar para a proposta de alteração seguinte.

Trata-se de uma alteração ao artigo 3.º feita de dois modos: em primeiro lugar, acrescenta-se à epígrafe do artigo a intenção de também se alterar o artigo 137.º do Estatuto da Carreira Docente; em segundo lugar, adita-se, ao mesmo artigo 137.º, dois números, os n.ºs 4 e 5.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Ramos, para apresentar a proposta.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de aditamento que trouxemos a esta câmara visa, em primeiro lugar, dar a segurança e a garantia aos docentes de que, em determinadas situações, aliás verificadas no continente, os professores não podem ser penalizados na avaliação em relação a estas faltas. Gostaria de esclarecer aqui várias situações.

Desde logo, esta alteração prende-se também com aquilo que nós consideramos dever constar no modelo de avaliação. O modelo de avaliação deve fazer tudo para perseguir a estabilidade e a motivação, porque é isto que, efectivamente, conduz à excelência. O facto novo que nos levou a fazer isto foi, precisamente, sabermos que o pôr em prática o Estatuto, ou aquilo que estava plasmado no Estatuto, não respeitava bem aquele que foi o entendimento desta câmara e aquele que tinha sido, de facto, o espírito aquando das negociações com os representantes dos docentes.

Consideramos que há determinadas situações, desde logo faltas que são dadas não por vontade própria do docente, por exemplo no caso de acompanhamento de filhos, doenças crónicas e, ainda, na prestação de provas de avaliação, na licença sabática, na equiparação a bolseiro, na prestação de provas de concurso, e tudo isto está, de algum modo, plasmado no Estatuto nacional.

Nessa matéria e, para além de acharmos de toda a justiça e de sensibilidade social, para evitar que estejamos cá numa situação de desigualdade face ao todo nacional – como a Sra. Deputada Graça Teixeira dizia, não podemos criar desigualdades no todo nacional, e é bom que o argumento também funcione no sentido contrário –, queremos agora que estas faltas fiquem devidamente registadas no Estatuto, para que não haja a tendência de, por via de decreto regulamentar e “*nas costas*” desta casa, possam, de algum modo, vir a condicionar a avaliação dos docentes.

Precisamente por isso...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Sr. Secretário, quando, por exemplo, uma pessoa é convocada para fazer parte do júri dum tribunal, ao que não se pode recusar, e é penalizada na sua avaliação por isso; quando se partiu de um pressuposto de que o professor, para não ser prejudicado nas menções máximas da sua avaliação, no que concerne à assiduidade, tinha de cumprir 95% das aulas e, no intuito da actual Secretaria Regional da Educação, se passa para 98%; é pois preciso que essas faltas fiquem claras, para que os professores, os alunos, a escola e os açorianos em geral saibam que, nestas matérias, não haverá mais equívocos e que as coisas estão, agora, clarificadas.

O que nós queremos é, efectivamente, clarificar aquilo que deve e aquilo que não deve...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Sr. Secretário, faça o entendimento que quiser.

Os açorianos e os professores em particular sabem que é de toda a justiça isto que estamos a fazer.

A votação determinará o que ficará ou não plasmado no Estatuto e os açorianos e os professores farão, no tempo certo, a avaliação da vossa conduta.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(* Deputada Graça Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não queria entrar numa discussão de inverdades. Gostaria, contudo, de esclarecer quem nos está a ouvir.

Porque acredito e sempre acreditarei que nas escolas os nossos professores são pessoas inteligentes e que não se deixam enganar por falsas e tristes argumentações, são estas as questões que quero, de todo, ver esclarecidas e demonstrar, perante quem nos ouve, que se está a misturar coisas que não são, de todo, passíveis de serem misturadas.

Estamos, de facto, cansados deste discurso miserabilista, deste discurso de inverdades, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): Que os senhores promoveram.

A Oradora: ...de demagogia, de demagogia lírica e sonante, que é música para todos...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é para os professores!

A Oradora: ...aqueles não querem crescer na excelência. Existem, na nossa escola – sim, existem em todas as nossas escolas, todos conhecemos a nossa Região –, muito bons, bons, alguns excelentes e insuficientes professores.

De qualquer forma, voltando ao artigo que estamos aqui a pôr à discussão, relativamente às férias, faltas e licenças e à proposta que o PSD aqui traz, é uma redundância, porque ela está prevista no Estatuto, quando aquele fala em férias, faltas e licenças.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por acaso tem razão, mas vou aprová-la na mesma. Gosto de redundâncias.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Quando nós, no artigo 1.º, dizemos que ao pessoal docente se aplica a legislação em vigor para os funcionários e agentes da administração regional autónoma em matéria de férias, faltas e licenças, com as adaptações constantes nas diferentes secções, estamos a aplicar o 100/99, ninguém de nós tem dúvidas quanto a este aspecto. Também sabemos que as faltas a que nos estamos aqui a referir estão, todas elas, previstas e todos os trabalhadores têm direito a elas, como qualquer outro funcionário. E, também como qualquer outro funcionário, ficam sujeitos às regras dos seus serviços.

Relativamente ao que disse, misturando os 95% que quis aqui trazer como uma manobra de diversão – porque é, pura e simplesmente, uma manobra de diversão, e estamos a falar para pessoas que são também professores e que nos estão a ouvir – nenhum professor é impedido de progredir na sua carreira...

Deputado Rui Ramos (PSD): Eu nunca disse isso. É falso!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era uma graça que os professores ouvissem a Sra. Deputada Graça Teixeira.

A Oradora: Deixem-me continuar, deixem-me esclarecer! Deixem-me continuar o meu raciocínio!

Não esquecendo que os professores têm deveres para com os alunos, deveres que estão também previstos no seus...

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é que é música, Sra. Deputada!

A Oradora: Não senhor, é o que foi aprovado por este Parlamento: os professores têm deveres, para com os alunos, de assegurar o cumprimento de actividades lectivas correspondentes à totalidade das exigências do currículo. Não temos dúvidas.

Para além disso, foi aprovado também neste Estatuto que o nível de assiduidade é um dos indicadores da classificação, artigo 72.º. Correcto? Já foi negociado com os sindicatos.

Agora, aqui, o que tenta o Sr. Deputado contrariar é esta questão que estamos a pôr, que o professor fica impedido de atingir o *Excelente*. Não é verdade, e eu vou demonstrar-lhe como.

Para atingir o *Excelente*, o senhor professor tem de se propor a esse *Excelente*, como todos sabemos. Então, quando se propõe a atingir esse *Excelente*, está a dizer que vai ser *Excelente* em todos os parâmetros. Por sinal o senhor professor até teve um furo no pneu, como tanto gosta de dizer, e não foi capaz de, no parâmetro da assiduidade, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): Eu disse isso aqui?

A Oradora: Disse aqui, disse-o e ouvi-o.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado não quer debater, já percebi.

A Oradora: Posso continuar?

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada Graça Teixeira está um bocadinho perturbada. Já não sabe onde ouviu as coisas.

A Oradora: Não estou perturbada, estou muito calma e vou continuar o meu raciocínio.

Nesse parâmetro, que tanto vos afronta, ou que tanta confusão vos está a fazer, ou com que tanto estão a tentar envenenar as escolas, demonstrarei que não é verdade, porque se, mesmo neste parâmetro, em que não foi capaz...

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

A Oradora: Vou demonstrar, ouça! Não interrompa!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas demonstre!

A Oradora: Se calhar, se não interromper, conseguirá mais rapidamente ouvir-me! E, talvez, perceber.

Relativamente, então, a este parâmetro, ele pode até, repare, ter faltas injustificadas, ou seja, obter zero, porque estamos a falar numa escala de 20, de 200. E se for um zero ali, o senhor professor, que se comprometeu...

Deputado Rui Ramos (PSD): Um zero aqui, outro zero ali...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nunca mais atinge a excelência!

A Oradora: Desculpem! Lá está o seu raciocínio inquinado! Veja só!

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Sr. Presidente...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, talvez fosse útil deixarmos a Sra. Deputada Graça Teixeira falar.

A Oradora: Sr. Presidente, eu pedia autorização para continuar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se explica. Estamos todos à espera.

Presidente: Pode continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Atendendo a que não podemos esquecer a premissa primeira que aqui está: o senhor professor propôs-se a ser *Excelente*. É uma vontade própria. Se, naquele parâmetro, naquele item, por qualquer motivo que lhe seja alheio, ele não conseguiu, ele continua a ser excelente.

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

A Oradora: Desculpe! Ele continua a ser excelente e tem a menção de *Excelente*, porque obteve 180 pontos que, convertidos na escala de zero a vinte valores, como todos os senhores sabem, continuam a resultar numa classificação de dezoito valores. Ou seja, continua a ser um excelente profissional.

Resumindo e concluindo, poderemos dizer que, se assim o entender e para que não se criem mais dúvidas, aquele senhor professor que se candidatou ao *Excelente*, e sempre que cumpre o seu papel, ou seja, sempre que está presente na escola e é um excelente profissional, é

excelente, independentemente de ter faltado injustificada ou justificadamente. Ou seja, se for zero, pode ser excelente na mesma. Se for muito bom, pode continuar a ser excelente, porque, repare, se obteve a pontuação de 14 continua, na mesma, a poder ainda falhar em outros itens, ou seja, a poder ser menos excelente.

Está entendido?

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(* Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Declaração de princípios: a nobreza da política não se joga na contabilidade nem, muito menos, na contabilidade socialista. A nobreza da política joga-se no âmbito dos princípios e é disso que nós estamos a falar, é isso que nos queremos corrigir.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não. Os senhores apresentaram aqui uma proposta de correcção e nós estamos a dar o nosso contributo.

Por princípio, e é disso que se trata, eu admito...

Deputada Graça Teixeira (PS): E o princípio da assiduidade?

O Orador: Sra. Deputada, ouça-me. Eu estou falando do princípio da assiduidade. Aliás, Sra. Deputada, quando à grelha de que Vs. Exas. tanto gostam, está-se a falar, inclusivamente, na dimensão social e ética. E a ética de Vs. Exas. é virem para aqui com jogos de números, a tentar justificar o injustificável.

Eu vou dizer-lhe uma coisa: o PSD admite que a assiduidade deve ser, obviamente, avaliada.

Deputado Francisco César (PS): Como, Sr. Deputado?

O Orador: Já lá vou, Sr. Deputado, não se enerve. Ouça, senão, vai obrigar-me a fazer um desenho. Espere.

Sr. Deputado, o PSD admite que um professor, quando falta porque quer ficar em casa, ou porque não lhe apeteceu, seja, obviamente, penalizado na sua avaliação, sem dúvida nenhuma. O PSD já não admite que um professor que tenha de acompanhar um filho na doença seja prejudicado, nem que fosse meio ponto, Sra. Deputada. Estamos falando de princípios! E, por princípio, por ética política, um professor nessas circunstâncias não pode ser prejudicado. Os senhores, que tanto gostam de apregoar o valor da família, da justiça social, da solidariedade, não admitem que os filhos dos professores tenham o mesmo direito que os filhos de todos os outros.

Vou dizer-lhe uma coisa, Sra. Deputada...

Deputado Francisco César (PS): Isso é demagogia!

O Orador: Não, não é demagogia, Sr. Deputado! Não é demagogia, porque quem tem em casa filhos doentes, quem tem em casa filhos deficientes, sabe, não pensa duas vezes entre prejudicar a sua carreira profissional e acompanhar o filho doente. E os filhos...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Desculpe, Sr. Deputado! Eu sei bem do que estou a falar, infelizmente! Sei muito bem do que estou a falar!

Por outro lado, Sr. Deputado, um professor que se propõe à excelência não tem o condão de adivinhar, não é o “*Professor Bambo*” ou outra coisa qualquer, para ser capaz de adivinhar que, naquele período, não vai ser chamado a um tribunal para ser jurado, por exemplo.

Deputada Graça Teixeira (PS): Por isso mesmo. Está salvaguardado.

O Orador: Está salvaguardado como, Sra. Deputada? Não está, Sra. Deputada!

Nós, quando falamos de princípios, não admitimos que um doente oncológico, um doente que tenha cancro, já penalizado na doença, seja novamente penalizado na sua avaliação! Isso é uma injustiça! Isso é uma insensibilidade social que os senhores, manifestamente, apresentam nesta casa.

É para corrigir isso, para dar indicações de previsibilidade aos docentes, às famílias e aos filhos dos docentes, que nós queremos dar o nosso contributo dizendo, claramente, que determinadas faltas que fogem à vontade, à intenção e à previsibilidade de um docente não

relevam, de forma alguma, para a avaliação do desempenho docente. É tão simples quanto isso.

Estamos falando de princípios, estamos falando de ética, estamos falando de nobreza na política! É disso que se trata!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, convém referir que nesta câmara ficou aprovado que a assiduidade seria um aspecto a validar, a integrar no processo avaliativo. Ponto 1: foi aqui aprovado que assim seria.

Ponto 2: o formulário de avaliação, ou seja, o instrumento que vai permitir a operacionalização deste processo, será abordado noutra instância.

Ponto 3: o que pretendemos é valorizar a assiduidade e os professores que são assíduos sem, contudo, penalizar os docentes que dão faltas equiparadas a serviço efectivo.

Vai ocorrer formação no início do próximo mês, porque nós somos transparentes. Aliás, as escolas já têm agendada essa formação, que vai ocorrer quer para avaliadores, quer para avaliados. Será em termos de reunião geral para todos os docentes de cada escola dos Açores, para que o processo fique, de uma vez por todas, esclarecido e cada um saiba com que linhas tem de orientar o seu desempenho.

Quem ouve as pessoas que têm aqui falado, até pensa que o ideal seria um professor faltar tudo o que quisesse, o ano inteiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é demagogia!

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é demagogia! Eu acabei de explicar aqui o que pretendemos!

A Oradora: É assim: nós estamos a procurar valorizar e salvaguardar aqueles docentes que são excelentes e que ainda...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E que são saudáveis!

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Se entrarmos por que tipo de falta vai ser excluído ou não, nunca mais acabamos.

Há só mais uma questão que eu gostaria de acrescentar...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Posso falar?

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que deixassem continuar a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

A Oradora: Julgo que foi o Sr. Deputado Rui Ramos que, há pouco, referiu o formulário do continente. Querem que nós optemos pelo formulário do continente, ou preferem o formulário dos Açores, a nível de assiduidade?

Deputado Rui Ramos (PSD): Basta aprovar isto!

A Oradora: Não se esqueçam que, no continente, é por objectivos. O Governo Regional tem, há longa data, procurado defender os interesses dos açorianos e dos docentes açorianos, procurando situações vantajosas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Vê-se!

A Oradora: Até a questão dos índices remuneratórios é disso prova. Quando se aplicar no continente, nós aplicaremos cá. Agora, seria uma injustiça nós termos docentes com salário igual e igual habilitação a ganharem, no continente, menos do que nos Açores.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Injustiça para eles, não para nós!

Deputado Rui Ramos (PSD): Acha que um professor colocado deve ser prejudicado na sua assiduidade?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

É preciso efectuar uma clarificação, para que isto fique...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Peça um intervalo regimental!

O Orador: Não é preciso.

A posição do PPM nesta questão é muito simples: se um professor está doente, se tem de prestar, infelizmente, auxílio aos seus familiares – aos seus filhos, por exemplo – ou uma outra condição deste género, este professor não pode ser prejudicado numa décima que seja, porque não é da sua responsabilidade!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é falta de profissionalismo!

Esse professor pode ser excelente, só que não tem aquelas condições e, como lhe disse, não tem culpa de ficar doente! Por isso, não pode ser prejudicado numa décima! É tão simples como isto. É isto que estamos a discutir. Não pode, não deve, nem sequer é racional que isto possa suceder, como verá na fase seguinte deste processo. Este é um direito de cidadania, é algo fundamental. Nesta questão, há algo de fundamental, que é a dignidade e a ética das pessoas.

Um professor que está a faltar, não sendo da sua responsabilidade, não pode ser prejudicado em situação absolutamente nenhuma, por mais mínima que seja. Não pode ser! É tão simples como isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que a questão não se esgota nas contas nem nos cálculos. Esta é, para nós, uma questão de princípios.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: E dentro dos princípios, nós defendemos aquilo que está plasmado no Estatuto, ou seja, que a assiduidade é um elemento integrante da avaliação.

No entanto, isto não nos deve confundir, porque é diferente nós falarmos da assiduidade como elemento integrante da avaliação e penalizar-se os docentes por faltas que não dependem da sua vontade e que têm a ver com situações como doença, como assistência a familiares e outras situações. A maternidade e a paternidade estão excepcionadas e por alguma razão. Toda aquela listagem de faltas que a Sra. Secretária ontem teve a bondade de aqui reproduzir, faltas que são, de acordo com a lei geral, equiparadas a serviço efectivo, têm efeitos na avaliação do docente, embora não dependam da vontade dele. É esta a prática que nós rejeitamos.

A Sra. Secretária diz, com alguma demagogia, que valoriza a assiduidade dos docentes. Nós também, nós achamos que os docentes que são assíduos devem ser beneficiados. Mas, Sra. Secretária, vou dar-lhe um exemplo, para que veja a injustiça do que está nesta grelha.

A senhora diz que valoriza a assiduidade dos docentes. Exemplifiquemos com um professor que nunca faltou às suas aulas, que nunca penalizou os seus alunos com faltas, que foi assíduo a 100%; esse professor, um dia, no final do terceiro período, tem uma reunião e, por má sorte sua, tem um acidente que o impede de estar na reunião. Normalmente, o que faz um professor nestas circunstâncias? Mete um artigo por conta das férias.

Pois esse professor, se meter um artigo por conta do período de férias para justificar uma falta a uma reunião, tem zero na grelha, zero! É por causa desta circunstância excepcional e fortuita que esse professor deixou de ser assíduo e deixou de cumprir as suas obrigações para com os seus alunos?

A senhora acha que isto é justo? A senhora acha que isto é valorizar a assiduidade? A senhora acha que isto é premiar os professores que são assíduos?

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é! Isto é exactamente penalizar os professores por questões que não dependem da sua vontade. Portanto, Sra. Secretária, lamento dizer-lhe, mas isto é uma profunda injustiça, é uma negação do espírito do diploma que nós aprovámos, aqui, há semanas.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, lamento ter de lhe dizer isto, mas é a verdade: para os senhores, aos professores não lhes basta serem assíduos para serem excelentes. Para os senhores, os professores, para serem excelentes, têm de ser saudáveis, não podem ter família e não podem ter familiares que precisem de apoio. E isso é inaceitável!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(* Deputada Graça Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui a algumas afirmações, de facto, de demagogia.

Assistimos aqui a questões e âmbitos de princípios que nós também muito prezamos. Prezamos o princípio de uma escola com alunos e com pais que precisam de todos e que precisam que se reconheça que, como em todas as profissões, há uns que dão mais de si, devendo ser esses os compensados e recompensados pelo seu trabalho. Não poderemos ser todos iguais e nunca poderemos, todos, pensar que iremos nivelar por baixo.

Deputado Rui Ramos (PSD): Já nivelaram.

A Oradora: Essa é a questão.

Além disso, há outra dimensão da excelência e outra dimensão que continua aqui a passar, incorrectamente, para a opinião pública e para os professores, numa tentativa de mascarar o que não é possível mascarar. Como acabei de afirmar e de demonstrar, não é uma questão de contas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores não sabem fazer contas.

A Oradora: Isso, sim, é demagogia dos Srs. Deputados do PSD, quando tentam dizer que uma licença sabática e uma equiparação a bolseiro não são previsíveis, pois este era um acrescento que se pretendia fazer.

(Aparte inaudível do Deputado Rui Ramos)

A Oradora: Desculpe! Tentou-se misturar o que não é misturável. Não é previsível. É isto que está aqui.

Deputado Rui Ramos (PSD): Já lhe dou casos concretos!

A Oradora: A questão que afirmei e continuo a afirmar é que a excelência é um pedido do próprio. Eu até posso sentir que, este ano, não sou, não poderei ser, uma excelente profissional, como muitos querem fazer transparecer. É um direito que eu tenho o de, naquele ano, não pedir para ser avaliada como excelente.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Porque esteve doente!

A Oradora: Desculpe! O estar doente está previsto e passo a explicar-lhe como está previsto.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Porque esteve doente, não é excelente! Acha bem?

Deputado Rui Ramos (PSD): Acha justo penalizar alguém por apoio a um familiar?

A Oradora: Sr. Deputado, ouça, como eu o ouvi.

Mesmo que, como acabou de referir...

Deputado Rui Ramos (PSD): Acha justo penalizar alguém por ir ao funeral de um familiar?

A Oradora: Não seja demagogo!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não estou a ser demagogo!

A Oradora: Profundamente!

Há outro tipo de doenças, a doença de foro psíquico, a doença de foro cancerígeno, a doença de seja qual for o foro, são todas de nosso respeito, de nosso sentimento e de nossa forma de estar.

Para além desta questão...

(Aparte inaudível do Deputado Rui Ramos)

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, inscreva-se!

Deputado Mark Marques (PSD): Isto aqui não é o Palácio de Santana!

Presidente: Está no uso da palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira, faça o favor de continuar.

A Oradora: A questão continua a ser a mesma...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Eu gosto de falar e gosto de ser ouvida, tal como quando falam gosto de os ouvir. Este também é um princípio ético, um princípio de responsabilidade e de educação. Saber ouvir faz parte. Tal como estamos aqui a discutir educação, escola, excelência, princípios, também será importante ter estas questões em conta.

Continuando e respondendo ao Sr. Deputado Costa Pereira, que afirmou que um artigo dado pelo senhor professor o impede de atingir a excelência, isso não é verdade.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Eu não disse isso! Eu disse: penalizado na sua avaliação.

A Oradora: Não é penalizado na sua avaliação.

Penso que o Sr. Deputado Costa Pereira foi professor e, como professor, ...

Deputado Mark Marques (PSD): Foi, não! É professor!

A Oradora: Sim, mas neste momento não é.

Deputado Mark Marques (PSD): Não exerce, mas é!

A Oradora: Nesta questão, eu apelaria à sua memória – julgo ser-me possível apelar à sua memória –, se está recordado, no anterior Estatuto, 21/98, não há tanto tempo assim, os professores poderiam pedir um mês para efeitos de bonificação na reforma se nunca tivessem faltado por motivo algum, nem que fosse um único 152.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é uma bonificação, é diferente disto.

A Oradora: Quando estamos aqui a falar destes assuntos, estamos a misturar questões.

Ninguém obriga um professor a ser excelente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E alguém obriga um professor a ficar doente?

A Oradora: Tal como ninguém o impede de ser excelente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ninguém obriga um professor a ficar doente.

A Oradora: Quando um professor pede excelência, pode não dominar todas as premissas e pode não estar por dentro de uma única premissa. É aí que eu quero que nos concentremos, é aí que eu gostaria que os senhores professores que nos estão a ouvir percebessem.

Esta é a única premissa, ou item, que o professor poderá não controlar, mas, não o controlando, este item não o irá impedir de progredir e de atingir o máximo a que se propôs no início do ano lectivo. Mesmo que ele apenas tenha utilizado um único artigo, ele vai cair num parâmetro de *Muito Bom*. Ou seja, poderá ainda continuar a falhar em outros parâmetros de pontos que continua a ser um excelente profissional.

Gostaríamos todos nós, porque acreditamos numa escola de qualidade e porque conhecemos, porque falamos e continuamos a falar com professores, acreditem sinceramente, Sr. Deputado Costa Pereira e Sr. Deputado Rui Ramos, que estes professores que se sentem injustiçados e se sentiram durante anos injustiçados por não poderem ser diferentes daqueles outros que nivelávamos por baixo com o *Satisfaz*, possam, agora, mostrar a diferença no meio de uma escola que se quer, cada vez mais, com melhor qualidade para toda a nossa Região.

É nisso que acreditamos.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria, relembro que nas negociações sindicais, que ocorreram entre o Governo e os sindicatos, o espírito que presidiu a estas negociações, ou pelo menos ao início destas negociações, apontava para que as ausências legalmente equiparadas a serviço efectivo, em conformidade com o que acontece no restante território nacional, não fossem motivo de qualquer penalização para os docentes. Mais: ficou também entendido que o docente que tivesse uma assiduidade excepcional teria uma bonificação.

A forma como os senhores querem operacionalizar, pôr em prática, a lei e o espírito da lei que preside ao próprio Estatuto da Carreira Docente, desvirtua-o completamente. Vou ler-lhe, Sra. Deputada Graça Teixeira: *“Um docente que tenha dado todas as suas aulas, que tenha feito o máximo pelos seus alunos, esse docente”*, está na grelha, Sra. Deputada, *“basta que dê uma falta não equiparada a serviço efectivo, tem zero na sua assiduidade”*.

Deputada Graça Teixeira (PS): E é excelente.

O Orador: Sra. Deputada, deixe-me falar agora. Também é uma questão de ética.

Não é excelente, tem zero na sua assiduidade. No capítulo da assiduidade, é um zero para os senhores!

Deputada Graça Teixeira (PS): É excelente. É zero na assiduidade, mas atinge os 180 pontos.

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): É zero na assiduidade.

O Orador: É zero, muito obrigado, Sra. Secretária. Já esclarecemos.

(Risos da câmara)

O Orador: Continuando.

É zero, ou seja: um professor que se empenhou ao máximo, que deu todas as suas aulas, mas que teve uma falta não equiparada a serviço efectivo, é zero, como a Sra. Secretária acabou de dizer.

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Não é.

O Orador: Os senhores estão há muito tempo afastados das escolas, só falam com os conselhos executivos. Os senhores têm de falar com os professores, não apenas os professores socialistas, mas com todos.

O que acontece é que, nessas circunstâncias, um professor pensa para si próprio: “Eh, pá! Então eu esforcei-me por não faltar, muitas das vezes deixei de fazer coisas, deixei de acompanhar o meu filho ao hospital, ao médico, eu fiz tudo”...

Presidente: Sr. Deputado, atingiu os três minutos, tem de terminar a sua intervenção.

O Orador: Quando pergunta isso a si próprio, esta é a conclusão que esse professor tira: “De que valeu todo esse esforço, se nem o Governo, nem o Partido Socialista foram capazes de reconhecer que dei as minhas aulas todas e, por dar apenas *uma* falta não equiparada a serviço efectivo, eu tenho zero na assiduidade? Isto é muito injusto”.

Já agora, Sra. Secretária, gostaria de lhe fazer uma pergunta muito simples, de resposta muito simples. Acha justo penalizar um professor que tenha um cancro?

Era só isso que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sócrates já fez isso.

Presidente: Para uma primeira intervenção neste debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate tem estado animado e já estou à espera há algum tempo, desde a primeira intervenção da Sra. Deputada Graça Teixeira, mas obviamente que não posso deixar em claro algumas das afirmações que aqui fez, porque lírica e musical, Sra. Deputada, foi a sua primeira intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Falou em “falsas e tristes argumentações”, falou em discussão de inverdades.

Inverdade, Sra. Deputada, é querer imputar a qualquer deputado desta casa, dos que aqui estão, a afirmação que um docente que tenha faltas legalmente equiparadas fica impedido de atingir a excelência. Ninguém disse isso, aqui, hoje.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputada Graça Teixeira (PS): Acabou de dizer.

O Orador: Isto é que é uma inverdade.

Não senhora, não se trata de impedir, trata-se de dificultar artificialmente, e é aí que reside a questão.

Na generalidade, o Sr. Secretário da Presidência disse há pouco, com alguma graça, que a parte do debate da especialidade tinha sido antecipada para a generalidade. Para nós é uma vantagem, porque a nossa posição em relação a esta matéria das faltas ficou, já, liminarmente clara. Nós, por isso mesmo, associamo-nos completamente a esta proposta do PSD, porque a achamos justa. Uma justiça que é necessária e tem andado arredada dos critérios que têm presidido a este processo.

Uma coisa que ninguém disse aqui hoje e eu gostaria de dizer, ainda no âmbito das faltas, é que é muito importante não nos esquecermos de duas coisas, que estão interligadas.

Nós temos um Estatuto da Carreira Docente próprio, numa Região que tem características próprias, uma Região que tem 9 ilhas e em que apenas 3 ilhas têm hospital com médicos especialistas em permanência. Os formulários que se pretende aprovar em Conselho de Governo são para os professores das 9 ilhas. Ora, os professores que vivem nas 6 ilhas onde não há médicos especialistas têm de se deslocar para consultas de especialidade; são, claramente, penalizados, e isto é mais um artifício introduzido nesta questão.

A Sra. Secretária, no nosso entender, também não foi muito feliz na curta intervenção que fez.

A Sra. Secretária diz que não pretende penalizar os professores. Penaliza, claramente. Não vou voltar a referi-lo, já o referi. Agora, dá-nos outra informação pioneira: a tutela da educação faz tudo para defender os professores da Região. Depois diz, referindo-se à proposta do CDS/PP e à proposta posteriormente apresentada do PCP, que a questão de discriminar salarialmente os professores era uma injustiça. Uma injustiça para quem, Sra. Secretária? Só se for para os docentes da República. Ora bem, a Assembleia da República e o Governo da República têm mecanismos nesta matéria. Que venham atrás de nós, uma vez! Que aguardem eles!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já vieram!

O Orador: O seu argumento, Sra. Secretária, cai por terra, porque, que eu saiba, vivemos numa Região onde temos um ordenado mínimo regional diferente do nacional, como sabe.

Portanto, se é preciso evitar injustiças, então que se volte para trás com o ordenado mínimo regional e que se o equipare ao nacional, que é para solidificar, digamos, a argumentação que a Sra. Secretária aqui utilizou.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para também participar nesta discussão, começando por dizer que é evidente que esta proposta que agora analisamos, do Partido Social Democrata, pretende ficar, como sempre, “*bem com Deus e com o Diabo*”, ou seja, pretende conciliar todas as partes. De manhã pugna pela excelência, à tarde já acha que faltar não é assim tão importante.

Deputado Rui Ramos (PSD): Demagogia, Sra. Deputada. Não esperava isso de si!

Deputado João Costa (PSD): Que falta de seriedade.

A Oradora: De manhã, se está numa reunião com a associação de alunos, defende os alunos; se está com as associações sindicais, defende os sindicatos; e se, por acaso, à noite estiver com a associação de pais, dirá que os pais têm toda a razão e que os professores não podem faltar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sra. Deputada, limitamo-nos a dar razão a quem a tem.

A Oradora: Sr. Deputado, nós não fazemos isto assim.

Clarificando, esta proposta não traz nenhuma novidade. Vamos ser rigorosos, não traz. E porque é que esta proposta não traz nenhuma novidade? Porque a aplicação directa da lei nacional, o Decreto-Lei n.º 100/99, refere exactamente as mesmas faltas que os senhores aqui colocam como prestação efectiva de serviço docente. Portanto, não há aqui nenhuma novidade.

Os senhores querem fingir, mais uma vez, que são inovadores, que são os senhores que vêm “*trazer a boa nova*” do Estatuto, mas não é verdade, Sr. Deputado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Ninguém disse isso.

A Oradora: É preciso clarificar que isto se aplica já na Região, com ou sem proposta de alteração do PSD. Vamos, portanto, clarificar esta matéria.

Depois, relativamente ao nível de assiduidade no formulário, nós consideramos que o que deve ser mesmo privilegiado é todo o sistema educativo regional. Nele se incluem, para além dos professores, os alunos e os próprios pais.

Deputado Rui Ramos (PSD): Música, Sra. Deputada.

A Oradora: Neste âmbito, Srs. Deputados, nós consideramos que a assiduidade é imprescindível, é muito importante. Não deve ser penalizadora mas deve, necessariamente, ser diferenciadora. Um professor assíduo que, apesar de tudo, através deste formulário e desmentindo o que foi dito, pode continuar a ser excelente, tem necessariamente de ser positivamente diferenciado, porque a sua acção tem reflexos nos alunos e no próprio sistema. Não podemos querer “*sol na eira e chuva no nabal*”. É isso que não é correcto da vossa parte.

Vamos a outras clarificações.

Há inúmeras combinações que se podem fazer com essa grelha. Façam as que fizerem, o que os senhores estão a tentar discutir é a perda do *Excelente* por um professor que não é assíduo. Primeira premissa errada. Um professor, apesar de não ser assíduo, bastando-lhe ter a pontuação máxima em todos os itens menos dois, continua a poder ter a menção de *Excelente*.

Deputado Rui Ramos (PSD): A sua assiduidade é zero.

A Oradora: Assim, os senhores estão a conduzir mal, e no vosso interesse, a discussão. Mais: um professor que seja excelente em todos os itens e tenha zero na assiduidade continua a ter a menção de *Excelente*.

Depois, é preciso clarificarmos aqui o assunto, para todos sabermos do que estamos a falar e falarmos todos sobre o mesmo. Não é só o *Excelente* que dá progressão na carreira, Srs. Deputados.

Deputado Rui Ramos (PSD): Exactamente!

A Oradora: O *Muito Bom* dá e o *Bom* também. Portanto, é preciso saber do que estamos a falar. Os senhores lançam a confusão, dizendo que quem não for assíduo vai perder o *Excelente* e não vai progredir na carreira. É falso! É preciso clarificar isto e tornar, de uma vez, claro para os professores ou não, que nos ouvem, do que estamos a falar.

Depois, eu até me atrevo a perguntar: será justo considerar que um professor que não seja assíduo seja excelente? Apesar de a grelha e o formulário o permitirem? Eu até considero que não, embora a grelha o permita.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Depende dos motivos!

A Oradora: Sr. Deputado, nós estamos a falar de coisas muito concretas. Só com seriedade é que as podemos abordar, não é com falsidade e tentando confundir a progressão com a obtenção da menção de *Excelente*, que são coisas totalmente diferentes.

Obrigada.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para, da nossa parte, colocar um ponto final neste debate e para fazer um ponto da situação.

Primeira questão, já referida atrás e agora retomada pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso: disse-se que esta proposta que o PSD apresenta é redundante pela lei geral, na medida em que as faltas que aí estão previstas já estão previstas na lei. Pois estão, obviamente. Só que a senhora não leu o n.º 5.

No n.º 5 é que está a questão. O que diz o n.º 5 é que estas faltas não relevam para qualquer efeito da avaliação do desempenho dos docentes. Aqui é que está o que é essencial.

Por isso, voltamos ao que, para nós, é o *busilis* de todo este debate: a questão dos princípios. Relativamente às faltas que os professores, ou quaisquer funcionários, dão, equiparadas a serviço efectivo, desde as que são por doença a outras, que a própria lei estabelece como sendo faltas que, pela sua natureza, não devem penalizar os funcionários na sua progressão e na sua antiguidade, os senhores arranjam um truque para ultrapassar essa lei, de modo que essas faltas, que a lei geral determina que não têm efeitos na progressão dos professores e

dos funcionários, passem a ter esse efeito, por via da avaliação. É, tão-só, isso que os senhores estão a fazer.

Um professor que está 15 dias internado num hospital é penalizado na sua assiduidade e na avaliação da sua assiduidade, porque não pode ter a classificação máxima em assiduidade, visto ter estado doente. A senhora acha isto justo?

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Na assiduidade.

O Orador: Exactamente, é o que estou a dizer, não estou a dizer outra coisa. Acha isto bem?

É uma questão de princípio, para nós.

Portanto, os senhores podem fazer as contas todas que quiserem com a questão da grelha, com as grelhas todas, não é isso que está em causa. O que está em causa é a questão dos princípios e este princípio, para nós, é fundamental, sagrado e inatacável. Nós entendemos que, se a lei dá essa possibilidade aos funcionários, nas faltas que são equiparadas a serviço efectivo, e protege quem beneficia delas, os senhores não têm o direito de os prejudicar depois.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não penaliza.

O Orador: Penaliza, sim, penaliza e prejudica.

É isso que está em causa, é isso que nós não aceitamos e, por isso, apresentámos esta proposta, que nos parece justa, equilibrada e que defende, sobretudo, os princípios da ética e do bom relacionamento nesta casa.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(* Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Quero apenas reforçar a ideia, que já aqui foi dita, mas eu tinha pedido a palavra antes, de que um docente que seja excelente, mesmo que tenha zero no ponto assiduidade, se for

excelente em tudo continua a ser excelente, porque vai pontuar 180 pontos. É só para esclarecer esta questão e para reforçar a ideia.

Queria colocar algo à vossa consideração.

Um docente em licença sabática, o que significa que não está em exercício de funções, portanto que não tem presença, como o PSD apresentou, um docente que não ponha os pés na escola, pede licença sabática – está no seu direito, é considerado tempo de serviço efectivo –, esse docente, a nível de assiduidade, é excelente?

Deputado Rui Ramos (PSD): Deve ser penalizado! É justo que seja prejudicado.

A Oradora: Mas colocou aqui! Está no conjunto das alterações.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, faça o favor.

(* Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira que eu não reconheço que o PSD tenha a patente da ética e dos princípios.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Também não estava à espera que a senhora reconhecesse.

A Oradora: Os princípios que os senhores propalam, todos os temos. Nós todos temos sensibilidade para estas questões.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não parece, mas já “*emendaram a mão*”.

A Oradora: Muitos de nós, sobretudo aqueles que foram ou que são professores, têm essa sensibilidade.

Agora, não vale deturpar as coisas, Sr. Deputado. Aquilo que eu tentei explicar é exactamente como é. Os senhores confundem, propositadamente, e servindo os vossos propósitos, a atribuição da menção *Excelente* ou a perda dela com a progressão. São coisas diferentes.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não me ouviu dizer nada disso.

A Oradora: O docente é penalizado num item e, reparemos, estamos a falar de um item em 18, estamos a falar de 6 pontos em 200. Isso é que não é correcto nem justo.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Estamos a falar de 20.

A Oradora: Para a lisura da discussão, para que estejamos a falar da mesma coisa, fiz a minha intervenção. Não tem nada a ver com ter princípios ou não, ter sensibilidade à justiça social ou não. Os senhores confundem, porque vos interessa, mas, obviamente, não é disso que estamos a falar.

Estamos a falar duma grelha de avaliação em que está claríssima a importância do nível de assiduidade. Inclusive, e relembrando, nível de assiduidade que os senhores consideraram, na votação do artigo 72.º do 4/2009, que devia ser avaliado. Não se pode dizer que deve e, depois, não querer avaliá-lo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Vamos então proceder à votação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata ao artigo 137.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Já vieram “*emendar a mão*” uma vez e vão voltar a vir. Esperem para ver.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos agora votar o artigo 3.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional, nestes casos por vezes diz-se com as alterações que lhe foram introduzidas, neste caso não é com alterações, porque não lhe foram introduzidas, mas temos de votar, naturalmente, o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, restam-nos dois artigos, o 4.º e o 5.º do diploma, para os quais não foi apresentada qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vou pô-los à votação em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos agora proceder à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta foi aprovada, com 28 votos a favor do PS, 1 voto contra do PCP, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, o **Projecto de Resolução**, da autoria do PPM, que tem por epígrafe “**Criação de Selecções Desportivas Açorianas, estatutária e desportivamente integradas nas competições organizadas pelas respectivas Federações Desportivas Internacionais**”.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto muitos olham para a Europa e para o mundo com um complexo ultraperiférico de inferioridade, o PPM Açores possui uma ideia de centralidade atlântica para a nossa Região. Queremos reforçar os signos de identidade específica do Povo Açoriano. Queremos afirmar a identidade diferenciada do Povo Açoriano no âmbito do nosso próprio anel geopolítico de interesses, afinidades e amizades: o Mundo Atlântico vertebrado na América, na União Europeia, na Macaronésia e nas regiões insulares atlânticas de língua oficial portuguesa.

A nossa ambição política é reforçar e concretizar, com políticas concretas e de grande carga simbólica, o Estatuto de Autonomia Político-Administrativa de que gozamos no seio do Estado português. Vemos, na nossa autonomia política, um instrumento de diferença no

âmbito do Estado português, sem que esse desejo de afirmação própria signifique uma menor fidelidade política à Nação Portuguesa, de que somos parte indelével.

A perspectiva é dar aos Açores e, por inerência, a Portugal uma outra projecção no espaço atlântico. Pela nossa localização geopolítica e vocação histórica, somos a parte da Nação portuguesa que o pode fazer com maiores probabilidades de sucesso. O sucesso dos Açores será sempre o sucesso de Portugal. De um Portugal sem complexos centralistas, unido pela força da identidade comum.

O resto do país encontra-se imerso numa enorme crise de identidade. Nós queremos, deste lado do Atlântico português, gritar bem alto que o futuro se chama ambição, auto-estima e identidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É nesta dimensão que colocamos a questão da criação das selecções desportivas açorianas. Neste projecto, somamos a vontade de evolução competitiva do desporto açoriano à afirmação identitária do Povo Açoriano. Acreditamos que o desporto constitui, actualmente, uma das mais poderosas formas de afirmação dos Povos. A criação das selecções açorianas constitui, para nós, um passo decisivo no sentido de afirmação dos Açores como agente autónomo no panorama internacional. Com a criação das nossas selecções desportivas fortaleceremos o quadro simbólico da nossa autonomia e reforçaremos a unidade do Povo Açoriano.

Ao contrário do que comumente se pensa, a inscrição nas grandes federações desportivas internacionais não está exclusivamente reservada aos países independentes.

Veja-se, neste particular, o caso da FIFA. O ponto número 6 do artigo 10.º dos Estatutos da FIFA refere o seguinte: “Com autorização da associação do país do qual dependa, a associação de futebol de uma região que ainda não tenha obtido a sua independência poderá solicitar a sua admissão na FIFA”.

De facto, das duzentas e oito associações que integram a FIFA, mais de duas dezenas não representam países soberanos. Podem citar-se como exemplos: a Escócia, o País de Gales, a Irlanda do Norte, as Ilhas Virgens Britânicas, a Bermuda, Porto Rico, a Samoa Americana, Macau, Hong Kong, as Ilhas Faroe, as Antilhas Holandesas ou Aruba.

O mesmo cenário poderá ser encontrado nas diferentes federações desportivas internacionais. No âmbito da admissão dos Comités Olímpicos Nacionais, aplica-se o

mesmo tipo de excepções estatutárias. É por isso que a quase totalidade dos territórios autónomos que integram a FIFA também possuem Comitês Olímpicos Nacionais e participam, em virtude disso, nos Jogos Olímpicos.

Constata-se, assim, que as associações desportivas açorianas podem aderir às respectivas federações desportivas internacionais, sempre e quando as federações desportivas nacionais, onde as mesmas se encontrem integradas, o autorizem.

A afirmação desportiva autónoma dos Açores no cenário internacional é, assim, possível. Na minha opinião, não só é possível como é fundamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, importa referir que temos a dimensão desportiva suficiente para o fazer. Possuímos mais de 21 mil atletas federados, 40 associações desportivas, 240 clubes e competições organizadas em 41 modalidades. Alguns dos nossos clubes conseguem competir, ao mais alto nível, em modalidades desportivas como o andebol, o hóquei em patins, o voleibol ou o futebol.

Tudo isto apesar da enorme desvantagem que resulta da descontinuidade territorial da Região. Ainda assim, possuímos uma dimensão desportiva que supera os valores alcançados por grande parte dos outros territórios autónomos que integram as federações desportivas internacionais.

Temos, no entanto, graves condicionalismos no âmbito do acesso à alta competição. Devido sobretudo a factores geográficos, financeiros e estatutários, a presença açoriana nas selecções nacionais está longe de possuir uma correlação equilibrada entre o número de praticantes da Região e o número de atletas seleccionados para as diferentes selecções desportivas.

A criação de selecções desportivas próprias a competirem na Europa ou na América do Norte – dependerá das modalidades – proporcionará aos nossos atletas o acesso a quadros competitivos de grande qualidade.

Ainda neste âmbito, importa realçar que a integração de selecções desportivas próprias em nada afectará a integração dos clubes e das associações açorianas no desporto português, uma vez que a inscrição das associações açorianas nas federações desportivas internacionais não é incompatível com a manutenção da integração no movimento associativo desportivo português e das provas desportivas por ele organizadas.

Este projecto parte, aliás, da premissa de que a integração associativa e desportiva do desporto açoriano no contexto nacional se manterá. De outra forma, os resultados seriam, certamente, contraproducentes. A manutenção dos quadros competitivos regional e nacional, acrescido da vertente internacional, dará ao desporto açoriano condições de enorme progresso competitivo.

Um bom exemplo disto é o progresso verificado nos territórios franceses que integram – juntamente com as Canárias, os Açores e a Madeira – as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia: Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa e Reunião. Os três primeiros integram a Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF) e o último a Confederação Africana de Futebol (CAF).

A CONCACAF, que é a equivalente norte-americana da UEFA, integra 40 associações. Destas, 15 – ouviram bem, 15 – são oriundas dos territórios autónomos, todos insulares, com excepção da Guiana Francesa, vinculados a países como a Grã-Bretanha, a França, a Holanda e os Estados Unidos.

Nesta perspectiva, esta confederação da FIFA é mais um bom exemplo de que todos os que clamam a impossibilidade deste projecto navegam nas águas turvas do desconhecimento e da ignorância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste âmbito, importa ainda lembrar que não será a primeira vez que uma administração autónoma portuguesa legisla em relação a uma matéria desta natureza. Com efeito, **a administração portuguesa de Macau publicou, em 1993, o Decreto-Lei n.º 67/93/M, de 20 de Dezembro, pelo qual foram criadas as selecções desportivas de Macau.** Importa referir que esta legislação permanece em vigor, embora o território tenha passado, em 1999, para a administração chinesa.

Tal como em Macau, salvaguardada a obrigatoriedade de todos os atletas possuírem a nacionalidade portuguesa, algo que é inerente ao ordenamento jurídico português, a ideia não é fazer uma selecção étnica. As selecções desportivas açorianas deverão integrar, além de todos os naturais e dos cidadãos oriundos da diáspora açoriana, todos os portugueses com residência, em intervalo de tempo a estabelecer, na nossa Região.

Os “*velhos do Restelo*”, que surgem sempre que neste país se quer fazer algo mais ousado, dirão que não temos dimensão desportiva para assumir um projecto com esta ambição. Pois

bem, comparem os nossos dados com os outros e verão que superamos quase todos os territórios autónomos anteriormente citados.

Por outro lado, não é de perspectivar que as diferentes associações desportivas portuguesas e o Estado português se oponham à criação das selecções desportivas açorianas. A capacidade competitiva das selecções portuguesas só residualmente será afectada.

A resistência de alguns Estados à formação de selecções desportivas regionais está relacionada com a perda de potencial desportivo das respectivas selecções desportivas ou associada a questões de índole separatista. É o caso da Catalunha, uma vez que o contributo dos atletas catalães para o potencial das diferentes selecções desportivas é muito importante. Também a questão independentista é relevante nesta comunidade autónoma espanhola.

Nenhum destes condicionalismos afecta a Região Autónoma dos Açores. Não temos um peso significativo nas selecções nacionais, nem possuímos partidos parlamentares que defendam teses independentistas. O nosso caso é muito semelhante ao da maioria esmagadora de territórios autónomos que possuem selecções desportivas integradas nas diferentes federações desportivas internacionais: são territórios insulares periféricos, dotados de autonomia política, tão simples como isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além dos argumentos meramente desportivos, esta iniciativa também valoriza os efeitos políticos da criação de selecções desportivas açorianas, nomeadamente no âmbito da projecção externa da Região e do reforço dos mecanismos afectivos e simbólicos desta construção política que é a autonomia e a unidade política dos Açores. Neste âmbito, será necessário começar por reformar a organização, ainda pré-autonómica, do nosso desporto. Temos uma organização ainda pré-autonómica.

Na verdade, o desporto açoriano continua, em termos de organização associativa, estruturado na lógica territorial da antiga organização distrital. O resultado é a balcanização do nosso desporto e o desperdício das sinergias regionais.

A adopção deste projecto implicará a unidade do associativismo açoriano, por isso ele serve a unidade do Povo Açoriano e solidifica a nossa autonomia. A sua adopção enterrará, para todo o sempre, os restos arqueológicos da lógica colonial das “*ilhas adjacentes*”.

Criadas as selecções desportivas, os combinados açorianos passarão a competir ao mais alto nível, algo que dará aos Açores uma projecção internacional nunca antes alcançada.

Por outro lado, a população açoriana não deixará de se sentir muito identificada com o desempenho das várias selecções desportivas açorianas. A extraordinária força simbólica do desporto dará assim um contributo inestimável ao reforço dos signos de identidade e à unidade do Povo Açoriano.

Ainda neste âmbito, a abertura do quadro competitivo das selecções açorianas à diáspora permitirá aumentar a massa crítica de potenciais atletas seleccionáveis e reforçar, através do desporto, os vínculos afectivos e socioeconómicos existentes entre a diáspora açoriana e a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A maior parte das associações desportivas consultadas a respeito deste Projecto de Resolução manifestou a sua concordância, sendo que as que colocaram reservas partiram duma ideia de impossibilidade que os dados apresentados contestam de forma convincente.

A argumentação utilizada por aqueles que estão contra barrica-se apenas na defesa da formação, na despesa que o apoio às selecções açorianas provocaria e no medo de perdermos sempre. O primeiro argumento é tão ridículo que bastará formular a seguinte pergunta: também defendem o fim das selecções desportivas portuguesas para defender a formação? É evidente que uma coisa não invalida a outra. Mais: a perspectiva de poder vir a integrar as selecções açorianas fará disparar a adesão dos jovens ao desporto. A política de formação desportiva atingirá, estou certo disso, níveis nunca antes alcançados.

O argumento da despesa é completamente demagógico, tendo em conta o cuidado que colocámos na formulação da proposta que aqui reproduzo, para contestar o argumento daqueles que se barricam na despesa: «Para salvaguardar os interesses da Região, o Governo Regional fará depender a concessão do conjunto de apoios descritos no número anterior de uma análise prévia que permita verificar, caso a caso – sublinho: caso a caso –, se estão reunidas as condições necessárias para o sucesso desportivo e a sustentabilidade financeira da participação das selecções açorianas nas competições organizadas pelas federações desportivas internacionais». Caso a caso, sustentabilidade financeira e desportiva.

Quando ao argumento das eternas e pesadas derrotas que alguns profetizam, cabe dizer-lhes que não se espera criar armadas açorianas invencíveis, uma vez que ganharemos umas vezes e perderemos outras vezes. Assim é o desporto. Quem perderá com o chumbo anunciado

deste Projecto Resolução são os Açores, nomeadamente as associações desportivas, que manifestaram, no âmbito das audições realizadas, o seu interesse em formar selecções açorianas.

Devido a razões estritamente políticas, alguns países estão a forçar a alteração dos estatutos das federações desportivas internacionais, com o objectivo de os mesmos passarem a não permitir a inscrição de territórios não independentes. Cada vez é mais difícil obter esse *status* e num futuro próximo será mesmo impossível.

No entanto, a obsessão do Partido Socialista em “*chumbar*” todas as propostas do PPM é tão doentia que perderam, neste afã vingativo, toda a noção do interesse regional. Nesta questão, não tenho dúvidas. O PS Açores ficará do lado errado da história da nossa autonomia.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para participar no debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Relativamente à proposta apresentada pelo PPM, de criação de selecções desportivas açorianas, a nossa posição, como aliás foi expresso em comissão, ou melhor, como ficou subjacente, uma vez que não pude votar, ficou expressa e é frontalmente contra. Não porque nos mova qualquer preconceito relativamente ao facto de eventualmente podermos vir a ter selecções açorianas, mas porque esta proposta traz subjacente um modelo de desenvolvimento desportivo ao qual a Representação Parlamentar do PCP é contra.

Há aqui uma matriz ideológica, ao nível do modelo de desenvolvimento desportivo, que a vir a ser aprovada esta proposta teria de se implementar e, quanto a isso, nós somos contra. Por outro lado, não há, pelo menos pela nossa parte, nenhum outro preconceito relativamente a algumas questões que o Deputado Paulo Estêvão levantou desta tribuna.

Eu gostaria entretanto de tentar introduzir aqui algumas correcções.

Na verdade, o modelo de desenvolvimento que hoje existe nos Açores, estando muito longe daquilo que, com certeza, todos desejamos, enfim, mais por uma via ou mais por outra, não pode ser classificado de pré-autonómico, nem sequer em termos organizacionais. Só quem

não sabe, só quem desconhece como eram as participações dos Açores nas competições nacionais é que pode fazer afirmações deste tipo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, também ao nível organizacional se deram alguns saltos e se experimentaram alguns modelos. Com certeza que também aí, a esse nível, muito haverá a fazer, mas nunca situarmos a situação do desporto da Região num nível pré-autonómico. Não tem nada a ver. Aconselho o Deputado Paulo Estêvão a informar-se um pouco melhor sobre a história do desporto nos Açores, nomeadamente sobre a participação dos açorianos e das equipas açorianas nos campeonatos nacionais.

Hoje estamos novamente a ter problemas, com algumas limitações impostas pelas federações nacionais à nossa participação. Esse é um problema que temos de resolver e para o qual o Governo Regional e todos nós devemos estar atentos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E estamos.

O Orador: Não duvido que estejam mas, de facto, começa a haver aqui alguns entraves que nos querem remeter para situações, então, pré-autonómicas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ou pré-socráticas.

O Orador: Ou pré-socráticas. Isso nós não podemos admitir.

Essa, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, é a prioridade relativamente às questões do desporto, e não esta prioridade das selecções dos Açores em representação junto das federações internacionais. Tal poderá, eventualmente, desenhar-se, daqui a algum tempo, não tenho nenhum preconceito relativamente a isso.

Contudo, a questão que se coloca, neste momento, é encontrarmos aqui um modelo de desenvolvimento desportivo que, efectivamente, seja o mais alargado possível, contribua de uma forma decisiva também para a melhoria da saúde dos açorianos e para a melhoria do desempenho desportivo dos açorianos. Isso, sim. Quando tivermos isso concluído, então partiremos para as selecções açorianas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Em relação ao assunto, tive o prazer de ouvir o Sr. Deputado Paulo Estêvão apresentar a sua proposta e há aqui umas coisas que o Sr. Deputado disse, talvez por erro, sobre as quais gostava de o alertar.

Primeiro: disse que os pareceres que foram entregues a esta câmara eram, na sua maioria, favoráveis. Eu contabilizo 5, dos quais 2 são favoráveis.

Deputado Mark Marques (PSD): Então é a maioria?

O Orador: Disse que a maioria é favorável. No entanto, dentro desses tem aqui um muito interessante, do qual eu gostaria de ler alguns excertos.

Este parecer vem da Associação de Natação da Região dos Açores. Porque é que eu aposto neste da Associação de Natação da Região dos Açores? Porque, neste momento, a Região Açores está a denotar uma grande evolução no que é a natação e nos seus atletas açorianos. Diz o presidente desta associação, por exemplo, que: *«Os Açores não têm, quantitativamente, desportistas com qualidade que justifiquem a criação de uma selecção regional»*. Não sei se este é o favorável que mencionou ali. Depois, voltando a falar de natação, *«Como desporto federado no arquipélago, apenas este ano tem uma nadadora com mínimos para participar nos europeus»*.

Veja-se o exemplo do futebol. Quantos jogadores açorianos integraram a selecção nacional desde a geração do Pauleta? Se Portugal ainda não é uma potência no desporto, o que serão os Açores no mundo? Penso que era importante termos em atenção o que ele diz aqui: *«Ao criar uma selecção regional estamos a limitar o contacto com outras realidades, pois os estágios pela selecção nacional só trazem benefícios para os nossos atletas açorianos»*.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mais uma frase dita por ele, que penso ser pertinente o Sr. Deputado ter em atenção: *«Açores nas divisões principais das suas modalidades, por exemplo o futebol, voleibol, hóquei em patins e andebol, que são as modalidades de desporto colectivo que existem com maior percentagem de atletas na nossa Região, existirem inúmeros atletas do continente e/ou estrangeiros neste clubes, quantos atletas nestas modalidades são titulares, no que concerne o desporto federado e de alto rendimento?»*

Como conclusão, este senhor presidente menciona o seguinte: *«Não consideramos encontrar benefícios na criação de selecções desportivas açorianas estatutária e*

desportivamente integradas nas competições organizadas pelas respectivas federações desportivas internacionais».

Bem, primeiro, queria dizer a esta câmara que nunca – e no desporto é exactamente igual – se deve “*começar uma casa pelo telhado*”.

Este Governo tem feito um excelente trabalho no que concerne a formação.

Deputado João Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: Eu não vejo, nem no Sr. Deputado João Costa nem no Sr. Deputado Paulo Estêvão, especialistas na área desportiva, principalmente na área do alto rendimento. Quando diz que entrar nesta aventura não interfere com os investimentos na formação, peço desculpa, mas penso que se devia informar melhor.

Há outra coisa que gostaria de acrescentar aqui. Desses exemplos todos que mencionou, quantos estão realmente no alto patamar do desporto?

Queria lembrar mais uma coisa sobre o que foi dito hoje aqui. Lembre-se de uma coisa, Sr. Deputado, todos os atletas – mas todos os atletas – para terem sucesso têm de se alimentar de vitórias. Por isso, é muito importante, não só pela manutenção do atleta na sua modalidade desportiva, ser motivado. Falou em auto-estima. Eu quero saber como é que as derrotas vão aumentar a auto-estima de um atleta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não tem nada a ver com domingo passado?

O Orador: Vamos falar um pouco dos estatutos da FIFA.

Capítulo 1, artigo 1.º: «*A FIFA deve consistir de associações nacionais, filiadas e reconhecidas como as principais em cada país. Apenas uma federação poderá ser reconhecida em cada país*». Já questionou, Sr. Deputado, a nossa associação portuguesa sobre se autoriza ou não esta situação? Lembre-se, para o futebol é preciso autorização da nossa associação.

Outra questão que é importante trazer a esta câmara, para todos terem em atenção: os atletas açorianos de alto rendimento ou alta competição ainda são uma minoria no total do país. Neste momento, foram só denominados atletas de alta competição 15. Estes ainda estão em percurso de alto rendimento, não são considerados atletas de alto rendimento.

Vou dar-vos aqui alguns exemplos, de que falou, como o caso das selecções de Macau. Em Maio de 2009, dentro do *ranking* da FIFA, a selecção de Macau estava no número 194. Lembre-se que Portugal está em 11.º. É isso que nós queremos para os nossos atletas? E não

se esqueça de uma coisa: Macau tem uma população de 460.823 habitantes. Vamos comparar com a nossa população, Sr. Deputado?

A selecção ou a associação de futebol de Macau tem 53 clubes filiados. Sabe quantas participações na Copa do Mundo? Zero. Sabe quantas participações na Copa da Ásia? Zero. Sabe quantos atletas profissionais têm as associações de futebol de Macau? Um. Sabe onde é que ele joga? É guarda-redes, joga em Hong Kong.

Tirei de um jornal uma frase sobre o desporto de Macau e a sua autonomia, como tanto deseja para os Açores, que achei bastante pertinente trazer cá: «*As ligas e competições são organizadas regularmente todos os anos mas, devido à pequena população, cerca de meio milhão, as ligas profissionais são financeiramente inviáveis*». São jornais desportivos de Macau que dizem isto.

A afirmação desportiva autónoma dos Açores não passa por criar uma selecção, mas sim apostar mais ainda na formação. Para isto, o que menos importa é ser federado autonomamente. Para se atingir um alto nível de competição são necessárias 10 mil horas de treino. Isto é alguém que diz, com altos conhecimentos na área da formação desportiva, 10 mil horas. Para isto, é necessário continuar a apostar na formação, porque o Governo tem apostado e está a apostar muito bem na formação e nós temos de admitir isso.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Desculpe, o senhor não diga isso!

O Orador: Desculpem, eu estou a falar de formação, não estou a falar em alta competição. Vamos ter de definir o que é atleta de formação e atleta de alta competição. Não se esqueça disso.

O Sr. Deputado referiu que existem 21 mil atletas federados na Região. Existem, sim senhor. Mas não se esqueça de afirmar também que 75,12% destes atletas ainda são atletas federados, ou seja, são atletas federados mas de escalões de formação. A formação não compete a nível de Jogos Olímpicos, lembre-se disso, porque é uma das suas ideologias.

Como eu disse de início, “*nunca se deve começar uma casa pelo telhado*”. Por essa razão, o Governo está a investir muito bem, está a apostar muito bem, não só no desenvolvimento da formação desportiva, mas também nos equipamentos necessários para que haja sucesso

nesta área. Logicamente, o investimento, na nossa opinião, deve continuar aquilo que está a ser feito na formação e só depois, mas muito depois, é que se pode pensar como o Sr. Deputado está a pensar.

Assim, o nosso voto será contra a sua proposta.

Tenho dito.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós temos um Estatuto autonómico novo e um Estatuto autonómico novo que permite propostas mais arrojadas e mais ousadas.

Esta proposta da Representação Parlamentar do PPM vem, exactamente, neste sentido. Visa elevar o nome da Região e levá-lo mais longe, projectá-lo internacionalmente. Um exemplo disso e que é do conhecimento de muitos aqui presentes é, de facto, o caso das Ilhas Faroe, de soberania dinamarquesa, ilhas das quais pouca gente tinha ainda ouvido falar, antes de se projectarem em termos de selecção desportiva, neste caso do futebol (não sei se têm mais alguma). Hoje em dia são, manifestamente, reconhecidas internacionalmente.

Também noutra plano, tivemos um exemplo recente de que levar o nome dos Açores mais longe é uma mais valia e gratifica-nos a todos. Falo de Genuíno Madrugá, em relação a quem se aprovaram 3 votos nesta casa, com reconhecida vantagem.

Não estamos a falar do desporto na sua componente tradicional, mas da mais valia que podemos encontrar na projecção internacional da nossa Região. Essa projecção é, de facto, um desígnio atraente.

Porém, como diz o Sr. Deputado Carlos Mendonça e muito bem, as casas não se constroem a partir do telhado e o alicerce, de facto, do nosso desporto tem de ser a formação. A aposta prioritária do nosso desporto tem de ser, de facto, na formação. Há um caminho muito longo a trilhar ainda em termos de formação na nossa Região.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A prova disso é que as equipas que competem em alto rendimento na nossa Região poucos ou nenhuns açorianos têm. São, digamos, atletas importados.

Daí que, como o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse, e bem, em comissão – e nisso partilhamos a mesma visão –, isto é uma visão de futuro. Não temos qualquer dúvida de que um dia a Região irá optar por este caminho, achamos apenas que ainda não chegou o momento. O futuro ainda não chegou, ainda estamos no presente e, neste momento, não nos parece que estejam reunidas as condições para que se avance com esta proposta em sentido favorável. Contudo, também não avançaremos em sentido desfavorável. A posição do nosso grupo parlamentar será a abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desporto, de facto, tem de ser uma prioridade na nossa Região. É este o pensamento do PSD.

Promover o desporto é promover hábitos de vida saudáveis, é combater questões como a obesidade, é combater outros meios em que os jovens podem ingressar, como as toxicodependências. Promover o desporto é, acima de tudo, uma questão de saúde, mas também serve para fomentar a competição. O PSD valoriza isso, valoriza hábitos de vida saudáveis e fomentar-se a competição entre atletas.

Todas as iniciativas que venham neste sentido são, para o PSD, uma mais valia. Todas as iniciativas que venham para promover o desporto, para ajudar a promover os nossos clubes e as associações desportivas da nossa Região são mais valias para o PSD.

No entanto, como disse o Sr. Deputado Carlos Mendonça, *“nunca se deve começar uma casa pelo telhado”*. Aliás, há que ajudar e começar pelas bases, pelo apoio aos clubes desportivos. Enquanto tivermos um Governo que, por exemplo, só apoia uma equipa nas modalidades amadoras a jogar numa competição nacional, não poderemos ir a lado nenhum. É o caso do futsal, em que há equipas com condições para jogar em competições nacionais, mas o Governo só apoia uma equipa. Não podemos dar apoios a uns e não apoiar os outros.

No ciclismo, um desporto em expansão, é preciso apoiar.

No futebol, por exemplo, é preciso combater os custos acrescidos em relação aos clubes nacionais.

É preciso o Governo acabar com os atrasos nos pagamentos aos subsídios.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Atrasos?

O Orador: Vou repetir: É preciso que o Governo pague os subsídios em atraso aos clubes desportivos. Os senhores perceberam.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Quais?

O Orador: É preciso que haja um apoio, por exemplo, para o pagamento das taxas dos aeroportos nas viagens para o continente.

Srs. Deputados, é preciso apoio aos atletas de alta competição. Nesta Região, como aqui disse o Sr. Deputado, só existem 15 atletas de alta competição.

É precisa uma política de formação desportiva na nossa Região e não existe.

O Sr. Deputado Carlos Mendonça sabe muito bem, porque o senhor é especialista em desporto de alto rendimento, mas não sei se praticou o desporto amador, o andebol, o futebol, o futsal. Há muitos problemas no desporto amador que é preciso combater. É preciso apoiar os clubes amadores, é preciso promover o desporto amador.

Deputado Francisco César (PS): Quais são, Sr. Deputado?

O Orador: O andebol, o futsal, o voleibol, quer que lhe faça uma lista, Sr. Deputado? Convido-o a fazer uma visita a determinados clubes da nossa Região, para ver a condição em que os atletas da nossa Região praticam desporto.

Deputado Francisco César (PS): Já fiz.

O Orador: Vá para a rua, vá ver as condições em que os atletas da nossa Região praticam desporto.

Deputado Francisco César (PS): Já fui. Têm muito boas condições. O senhor não fale do que não sabe.

O Orador: Aí, o senhor virá aqui falar do que sabe.

A realidade é essa: o desporto na nossa região não está na melhor forma.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): “*Quantos cantos tem uma bola*”?

O Orador: Srs. Deputados, é preciso apoiar, continuo a dizer. Eu pratiquei desporto amador e sei as dificuldades por que os clubes passam, no dia a dia, para competir em competições nacionais e regionais. Sei quais são as condições actualmente existentes na nossa Região. Não são as melhores.

Assim, o PSD acha que se deve começar por baixo, por apoiar neste sentido. Não achamos que a proposta do PPM venha em boa altura porque, como disse, é preciso “*começar a casa por baixo*” e ter, também, alguma sensibilidade na falta de consistência jurídica da proposta. No futuro, o PSD poderá vir a apoiar uma proposta semelhante. Neste momento ir-se-á abster em relação a esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Reforço aquilo que já aqui foi dito e que entendemos ser prioritário: não há dúvida de que é preciso melhorar a prática desportiva dos Açores, apostando no desporto na escola, na prática amadora e de formação, aumentar o número de jovens que praticam desporto e, até, estender a prática desportiva a diferentes níveis etários. Assim, os recursos que seriam eventualmente gastos para termos uma ou duas equipas açorianas internacional ou nacionalmente representadas, o que a nós não nos parece prioritário, iriam de certeza retirar recursos à formação, que nós entendemos ser prioritária.

Quero também reforçar a ideia de que há uma diferença entre a proposta do Deputado Paulo Estêvão e apostar na formação dos desportistas que, ao longo da sua formação, se vão eventualmente destacar e, portanto, poderão, a partir de determinada altura, estar em competição ou em alta competição. Há muito trabalho a fazer, nessa área, aqui na Região. Damos o exemplo da medicina desportiva, que praticamente não existe nesta Região. Há que fazer aí, também, algum esforço.

Uma vez que a Secretária Regional da Educação está presente, nós gostaríamos de repetir a questão que lhe foi colocada na comissão, em que ela também esteve presente, porque na altura ela não soube responder, e perguntar-lhe qual o montante de investimento em formação que o Governo faz ao nível do desporto e quais os resultados desse investimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deve ter sido problema meu, mas lamento que esta proposta não tenha as condições e o apoio parlamentar para poder vir a ser uma realidade no futuro. De qualquer das formas, considero que cumpri o meu dever em relação a esta questão.

Todos, aqui, são muito autonomistas. Hoje mesmo se falava duma deslocação ao Canadá e eu tive a oportunidade de demonstrar, em relação a essa questão e à minha ligação à diáspora, a minha solidariedade. Penso que há coisas que não têm preço. Para mim, a autonomia não tem preço, é algo, é uma área em que devemos avançar e no desporto ainda não o fizemos. Não o fizemos e estamos a desperdiçar uma oportunidade, porque é uma corrida contra o tempo.

Como tive a oportunidade de explicar ao longo do discurso, é uma corrida contra o tempo, porque, devido a questões de política internacional, algumas federações, alguns países, refiro-me nomeadamente à Espanha, estão a mover influências no sentido de fechar o acesso dos territórios não independentes às federações desportivas internacionais.

O caso espanhol tem a ver com a colónia britânica de Gibraltar que tem, como sabem, 30 mil habitantes, território em relação ao qual a Espanha tem um litígio territorial com a Grã-Bretanha. Gibraltar pediu a adesão a várias federações internacionais, já está na federação internacional de voleibol e a Espanha parou esse processo. A partir daí, está a fechar o acesso das selecções de territórios autónomos, porque é um país com influência política e desportiva.

Portanto, esta é uma oportunidade, digamos assim, única, que está a ser desperdiçada e, dos argumentos utilizados, eu não vi nenhum argumento sólido, sinceramente.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Sr. Deputado Carlos Mendonça, eu já vou responder a todos os Srs. Deputados, faço questão.

Não quero politizar esta questão, porque é uma questão de autonomia e, em questões de autonomia, já demonstrei que estou ao lado do Governo, estou ao lado dos outros partidos políticos, faço-o sempre. Ninguém pode apontar nada em relação à minha posição individual no Parlamento quanto a esta questão. É óbvio que não controlo todas as pessoas do partido, todos conhecem o célebre episódio, que foi lamentável, mas que teve

consequências políticas internas. Em relação à questão da autonomia, a minha posição é sempre a mesma: a defesa da autonomia.

O Sr. Deputado Carlos Mendonça já na comissão me tinha dito que é precisa autorização das associações nacionais. Obviamente e isso está na proposta, está no texto do Projecto de Resolução, como eu já lhe tinha dito. É evidente, isso é uma redundância.

Também já lhe tinha dito que penso que as associações portuguesas autorizam, por duas ordens de razões: Primeiro, porque não afecta ou afecta apenas residualmente a capacidade competitiva das selecções portuguesas. Em segundo lugar, considero que dá uma vantagem às associações desportivas açorianas, na medida em que elas, a partir daí, podem reivindicar às associações nacionais – que, como sabe, maltratam muitas vezes as associações regionais, isto é um facto – que, se não lhes derem as condições desportivas e financeiras a que têm direito, formarão uma associação própria. Penso que seria um instrumento de pressão sobre as associações nacionais.

Quero também dizer o seguinte: referi-lhe o artigo da FIFA que permite a entrada; o Sr. Deputado referiu-me outro artigo. O que é que interessa nesta questão? O artigo que permite a entrada e isso está provado. Há vinte e tal territórios autónomos que entraram. O que interessa aqui é o artigo que permite a entrada e não os outros. Não lhe vou aqui debitar os quarenta e tal artigos, porque isso não tem qualquer tipo de interesse.

Depois, o Sr. Deputado veio com um parecer. O senhor tem 6 pareceres e cita um sobre o qual lhe quero dizer o seguinte: esse parecer não me chegou. Mesmo hoje estive a ver os pareceres que chegaram em relação a este assunto e esse parecer não chegou ao meu conhecimento. Não sei por que via lhe chegou, mas considero que não chegou a todos ao mesmo tempo pois eu, obviamente, desconheço-o e não o posso comentar.

Mas quero referir os pareceres positivos. O parecer da associação regional de canoagem diz o seguinte: *«O parecer desta associação será favorável, se o quadro de financiamento for independente do apoio à actividade competitiva regional nos escalões de formação»*, que é o que está na proposta. Parecer positivo. Segundo, a associação de Muay Thai...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Esse desporto de massas.

O Orador: ...diz o seguinte: *«Este projecto é altamente vantajoso a todos os nossos atletas, pois permitiria a nossa participação, enquanto selecção, nas provas organizadas»*.

Este projecto é altamente vantajoso, é o que aqui diz. Portanto, estão entusiasticamente...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu não percebi...

O Orador: Ouça, Sr. Secretário da Presidência, faça-me o favor de não considerar que existem desportos de primeira e desportos de segunda. Ou, para si, só lhe interessa o futebol? Pelo amor de Deus, esse tipo de questão...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu só não percebi o nome do clube.

O Orador: Não, o senhor estava a subvalorizar as outras competições desportivas. Fica-lhe mal, como membro do Governo, vir fazer esse discurso. Para si há competições e desportos de primeira e desportos de segunda. Faça o favor de manter aqui um debate civilizado sobre esta questão. Mantenha o seu estatuto de governante em relação a esta questão.

Percebeu, sim. Não faça agora esse número.

Quero também dizer-lhe que a Associação de Pesca Desportiva de Mar – que também não lhe deve interessar nada, «Quem é? A associação desportiva do mar? Não é futebol, não me interessa», são os seus comentários – diz o seguinte: «*Em referência ao vosso ofício e após consulta do documento, esta associação está de acordo*». Está de acordo. Já aqui temos três. Outra, a Associação de futebol da Horta, é uma das que diz não, mas é um não por ignorância dos estatutos. Diz o seguinte: «*Apesar de ser interessante a proposta, os estatutos da FIFA não o permitem*». Eu acabo de referenciar, e foi na proposta, o artigo que permite. A FIFA não permite? Eu acabei de demonstrar que a FIFA permite! Estes são argumentos...

Portanto, nenhum dos argumentos, do conjunto apresentado, é válido.

Mais, deixe-me dizer o seguinte: o Sr. Deputado Carlos Mendonça é o deputado jovem mais velho que eu conheço. Em relação a esta questão, quero dizer-lhe porquê: faz-me lembrar o “*velho do Restelo*” do século XV, por isso é que é velho. «Isto é muito mau, nós somos muito pequeninos, vamos perder sempre! Porque nós, açorianos, perdemos sempre!» Nós não perdemos sempre, nos 600 anos de história que temos, Sr. Deputado. Acredite nos Açores! Acredite na competição!

Diz que «Somos uma Região muito pequenina!» Ouça bem: sabe qual é a enorme atracção do desporto? Muitas vezes, é os pequeninos ganharem aos grandes. Olhe a Holanda, que não é muito grande, tem 40 mil km², metade do território de Portugal e já foi duas vezes vice campeã do mundo, já foi campeã da Europa por diversas vezes, já teve clubes campeões da Europa! Sr. Deputado, no desporto não ganham sempre os grandes.

No tempo daquele “*velho do Restelo*” de que eu lhe estava a falar, Portugal tinha um milhão de habitantes e chegámos às selvas da Amazónia, chegámos aos confins da Ásia! Éramos tão pequenos, tínhamos tão pouca população! Por isso lhe digo, esse argumento é um argumento do “*velho do Restelo*”. É falta de ambição, que o senhor aqui trouxe a este debate.

Também me dizem «E a formação? Quando tivermos a formação toda, então veremos». Há aqui tricas partidárias em que não vou entrar, porque não vou condenar o Partido Socialista em relação à sua política desportiva, não vou entrar por aí. Isto é uma questão autonómica e, em todas as questões autonómicas, eu defendo aquilo que considero serem os interesses dos Açores.

Em relação a isto, quero dizer-lhe que não me apresentou nenhum motivo. Porque será que tantas regiões autónomas do mundo querem entrar nas competições desportivas internacionais? Porque será que a Reunião, a nossa companheira da ultraperiferia, entrou? Porque será que a Guadalupe entrou? Estou a falar de territórios que são quatro ou cinco vezes mais pequenos do que os Açores. Porque será que as Antilhas Holandesas quiseram entrar nas competições desportivas internacionais?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Esses grandes potentados.

O Orador: O senhor também, quando entrou no Governo, não é ministro duma grande potência, é secretário regional. Não está contente com isso, não lhe chega?

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Terminou o seu tempo, Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: Sr. Presidente, dê-me mais 30 segundos, para responder aos restantes intervenientes, por uma questão de respeito parlamentar.

Sr. Deputado Aníbal Pires, muito rapidamente, sobre a questão da formação, já lhe disse que, se todos fôssemos esperar pela formação, Portugal, que tem uma formação ainda muito débil em tantas áreas, também ainda não teria selecções desportivas. Diz o senhor que o modelo ainda não é bom. Nunca será bom, nunca será excelente.

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Mas o senhor não disse mais nada!

Em relação à organização associativa, o Sr. Deputado falou na organização associativa, que eu disse ser pré-autonómica. É pré-autonómica a organização associativa, não falei nos restantes. Portanto, o Sr. Deputado teve aqui um acto que não foi muito sério do ponto de vista parlamentar. Eu falei na organização associativa, que ainda tem a lógica dos distritos. É completamente diferente dos outros mecanismos. Está bem citado, neste texto, que estou a falar da organização por distrito das associações.

Muitas associações, como sabem, ainda não estão unificadas. A unificação, a unidade da autonomia ainda não chegou ao desporto, a verdade é essa. Conhecem muitas associações desportivas, conhecem a associação desportiva do futebol da Horta, de Angra, a de Ponta Delgada. E a associação desportiva do futebol dos Açores? Não chegou ainda. Por isso é pré-autonómica.

Em relação ao CDS e ao PSD, os argumentos são os mesmos, acham que não chegou o momento, é o argumento do Sr. Deputado Carlos Mendonça, com o qual não concordo.

Em relação ao Bloco de Esquerda, que não faz uma crítica à proposta mas à política de formação do Governo, eu não me meto nessa questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só queria dar uma achega em relação ao que disse o Sr. Deputado Cláudio Almeida. Nós já sabíamos que a sua opinião, na juventude, é zero em nada. Agora, sabemos que a sua opinião, na formação desportiva, também é *Não*.

Eu também já fui atleta aqui da Região, Sr. Deputado. Mas sabe uma coisa engraçada? Eu fui atleta na altura das vossas políticas desportivas. Nós jogávamos em terra, por exemplo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Onde é que havia campos sintéticos naquela altura?

O Orador: Se acha que não existe política de formação desportiva, vou dar-lhe aqui um exemplo: neste momento, os Açores têm 21 mil atletas federados. Até aos 18 anos temos 15.334. Acha que isto não é trabalhar para a formação, acha que não são políticas desportivas?

Vou dizer-lhe mais uma coisa, sobre as tais instalações desportivas que não havia na vossa altura. Neste momento, na Região Autónoma dos Açores, temos 40 campos de futebol sintéticos. Temos 50 pavilhões desportivos.

Deputado António Pedro Costa (PSD): E na altura dos Descobrimentos, quantos havia?

O Orador: Temos 6 piscinas cobertas e aquecidas de 25 metros. Quantas havia na altura da vossa formação desportiva? Pistas de atletismo, temos 2 oficiais e 2 de treino, com piso sintético.

Posso dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado, se eu na altura não tinha condições, tenho a certeza de que, nesta altura, teria condições de ser um atleta de alta competição, porque há equipamentos adaptados e adequados para que haja essa formação. Na vossa altura não havia nada disso!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, para nós “*retirarmos frases da cartola*” é preciso saber fundamentá-las. É uma lição que lhe dou.

Gostaria de falar um pouco sobre a medicina desportiva.

Nos Açores, Sr. Deputado José Cascalho, temos 5 médicos de medicina desportiva. É importante não esquecer que esta especialidade é reconhecida pela Ordem dos Médicos e, portanto, já não é qualquer um que se pode designar médico de medicina desportiva ou especialista na área da medicina desportiva. Contudo, posso dizer-lhe que temos 5 médicos de medicina desportiva na Região. Por isso, há desenvolvimento, há evolução e há trabalho dentro das políticas desportivas da Região.

Em relação ao que o Sr. Deputado Paulo Estêvão falou, só faltou dar aqui o exemplo de alta competição de que nos falou em comissão, que foi a vitória que teve na Ilha das Flores com os 5 miúdos de futebol da Ilha do Corvo. Isso não é alta competição! Concordo que se façam coisas dessas, agora para preparar uma selecção para alta competição não estamos preparados!

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Paulo Estêvão não me quis dedicar muito tempo, talvez por não ter percebido a profundidade da minha intervenção, mas eu vou voltar à coacção e dizer-lhe que, relativamente ao modelo desportivo para os Açores, não é apenas a questão da formação, sendo que essa é, de facto, muito importante.

Nem vamos estar à espera. Aliás, temos vários açorianos que passaram em várias modalidades, pela selecção nacional. Voleibol, basquetebol, futebol, para citar de momento. Ontem, por acaso, vi um internacional de voleibol, Carlos Silveira, que tem imensas, mais de uma centena de internacionalizações pela selecção nacional.

Deputado José Lima (PS): 120.

O Orador: 120. Muito obrigado.

É evidente que a formação tem dado alguns frutos, mas é também evidente que precisa de continuar a ser incentivada. Tem havido algumas melhorias, que são insuficientes. É preciso mais investimento do Governo ao nível da formação, mas não ficamos por aí. O modelo de desenvolvimento desportivo não passa só por aí.

O desporto e a actividade física não se podem limitar à competição. Aquilo que o senhor está a propor apenas focaliza...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Não se zangue, Sr. Deputado, não se zangue. Tenho de enfatizar esta questão, porque a matriz ideológica subjacente ao modelo desportivo que o senhor defende é “fascizóide”!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, é preciso pormos as coisas no seu lugar. Se o senhor há pouco não percebeu, agora percebe!

Há ainda outra questão, relativamente ao modelo organizacional.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Nós hoje não vamos jantar.

Relativamente à questão organizacional, quero dizer-lhe o seguinte: aquilo que disse também não corresponde à verdade. De facto, ao nível do futebol, quer em termos do poder executivo como, até, do poder legislativo, nós devemos garantir independência na forma como as associações e as federações se organizam.

O futebol, que foi o exemplo que o senhor deu, ainda não quis passar para esse patamar, mas há modalidades que já lá estão e há outras modalidades que já nele estiveram e recuaram. Posso dizer-lhe, por exemplo, que a vela e o *kickboxing* têm associações regionais e o andebol já teve uma experiência de âmbito regional.

Deixemos, portanto, que o movimento desportivo associativo, o federado, que compete, seja independente, para que ele se organize. Não vamos nós dizer-lhe aquilo que ele deve fazer. À Região, ao Estado, compete apoiar, dentro de um regulamento próprio. A Região, como eu há pouco referi, tem outros problemas...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Não, meu caro!

Sr. Deputado, V. Exa. faça o favor de ouvir.

Aquilo que é necessário a esse nível, ao nível do modelo organizacional, cabe às associações desportivas dizer o que querem fazer. Não somos nós que lhes vamos dizer se o modelo é a nível regional, se é a nível de ilha, se é a nível concelhio. Sr. Deputado, prezo muito a independência do movimento desportivo regional.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Não, não pertenço, nem quero pertencer. No que tenho grande experiência é ao nível do movimento desportivo e ao nível do dirigismo desportivo. É isso que me faz ter a posição que tenho relativamente a esta proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem três minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por si, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Quero dizer-lhe o seguinte: eu não retirei a independência, as associações que façam o que querem. Agora, o que eu digo é que, para participar neste projecto, é preciso ter associações açorianas.

Não compreendo como há aqui partidos que dizem «Nós somos os grandes defensores da autonomia, já não é o PSD, agora somos nós que estamos à frente», estão à frente mas depois, na prática, quando se fala em criar selecções açorianas no âmbito desportivo e em reforçar, em dar mais um contributo para a unidade do povo dos Açores, porque o desporto tem uma força enorme em relação à criação deste elemento simbólico de união, não apoiam. O que eu digo é que isto obrigaria à formação de associações. Não quer dizer que as associações que já existem tivessem de desaparecer, obviamente! Teriam era de criar formas de federação! Isto parece-me óbvio! Se o quisessem fazer, o que está no Projecto de Resolução – Sr. Deputado Aníbal Pires, olhe para mim, se faz favor! – ...

(Risos da câmara)

...refere-se àquelas que o quiserem! E chama a isto um projecto “*fascizóide*”? “*Fascizóide*”, imagine-se bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está subjacente!

O Orador: O que aqui está é a liberdade de cada associação, por exemplo, destas que querem que o Governo lhes dê independência.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Para o Sr. Secretário só existe o futebol, não há nada a fazer.

Sr. Deputado Carlos Mendonça, continua sem conseguir apresentar um argumento. Eu ainda estou à espera de um argumento seu para contrariar as selecções.

Por fim, quero fazer justiça aos Grupos Parlamentares do CDS e do PSD. Sim senhor, os senhores vão votar contra a autonomia desportiva dos Açores.

E mais: quero que fique bem explícito que isto é uma oportunidade única. O acesso dos territórios autónomos às federações desportivas internacionais está a fechar, já vos disse. Portanto, não será no futuro: não há futuro, há a oportunidade! Não há futuro para a entrada nas associações desportivas internacionais, é agora ou nunca!

Os senhores, neste caso, não estão a servir a autonomia! Não digo que o façam propositadamente, fazem-no por incompreensão, o que eu lamento. Lamento que tomem esta posição em relação a este assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(* Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mesmo para terminar, o Sr. Deputado Carlos Mendonça não pode comparar o que existia há 16 anos com o que existe hoje, como também não pode comparar o que existia há 16 anos com o que existia há 50 anos! O senhor quer comparar o incomparável!

Há coisas que são lógicas! Não sei se o senhor sabe, mas a tecnologia evoluiu, as coisas evoluíram ao longo dos anos. Vou explicar-lhe e dar-lhe um conselho: é natural que as coisas evoluam. O senhor já devia perceber isso, com a idade que tem. No meu tempo, há 50 anos – como os senhores dizem que eu sou velho – não existia nada!

Mais: não sei qual foi o tipo de desporto que o senhor praticou, ou pratica, mas praticar desporto não é jogar às cartas no Palácio de Santana, é transpirar na rua, com os jovens, no dia a dia! Isso é que é praticar desporto!

O senhor não se esqueça que muitos clubes fecharam e estão a fechar as portas por falta de apoios. Vou dar-lhe o exemplo do Sport Lagoa e Benfica, clube que...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma intervenção ridícula!

O Orador: ...tem os escalões de formação e não tem continuação, depois, nos séniors. O senhor devia perceber isso. E porquê? Há falta de apoio, porque o Governo está a apoiar um outro clube que ficou numa qualificação melhor do que o Sport Lagoa e Benfica. Está a perceber?

Um conselho que lhe dou: o senhor tem de ir para a rua ouvir os clubes e as associações desportivas. O senhor trabalha com o Sporting, que é um clube de elite, o senhor é um mandatário do Sporting em São Miguel, mas tem de ouvir os clubes pequenos, os clubes que, no dia a dia, trabalham com as crianças!

Deputado António Pedro Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como já aqui foi referido, quer pelo Deputado Carlos Mendonça, quer pelo Deputado Aníbal Pires, o Governo não se deve intrometer nas decisões do movimento associativo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

Deputado António Pedro Costa (PSD): É um bom princípio.

A Oradora: O que acontece é que, em termos de apoio financeiro, de acordo com a legislação em vigor, o Governo está em condições de apoiar, mas cabe ao movimento associativo criar as condições organizacionais para que tal aconteça.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, cada federação, de acordo com a modalidade, tem diferentes regras para entrada. Não é ponto assente que todas aceitassem a entrada das associações açorianas. Há ainda a referir que a entrada em federações internacionais levaria a uma eventual diminuição do nível competitivo, o que também já aqui foi referido, quer a nível nacional, quer regional.

A aposta do Governo tem sido, ao longo dos últimos anos, na formação e continua a ser essa a prioridade deste Governo. Para responder ao Deputado Cascalho, no ano passado nós investimos três milhões de euros na formação. Temos, como já aqui foi dito, dados de 2007, 15.334 atletas até aos 18 anos.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem três minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vou utilizar a totalidade do tempo, vou apenas fazer uma declaração muito breve, tendo em conta os Srs. Deputados da Terceira. Quero apenas responder à Sra. Secretária Regional, dizendo o seguinte:

Os argumentos que apresentou em relação à diminuição do acesso à alta competição e tudo isso, não são verdade. Essa é uma afirmação que, pura e simplesmente, não pode comprovar, porque o projecto prevê a manutenção no quadro competitivo português e, obviamente, a criação de um quadro competitivo de acesso das selecções açorianas às competições desportivas internacionais. Portanto, essa é uma afirmação sem qualquer tipo de argumentação ou de factualidade.

Era só esta a nota final que eu queria deixar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Terminado o debate, vou colocar à votação o Projecto de Resolução do PPM relativo à criação de selecções desportivas açorianas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 28 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 15 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Pedia agora às Sras. e aos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência que se acercassem da Mesa, para tratarmos de uma questão.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos de seguida entrar no debate e análise do **Projecto de Resolução do CDS-PP que “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência no sentido de garantir que pelo menos um dos aviões da nova frota da SATA Air Açores fique estacionado na Ilha Terceira”**.

De acordo com o que foi combinado aqui há pouco, e por questões de agenda do Sr. Secretário Regional da Economia, vamos hoje debater e votar esta Resolução, nem que tal ultrapasse, de forma ligeira, as 20 horas. É, portanto, isso que vamos fazer, de imediato.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para apresentar o Projecto de Resolução.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está em curso uma reestruturação da SATA – agora só SATA, sem Air Açores – no nosso arquipélago. Assistimos, infelizmente, àquela que é uma política de centralização, uma política economicista da SATA e do Governo Regional dos Açores, política de centralização e centralismo que o Governo tanto critica em relação ao Terreiro do Paço, em Lisboa.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este tipo de políticas não dignifica o Arquipélago dos Açores nem a autonomia. Nesse sentido, o CDS/PP, após notícias surgidas na comunicação social e, até, em intervenções feitas neste plenário, resolveu apresentar um Projecto de Resolução justamente a recomendar ao Governo que pelo menos um dos 10 aviões, dos velhos 10, ficasse estacionado na Terceira.

Sobre esta medida, é preciso desmistificar os argumentos da bancada socialista e do Governo. Esta medida não é para beneficiar só a Terceira, é para beneficiar os Açores e os açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É para beneficiar o Grupo Central, sobretudo. É para beneficiar São Jorge, a Graciosa, o Pico, as Flores e o Corvo, porque permite maior rentabilidade e operacionalidade da aeronave, porque permite mais segurança do transporte aéreo e, ainda, porque permite melhores tarifas.

Este é o ponto fundamental e fulcral, porque uma das justificações que a SATA dava, no tal caderno de encargos, ou memorando, como assim se lhe chama, era que o *Q-200* se destinava, sobretudo, para servir os Grupos Central e Ocidental. Ora, estacionando a aeronave no Grupo Oriental, aquela fica deslocalizada da sua eficiência. Perde-se eficiência nas ligações aéreas no serviço aéreo mas, sobretudo, prejudica-se uma coisa que se chama serviço público, que é isso que a SATA presta aos açorianos. Este seria, além do mais, um

serviço público de qualidade e mais barato, mais racional, que pouparia custos adicionais à SATA.

As vantagens dessa operação estão apresentadas.

Além do mais, ainda falta dizer que a nossa realidade arquipelágica implica, porque é assim em qualquer parte do mundo – ficam muito aflitos quando se fala em catástrofe, oxalá que não aconteça – que, por razões de mau tempo, se os aviões estiverem todos no mesmo sítio ao mesmo tempo, ficam todos no chão ao mesmo tempo. Isto, qualquer “*vulgar de Lineu*” percebe. O Sr. Deputado Helder Silva não percebe, porque votou contra este Projecto de Resolução. Como votou contra, não percebe que é um risco acrescido termos as 5 aeronaves todas estacionadas numa ilha. É esta política que o Governo propaga e de que faz propaganda, mas na prática faz exactamente o seu contrário. É isto que está a acontecer.

São políticas como esta que se querem nos Açores, para o tal desenvolvimento harmonioso de que os senhores falam mas não praticam, porque permitem fixar, aí sim, gente qualificada em mais uma ilha: pilotos, tripulações de cabine, manutenção, etc., o que os senhores não querem. São os senhores que procuram a fixação de jovens, mas, por outro lado, não lhes dão a oportunidade de se fixarem nas suas ilhas, por teimosia.

Aliás, não é estranho, por algum motivo será, que existam poucos pilotos das outras ilhas, que não de São Miguel, na SATA. É uma coisa curiosa, que os senhores hão-de analisar com cuidado. Os que não são de São Miguel vão residir para lá, é uma opção de vida.

Agora voa outro tipo de aparelho, mas já houve tempo em que, para além de ficar um avião na Terceira, o *Dornier*, o ATP fazia – como ainda faz no Inverno – duas pernoitas na Terceira.

Sr. Deputado Helder Silva, espero que o senhor, com a displicência com que está aí sentado, parece que está na esplanada do “*Peter*”, intervenha no debate e justifique, da parte da sua bancada, esta miserabilista e economicista opção. Pelo menos, ouça com atenção os argumentos, para ver se aprende alguma coisa sobre esta matéria.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Fraquíssimos argumentos. Reconheço-lhe capacidade para fazer melhor.

O Orador: Para já, fico-me por aqui.

Apresentei as vantagens. Quero ver os senhores rebatê-las e apresentarem-me o tal custo exorbitante, a tal duplicação de custos, como diziam o Sr. Deputado Francisco César e o

Secretário da Economia na Comissão. Onde está a duplicação de custos? Os senhores têm a obrigação de provar aqui, hoje, por A+B, a duplicação de custos.

Deputado Francisco César (PS): E o senhor as vantagens!

O Orador: Eu já disse as vantagens, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu apoio a este Projecto de Resolução.

Deputados João Costa (PSD) e Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria apenas tecer um breve comentário que justifica, julgo eu, a nossa tomada de posição relativamente à proposta em apreciação.

Numa região como a nossa, não pode presidir às decisões, pelo menos a algumas – e neste caso, claramente – o custo. Esse não pode ser o argumento.

Deputado José San-Bento (PS): E depois o senhor quer vir para aqui com passagens mais baratas.

O Orador: Talvez por isso, se a gestão fosse diferente, também, mas não só por isso.

Quanto às razões que foram aqui colocadas pelo Deputado Artur Lima, subscrevo-as integralmente.

É uma questão de melhorar a gestão da frota, a operacionalidade dos aviões relativamente aqui ao Grupo Central, mas é, sobretudo, também uma outra questão. Julgo que é um profundo erro, claramente, numa região com as características desta em que vivemos, concentrar toda a frota aérea da SATA em São Miguel. Não há argumento relativamente aos custos que possa contrariar isto.

A consumir-se a reprovação, como tudo leva a crer que vá acontecer, deste Projecto de Resolução, julgo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo estão a cometer um erro enorme.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(* Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós esta proposta não coloca a questão certa, mas tem, ou teve, o mérito de mostrar que a SATA não tem, ela própria, uma estratégia, um plano, para esta nova frota de aviões e não sabe como tirar partido das novas possibilidades e vantagens, nem como prestar um melhor serviço público à Região. Isso ficou claro na Comissão de Economia.

Surpreendemo-nos na Comissão de Economia com a afirmação de que estacionar aviões da SATA na Terceira traz custos inoportáveis. Falou-se, até, no facto de a SATA poder falir. Contudo, o argumento de a manutenção ser obrigatoriamente feita na Terceira não “pega” porque, na verdade, mesmo que o avião esteja estacionado na Terceira, pode fazer a manutenção em São Miguel. Há mais do que um avião. Quanto à argumentação dos custos, o *Dornier* esteve e está estacionado, há mais de 20 anos, na Terceira, e nunca a SATA teve uma preocupação em relação aos custos desta situação. Parece-me, portanto, que esse argumento é falacioso.

Outra argumentação: o Sr. Secretário da Economia diz que a Terceira é a placa giratória para a ligação entre ilhas. É natural, é evidente, que o avião possa ficar estacionado numa placa giratória. É incoerente argumentar que o avião não pode ficar lá estacionado. Se a Terceira é uma placa giratória, faz todo o sentido que um ou dois aviões, até, possam lá ficar estacionados.

Isto tudo para mostrar o quê? Para mostrar que esta argumentação aqui apresentada tanto pode ser válida como inválida, sem de alguma forma se justificar qual é a estratégia que a SATA tem para esta questão. O que nós concluimos é que a SATA não tem nenhuma estratégia, porque não foi mostrada nem apresentada na comissão.

É preciso dados. Se não temos dados, documentação, estudos feitos, se não sabemos quais as opções estratégicas da SATA – e eu pergunto ao Sr. Secretário da Economia se existem opções estratégicas da SATA em relação a este problema e a outros que a SATA tem –, esta discussão torna-se vazia, é uma discussão no vazio, porque não podemos avaliar, politicamente, qual é a melhor opção a tomar.

Assim, queremos que sejam esclarecidos estes pontos e que as soluções encontradas sejam encontradas sem preconceitos. Que se avaliem as alternativas para procurar soluções que melhor sirvam os açorianos e as açorianas. Não nos devemos esquecer do papel de serviço público da SATA.

Para nós, as questões certas são:

Porque razão toma a SATA a decisão de concentrar a frota em São Miguel?

Onde estão os dados, os planos e as estratégias que fundamentam esta decisão?

Qual é o plano de operação que a SATA tem em relação à nova frota? Ele existe? Qual é e quais são os prós e contras que esse plano de operações apresenta?

Finalmente, uma última nota, para chamar a atenção de como a SATA funciona mal.

Nós sabemos que, recentemente, um dos novos aviões da Dash foi rebaptizado com o nome *Graciosa* que é, precisamente, o nome do avião que sofreu o acidente em 1999. Para os pilotos, rebaptizar um avião com o mesmo nome de um avião que caiu é uma prática não muito bem vinda. Parece-me que isto demonstra que a direcção da empresa SATA não fala com os pilotos nem com os funcionários sobre esta questão, porque os próprios pilotos foram apanhados de surpresa em relação a este problema.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que a abordagem que o Governo fez a este assunto, que está materializado aqui perante esta casa nesta Proposta de Resolução do CDS/PP, foi uma abordagem séria e uma abordagem de, efectivamente, dissecar as razões que justificam uma opção ou outra.

Aliás, eu penso que não cometo inconfidência nenhuma relativamente aos Srs. Deputados do Partido Socialista eleitos pela Ilha Terceira se disser que, logo após a minha tomada de posse, houve a oportunidade de reunirmos, a pedido dos Srs. Deputados. Uma das questões que esteve em cima da mesa nesta reunião foi exactamente, em primeiro lugar, a questão do serviço de transporte aéreo na Ilha Terceira; em segundo lugar, a questão do destino do *Dornier* no âmbito da reestruturação da frota da SATA; e, em terceiro lugar, por que razão é que, efectivamente, não haveria o estacionamento ou a base de um avião *Q-200* na Ilha Terceira.

Esta reunião foi tida logo em finais de Novembro, inícios de Dezembro e os Srs. Deputados – penso que não estou a cometer inconfidência nenhuma – transmitiram-me efectivamente um conjunto de argumentos em que colocavam esta questão. Da mesma forma que, depois, o CDS/PP resolveu trazer aqui esta matéria e resolveu torná-la em Proposta de Resolução.

Isto para lhes dizer, ao Sr. Deputado Artur Lima como proponente e a toda a câmara, que a abordagem que fizemos a esta matéria foi de dissecar as razões que podem justificar uma ou outra opção. Colocar a questão é inteiramente legítimo. É inteiramente legítimo, não só do ponto de vista político, porque isso é, mas mesmo do ponto de vista de opção estratégica.

Eu gostaria de, uma vez que estamos perante esta Proposta de Resolução, partir neste nosso debate exactamente dos pressupostos desta Proposta de Resolução.

A proposta é clara no seu articulado, em termos dos seus pressupostos, nomeadamente a questão do eficaz e eficiente sistema de transportes aéreos e a importância que ele tem; o facto de haver um *ATP* que teve base na Terceira e o *Dornier* que tem base na Terceira; o facto de poder haver perturbações climáticas, que é um dos argumentos também invocados pela Resolução; o não poder ser gerida esta matéria com base numa filosofia centralista e economicista; e o facto de ser necessário garantir uma melhor operacionalidade, gestão de rotas, frota e tripulações e que isso se conseguiria com o estacionamento de uma aeronave na Terceira.

Eu gostava de, fundamento a fundamento, tentar demonstrar à câmara as razões que, da parte do Governo e da parte da administração da SATA, justificam esta posição. Contudo, em primeiro lugar, parece-me que é importante clarificarmos alguns aspectos.

Em primeiro lugar, clarificar um que me parece essencial, salvo o devido respeito à opinião contrária.

É que uma coisa é o estacionamento de uma aeronave na Terceira, outra coisa diferente será o facto de ela ter base na Terceira, outra coisa ainda é ela pernoitar na Terceira durante x tempo e coisa completamente diferente é a qualidade e a eficiência do transporte aéreo para o serviço da Terceira.

Até podemos, porque me parece útil nesta abordagem, da mesma forma que falamos da Terceira, falar de outra ilha qualquer, porque este argumento e todos estes argumentos se colocam em relação a qualquer outra ilha que não tenha a base da SATA, ou seja, que não seja São Miguel. O mesmo argumentário pode ser desenvolvido em relação ao Pico, em relação ao Faial e, em última instância em termos de discussão, o argumentário pode também ser utilizado em relação às Flores. Isto, do ponto de vista da eficiência do transporte aéreo, que é uma coisa diferente.

Por outro lado, há um outro argumento que me parece importante também clarificar, que tem a ver com a questão da segurança.

Não me parece – como tentarei explicar – que o estacionamento de uma aeronave noutra ilha que não aquela que tem a base operacional contribua para a segurança de voo ou possa contribuir para a segurança da operação aérea.

Dito isto, em relação ao *Dornier* convém clarificar o seguinte: o *Dornier* deixa de existir com esta reestruturação da frota da SATA, é abatido ao efectivo da SATA, não há mais *Dornier*.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Até já o vendeu.

O Orador: Em segundo lugar, é importante salientar o que o *Dornier* faz actualmente. O *Dornier*, actualmente, faz três voos por semana, serve única e exclusivamente a rota do Corvo e tem uma média de passageiros, do seu ponto de partida, no caso a Terceira, de 3 passageiros locais por voo, ou seja, 3 passageiros da ilha por voo. Como só serve a rota do Corvo, foram essas também razões que justificaram o facto de ele estar estacionado, ter a sua base, na Terceira.

Os factos que contribuíram para que essa decisão fosse tomada têm a ver com as próprias características da aeronave: o facto de não ser uma aeronave pressurizada e o facto de a sua manutenção não ser uma manutenção que exija, do ponto de vista técnico, do ponto de vista de formação, do ponto de vista de certificação de espaço e de recursos humanos, o mesmo tipo de certificação que é exigido no caso concreto para outras aeronaves, como é caso do *Dash*. Este é um aspecto que me parece importante, para sabermos o que o *Dornier* faz actualmente e qual é a importância, qual é o impacto que ele tem, em termos de estacionamento na Ilha Terceira.

Posto isto, passemos à questão dos argumentos da Resolução.

Primeira questão, a questão das perturbações climáticas. Ou seja: faz diferença se, efectivamente, nós temos uma aeronave estacionada noutra ilha que não São Miguel e as outras aeronaves em São Miguel? Há algum registo que nos permita indicar que é penalizador para o serviço de transporte aéreo estar a frota estacionada apenas numa ilha?

Eu gostava de trazer à atenção da câmara alguns dados que me parecem importantes, tomando por base a operação de 2008 da SATA. Em 2008, a SATA Air Açores realizou 12.803 voos. Desses 12.803 voos, 263 foram cancelados por razões meteorológicas. Desses

263, 12 cancelamentos reportam a Ponta Delgada e 14 cancelamentos reportam à Terceira. Mesmo assim, não é correcto dizer-se que, quer no caso da Terceira, quer no caso de Ponta Delgada, isso tenha a ver com as condições do próprio aeroporto. Muitas das vezes, o que influi neste cancelamento são condições nos aeroportos de destino, por exemplo, uma partida da Terceira para São Jorge, uma partida de Ponta Delgada para a Graciosa, ou uma partida de Ponta Delgada ou da Terceira para o Pico.

Isto serve para dizer que não é por causa da diferença de dois voos cancelados que seja correcto afirmar-se que Ponta Delgada tem menos cancelamentos do que a Terceira. Não, o que eu pretendo demonstrar à câmara com a invocação deste facto é que, do ponto de vista de condições climatéricas, de perturbações climáticas, não há uma diferença substantiva entre uma e outra. O problema não se coloca entre a Terceira e São Miguel. O problema tem a ver, infelizmente, com outros aeroportos e com condicionalismos de outros aeroportos. Daí que não seja correcto dizer-se, pelo menos não é sustentado por dados, que há prejuízo, numa situação de perturbação climática, por se ter as aeronaves concentradas numa única ilha.

O segundo argumento que a Resolução invoca é que concentrar a frota toda numa só ilha é uma filosofia economicista da frota da SATA e que o Governo não pode sustentar essa gestão economicista.

Também aqui eu discordo, porque a prática que o Governo tem tido, salvo mais uma vez o devido respeito a melhor opinião, não é, de forma nenhuma, esta. Se o Governo, ainda recentemente, quando lançou as novas obrigações de serviço público, teve uma redução substantiva em termos de tarifas aéreas – para as ilhas da coesão em mais elevado grau e, sem ser para as ilhas da coesão, em menor grau – penso que isso não permite dizer que a gestão do transporte aéreo seja feita numa perspectiva economicista.

Por outro lado, mesmo que queiramos alargar esta abordagem a outras áreas da governação que não apenas a questão dos transportes aéreos, gostava também de dizer que o Governo tem um conjunto de mecanismos de diferenciação positiva de outras ilhas que contraria por completo aquilo que pode ser a acusação de uma gestão economicista.

Mas vamos àquilo que eu considero talvez ser, em termos de argumentário – pelo menos foi assim que encarei a proposta do CDS/PP –, o cerne dos argumentos que são apresentados para justificar a proposta, que são: a melhor operacionalidade, a melhor gestão de rotas, a

melhor gestão de frota e a melhor gestão de tripulações, que se garantiria com uma aeronave estacionada na Ilha Terceira.

Eu faria aqui apenas um parêntesis, para clarificar o seguinte: a situação, em termos de pernoita na Terceira, manter-se-á exactamente como existe actualmente, em termos de ATP: no Inverno, duas vezes por semana.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): No Inverno, exactamente.

O Orador: A operacionalidade da frota da SATA não tem a ver com a localização das bases operacionais da companhia. A operacionalidade da frota da SATA tem a ver com horários, tem a ver com capacidade de carga, tem a ver com a articulação com outros meios de transporte ou com outras transportadoras do mesmo meio. Nós podemos discutir isso e, se calhar, podemos até dizer que há trabalho a fazer nessa área.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É exactamente isso, Sr. Secretário!

O Orador: Agora, na minha opinião, o que nós temos de dizer claramente é que isto não tem a ver com o estacionamento de uma aeronave. Isto tem a ver com definição de horários, tem a ver com a atenção a uma articulação de horários, não tem a ver com o facto de uma aeronave estar localizada num sítio, na ilha *A* ou na ilha *B*.

Não vale apenas um argumento pela negativa, há um argumento também pela positiva: por que razão é que a gestão da frota numa única base é a mais correcta?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, é?!

O Orador: A gestão da frota numa base é a mais correcta.

Há duas noções fundamentais que, em função daquela que é a nova frota da SATA, nós temos de ter presentes nesta discussão. A primeira tem a ver com aquilo que se considera uma gestão dinâmica da capacidade de aeronaves.

Conforme os Srs. Deputados sabem, são quatro *Dash Q-400* e dois *Dash Q-200*. Mesmo que retiremos um *Dash Q-200* para serviço noutra rota, por exemplo entre o Funchal e Porto Santo, nós temos aeronaves que têm, sobretudo o *Q-200*, uma flexibilidade muito grande. É uma aeronave que pode funcionar só com passageiros e com um porão de carga, mas que também pode funcionar quer numa versão *combi* – ou seja, passageiros e carga – quer numa versão só de carga.

Em que consiste essa gestão dinâmica da capacidade? Consiste, exactamente, em haver uma disponibilidade, por parte da gestão da companhia, de em cada momento poder afectar, em

função das necessidades de carga ou de passageiros, uma aeronave específica a uma determinada rota. Isso não se consegue com uma dispersão de frota, porque não é possível, com o estacionamento de uma aeronave noutra ilha...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto não é dispersar a frota!

O Orador: ...fazer essa gestão dinâmica. Não é possível ter a disponibilidade de gerir, se é necessário ir o *Q-200* à saída de São Miguel, ou se é necessário ir um *Q-400* à saída da Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É, é!

O Orador: Ou, pelo menos – gostava também de colocar a questão, em boa verdade, nesses termos –, dificulta essa gestão dinâmica da capacidade da frota.

Ainda há uma outra ideia, que é a seguinte: a SATA acaba por, em função das características da frota, ter apenas não essa gestão dinâmica da sua capacidade mas, mesmo em termos de tripulações, ter a possibilidade de gerir. Não é tanto a ideia de as tripulações poderem utilizar ambas as aeronaves, salvaguardados os devidos critérios de segurança.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já lá vamos, já lá vamos!

O Orador: Há países que têm isto, é um processo que é reconhecido pela Federação, pela FAA...

Presidente: Sr. Secretário, atingiu os 15 minutos, agradecia que terminasse.

O Orador: Já estou a terminar, Sr. Presidente.

...pelos Estados Unidos, pelo Canadá, por um conjunto de países. Mas o problema não é tanto este. O problema é que, efectivamente, relacionado com essa questão da gestão dinâmica da capacidade, coloca-se também o problema da tripulação que é afectada a uma determinada aeronave. Por aí, esta questão também dificulta.

Terceiro aspecto, para terminar muito rapidamente.

Coloca-se também aqui uma questão da própria manutenção das aeronaves. Isso é uma diferença que existe entre a actual situação do *Dornier* e a situação dos *Q-200*.

Os *Q-200* são aeronaves que têm, do ponto de vista da complexidade técnica, uma realidade completamente diferente do *Dornier*. Exigem certificação das instalações, exigem certificação do pessoal, exigem determinado tipo de equipamento que, se optarmos por uma situação de separação da base, não é um aumento exponencial, não é um aumento *qua tale*,

mas aumenta e duplica um conjunto de necessidades, um conjunto de disponibilidades, melhor dizendo, que a SATA deve ter para esse tipo de manutenção.

Posso dizer-vos, apenas a título de exemplo – termino já, Sr. Presidente – que, em termos de certificação de espaço, é um processo que leva cerca de 5 anos. 5 anos foi o que levou para certificar o espaço, em Ponta Delgada, para a manutenção das aeronaves *Dash*. Em termos da certificação do próprio pessoal técnico para fazer essa manutenção, é também um período aproximado.

Essa solução implicaria que houvesse uma duplicação de equipamento de manutenção, uma duplicação de peças e de outros consumíveis, uma duplicação do *stock* de sobressalentes e é isso que leva a que se considere que, em relação a esta opção, ela não é, efectivamente, comportável. Há números que são apontados pela companhia como aquilo que seria uma previsão para se manter, em termos anuais, esta situação, ou seja, para termos uma base que serviria apenas uma aeronave.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade.

O Orador: Nós temos, por exemplo, em termos de custos anuais, em termos de pessoal adicional – isto são custos directos, custos que podem ser contabilizados –, uma previsão de cerca de 2,5 milhões de euros anuais de custos directos, em termos de pessoal. Em termos de estrutura de manutenção, há uma contabilização, por parte da companhia, de que esse investimento poderia chegar a cerca de 300 a 400 mil euros por ano. Depois, haveria toda a questão da habilitação, do investimento inicial que seria necessário fazer nas próprias infra-estruturas físicas, que andaria à volta de 1 milhão de euros. Para além disso, haveria ainda que contabilizar – e há, efectivamente, que contabilizar – aquilo que se considera ser a perda de flexibilidade na gestão da frota. Essa perda está estimada em cerca de 1 milhão e 300 mil a 1 milhão e 400 mil euros. Isto quanto a custos directos.

A estes custos acrescem outros, indirectos, mais difíceis de contabilizar, que têm por exemplo a ver com questões laborais. O acordo da empresa, da maneira como está feito, não permite esta solução. Não permite uma solução, tendo em vista a disciplina do acordo de empresa, de contratação directa, por exemplo de chefes de cabine. Ou seja, o argumento que é utilizado pelo Sr. Deputado Artur Lima para justificar é um argumento que, efectivamente, não justifica.

Por último, gostava apenas de responder ao Sr. Deputado José Cascalho, naquilo que o tempo me permite, para lhe dizer o seguinte: Sr. Deputado, efectivamente a SATA tem uma estratégia. Tem uma estratégia, não apenas em termos da gestão quotidiana do transporte aéreo, mas sobretudo naquilo que são investimentos estruturantes para a companhia, como é o caso da aquisição da frota. Se a SATA não tivesse essa estratégia, não teria adquirido um *Q-200* com as suas virtualidades em termos de carga e passageiros. Fá-lo, ou fê-lo, porque efectivamente compreende que é necessário ter uma capacidade de resposta para as necessidades futuras dos Açores.

Há ilhas que têm, neste momento, gravíssimas carências em termos de escoamento de carga. É o caso das Flores, em termos de pescado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Até que enfim! Antes diziam que não.

O Orador: ... – eu já reconheci isso aqui –, é o caso do que se passa, por vezes, na Graciosa. Esta aquisição está integrada nessa opção estratégica.

Poderia continuar, mas o tempo tem esta limitação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este Projecto de Resolução do CDS/PP, devo dizer, em primeiro lugar, que o Partido Socialista concorda com algumas questões que lhe estão inerentes.

Por exemplo no que se refere à importância que preconiza de um desenvolvimento harmónico e de uma visão arquipelágica, que deve estar inerente ao modelo de desenvolvimento dos Açores e que, convém dizer, tem sido uma evidência na governação socialista e para a qual o PS tem dado um importante contributo, como, aliás, se pode comprovar por diversos indicadores económicos, pela diversificação das actividades económicas que hoje existem, não só na Terceira, mas nos Açores, sendo a SATA e o modelo que o Governo implementou, inerente ao modelo de transportes da SATA, um factor crucial.

Da mesma forma que será importante referir, tendo em conta ainda este Projecto de Resolução, a importância das acessibilidades e do transporte de passageiros e de cargas, enquanto factores cruciais para um desenvolvimento equilibrado da Região. Também são

importantes e nós, naturalmente, subscrevemos. Aliás, será justo dizer, mais uma vez, que o Partido Socialista da Terceira e dos Açores e a governação socialista têm preconizado esses objectivos. Nós temos, hoje, na Terceira – é inegável –, mais toques, com maior frequência, com melhores horários, melhores ligações e novas ligações a novos destinos. Temos, portanto, melhorias significativas no modelo de transportes nos Açores.

Contudo, inerente a este assunto, julgamos ser importante desmistificar e clarificar algumas questões que têm sido partidariamente capitalizadas, principalmente na Ilha Terceira, quando se discute o fim da pernoita, ou de estacionamento, ou do “*baseamento*” de uma aeronave na Terceira.

Deputado João Costa (PSD): Pode ser na Ilha Terceira, que tem todos. Foi uma reivindicação do Sr. Presidente da Câmara.

O Orador: Quanto à questão do *Dornier*, o Sr. Secretário Regional da Economia já esclareceu, muito claramente, que o *Dornier* desaparece de rota, sai de rota, deixa de operar nos Açores. Não se trata da passagem do *Dornier* de uma ilha para outra ilha.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sai de operação.

O Orador: Sabemos também – e o senhor também sabe, mas faz de conta que não sabe, porque não lhe convém – que o *Dornier* deixa de operar mas não será substituído por um avião com as mesmas características. Aliás, sabe isso tão bem quanto eu.

Por outro lado, é importante dizer que o CDS/PP tem, nesta questão, alguma desonestidade intelectual, aliás como é apanágio deste CDS/PP, porque pretende comparar o incomparável. Compara um *Dornier* a um *Q-200*, quando sabe muito bem que são aeronaves diferentes e que a chegada da nova frota implica, naturalmente, uma nova e diferente gestão de frota.

Outra questão que, infelizmente, tem sido profundamente capitalizada na Ilha Terceira é a questão do emprego, do emprego das pessoas que trabalham na SATA da Terceira. Obviamente que esta é uma preocupação que nós temos, é uma situação e um problema que deve, naturalmente, ser acautelado. Nós, hoje, temos declarações e afirmações categóricas por parte da SATA que nos dizem que nenhum funcionário da SATA na Ilha Terceira perderá o seu posto de trabalho ou competências, pelo contrário.

É importante este dado também ficar registado, para que não seja utilizado indevidamente, como arma de arremesso político, na Ilha Terceira. Aliás, se isso acontecesse e se isso

estivesse em causa, seríamos nós, o PS e os deputados do PS, os primeiros a insurgir-nos contra essa situação.

(Risos da câmara)

Quanto à outra questão que tem sido, na nossa perspectiva, profundamente capitalizada e negativamente aproveitada, a questão da protecção civil, quando se fala em protecção, naturalmente falamos...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu gostaria de continuar.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias está no uso da palavra, agradecia que o deixassem continuar.

O Orador: Ouvimos também preocupações legítimas e sérias sobre a questão da protecção civil, inerentes à suposta e alegada saída da aeronave da Ilha Terceira.

Todos sabemos que não é a SATA que tem de responder de imediato a situações de catástrofe e os senhores sabem isso perfeitamente. Todos sabemos também que hoje nenhum terceirense se sente mais ou menos seguro devido ao *Dornier* estar estacionado na Terceira. Isso é uma evidência que os senhores, naturalmente, têm de reconhecer.

A questão do *ATP* e do *Q-200* também o Sr. Secretário já esclareceu, garantindo que continuaremos com a pernoita do *Q-200*, à semelhança do que acontecia com o *ATP*, de Inverno.

Sobre esta questão, é importante dizer que nós sabemos e acreditamos que o papel da Terceira será reforçado com esta nova frota: com mais toques, com horários adaptados às necessidades das populações, tendo em conta as características destas novas aeronaves, mais versáteis, com maior capacidade de carga e com maior capacidade e versatilidade para responderem às necessidades das dinâmicas sociais e económicas da Ilha Terceira e dos Açores.

Uma melhor gestão financeira e de recursos por parte da SATA é sinónimo de melhor serviço público e de garantias do cumprimento das obrigações de serviço público que a

SATA não pode descurar. Melhor serviço público não resulta de pernoitas ou de estacionamento, mas sim do número de toques, de melhores horários, de melhores frequências, que sirvam, de facto, os cidadãos da Terceira e dos Açores.

Se, algum dia e devido a estas questões, este serviço público fosse posto em causa, por questões financeiras ou economicistas, o Partido Socialista seria, naturalmente, o primeiro a insurgir-se sobre estas matérias. Todos nos devemos orgulhar do que a SATA tem conseguido e do serviço público que tem prestado nos Açores, sendo hoje, como é sabido por todos, um dos pilares da nossa autonomia.

Quanto ao desenvolvimento e à centralidade da Terceira, outra nota e outras afirmações constantes que os “*profetas do Apocalipse*” tentam capitalizar com esta questão, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cresce e aparece! Tanta asneira!

O Orador: Esse ar paternalista fica-lhe muito mal, Sr. Deputado.

...o desenvolvimento da Terceira passa por boas acessibilidades, sendo a SATA um importante instrumento para tal. Boas infra-estruturas, bons hotéis, boas empresas, dinâmicas económicas e sociais é que dão um verdadeiro desenvolvimento à Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem, Sr. Deputado, mas para São Miguel.

O Orador: Como nos tem habituado o CDS/PP, este Projecto de Resolução roça a irresponsabilidade, é demagógico, é populista e pode pôr em causa princípios fundamentais de serviço público que temos a obrigação política de acautelar e, por isso, votaremos contra. Não posso terminar sem colocar uma questão ao Sr. Deputado Artur Lima. O Sr. Deputado, quando apresentou este Projecto de Resolução, disse-nos que estaria e estava a enumerar as vantagens que decorreriam do estacionamento de uma aeronave na Ilha Terceira. Eu gostaria de saber em que é que o senhor se baseia para afirmar e enumerar essas vantagens. Para já, é só.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(* Deputada Carla Bretão (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O CDS/PP apresentou a esta Assembleia um Projecto de Resolução que, no fundo, transmite também uma grande preocupação do PSD e, por isso, vamo-nos associar a esta intenção expressa por parte do CDS/PP.

Relembro que a 19 de Fevereiro último o PSD trouxe uma declaração política a esta casa, dizendo qual a sua posição sobre esta matéria e afirmando, mesmo, que a decisão que a SATA Air Açores decidiu tomar punha em causa a eficácia do serviço público que lhe compete prestar a todos os açorianos. Reafirmamos hoje esta posição e gostávamos de reafirmar também os pressupostos desta nova preocupação. Alguns deles já foram aqui ditos e o Sr. Secretário já os tentou desmistificar, no entanto não nos convenceu.

Não nos convenceu, porque é um facto que existem factores determinantes que põem em causa este serviço público e que, se até agora não os perceberam, penso que tenho o dever de voltar a explicar, talvez para ajudar não só o Governo Regional como também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a perceber quão nefasta é esta decisão da nossa empresa pública de transporte aéreo. São questões relacionadas com as condições meteorológicas, tão conhecidas de todos nós, são questões relacionadas com a possibilidade de ocorrência de catástrofes e são questões relacionadas, necessariamente, com a melhoria da operacionalidade dos voos.

Sendo assim, gostaria de explicar que tanto as condições meteorológicas como as condições de catástrofes não são uma ilusão, são algo que pode acontecer. O Sr. Secretário dizia que as questões dos nevoeiros não se colocavam, ou colocavam-se muito poucas vezes. Contudo, ainda no outro dia isso aconteceu e as operações na Região ficaram canceladas, pelo facto de a pista de Ponta Delgada ter ficado fechada por nevoeiro. Relativamente às catástrofes, não estamos livres de acontecer um sismo nocturno e de a pista de Ponta Delgada ficar fechada. É preciso lembrar que São Miguel tem apenas uma pista no seu aeroporto e isso inviabilizaria todas as operações no resto do arquipélago.

Tudo isto tem de ser equacionado neste tipo de decisões. Por isso mesmo, parece-me sempre bom lembrar que essas coisas podem acontecer. Claro que não queremos que aconteçam e, felizmente, ocorrem poucas vezes, mas podem acontecer.

Para além de tudo isto, há uma questão fundamental, a questão técnica operacional, que se coloca ao nível de mais e melhores ligações entre o Grupo Central e o Grupo Ocidental. Esta é a verdadeira questão de serviço público. É para aqui que a SATA tem de olhar e

pensar que, em todas as decisões que toma relativamente à compra de quaisquer aviões e em todos os custos que o Sr. Secretário tentou, aqui, lançar para o ar, já tinha de pesar o serviço público, já tinha de pesar que tem, necessariamente, de melhorar as ligações entre todas as nossas ilhas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nesta matéria, e uma vez que uma das razões que levaram à compra do *Dash-200* seria melhorar as ligações entre a Graciosa, São Jorge e as Flores, gostaria de perguntar como irão fazer isso, se vão estacionar a aeronave na outra ponta do arquipélago. Vão depois fazê-la dar pulinhos entre Ponta Delgada e a Terceira, com os necessários gastos que isso tem.

Para além disso, há aqui dois pontos que desmontam totalmente os argumentos de poupança da SATA Air Açores: o facto de se ter de recolocar uma aeronave de manhã e à noite e o facto de se ter de fazer troca de tripulações a meio do dia significam tempo e gastos desnecessários.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isso mesmo podemos verificar e vou dar exemplos de situações em que a troca de tripulações a meio do dia é um exemplo de tempo e dinheiro mal gasto.

Podemos começar pelo dia 15 de Abril deste mesmo ano, em que entre Terceira e Ponta Delgada existiram dois voos com a diferença de 50 minutos: um voo às 12 horas e um voo às 12 horas e 50 minutos. O voo das 12 horas teve uma ocupação de 9 passageiros, o voo das 12 horas e 50 minutos uma ocupação de 28 passageiros.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Qual era o destino? Com destino à Terceira?

A Oradora: Dois voos, com uma distância de 50 minutos, com taxas de ocupação baixíssimas, apenas para se ir trocar de tripulação.

Mas há mais.

Dia 21 de Abril, um voo Terceira/Ponta Delgada ao meio-dia e um voo Terceira/Ponta Delgada às 13 horas. Uma hora de diferença. O voo do meio-dia tinha a ocupação de 4 passageiros, o voo das 13 horas uma ocupação de 22 passageiros.

Vamos mais à frente, porque lhe posso dar mais exemplos.

Dia 23 de Abril deste ano, um voo Terceira/Ponta Delgada às 12 horas e um voo Terceira/Ponta Delgada às 13 horas. O voo das 12 horas teve uma ocupação de 15 passageiros, o voo das 13 horas uma ocupação de 15 passageiros.

Será que é preciso explicar muito mais para se perceber que um destes voos poderia estar a fazer uma ligação importantíssima entre o Grupo Central, ou para o Grupo Ocidental? Penso que factos são factos e não há argumentos que possam dizer que é preciso concentrar toda a frota em São Miguel.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A SATA escondeu essa informação.

A Oradora: Estes são custos desnecessários, são custos que podiam ser utilizados a fazer o verdadeiro serviço público e é isso que não é feito.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Para além disso, o Governo Regional tem alegado razões de poupança e alguns números já foram aqui avançados, mas nunca foram provados. O Sr. Secretário nunca apresentou qualquer estudo ou qualquer documento que sustentasse a sua argumentação, quer na Comissão de Economia, quer nesta Assembleia.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Fica, assim, por provar o custo de um avião na Terceira *versus* os custos de concentração em São Miguel.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exactamente.

A Oradora: Não só os custos económicos, porque não estamos aqui a falar só de custos económicos, estamos a falar de custos ao nível dos incómodos criados na mobilidade dos açorianos e no risco que se assume de não precaver as tais situações de catástrofe.

Penso que percebemos que o Governo Regional dá, realmente, primazia às razões economicistas e de centralismo da empresa pública – e, se assim não é, mais grave se torna, Sr. Secretário –, em detrimento de um verdadeiro serviço público, de que todos os açorianos estão à espera.

Por fim, por agora, gostaria apenas de fazer minhas as palavras de um deputado da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que afirmava, num seu artigo de opinião, ainda há muito pouco tempo, e cito: «*Sinceramente, não merecemos nem queremos esta SATA. Merecemos e queremos uma empresa aérea regional que responda com razoabilidade e em*

tempo útil às solicitações imprescindíveis ao nosso desenvolvimento». Já agora, que tal implementar horários inter-ilhas que sirvam todos os açorianos e não apenas alguns?

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Economia referiu que a SATA tem uma estratégia. Eu desafio-o, Sr. Secretário da Economia, a que nos apresente documentos que provem, ou que demonstrem, essa estratégia da SATA.

Esses documentos podem ser um plano para a utilização da nova frota, com as devidas avaliações, as diferentes hipóteses e as opções que foram escolhidas devidamente fundamentadas.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Isso é público, está na Internet, no *site* da SATA! O senhor vá lá e veja!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Economia fez aqui uma longa intervenção, que teve o condão de nos adormecer um pouco sobre este assunto e, ao introduzir uma enorme quantidade de dados, fez com que a informação seja mais complexa e seja mais difícil, para aqueles que estiveram a ouvir, discernir aquilo que é fundamental. Sr. Secretário, o que lhe vou dizer são coisas absolutamente direccionadas e simples de entender, pelo que qualquer um as entende.

Primeira condição: é evidente que, para o Grupo Ocidental – e é nesta perspectiva que estou a analisar este problema, nomeadamente também no que diz respeito à Ilha do Corvo –, a base logística concentrada em São Miguel fica mais longe do que se tivéssemos uma frota com uma localização descontínua e plural Parece-me absolutamente evidente. Os senhores

dizem-me que a base logística ficar mais distante, a 600 km em vez de a 300 km, é indiferente tendo em conta as tecnologias actuais. Os senhores sabem que isso não é assim, ninguém elabora nenhum estudo nem nenhum raciocínio nessa base.

Segundo factor fundamental para defender a descontinuidade.

(Aparte inaudível do Deputado Manuel Herberto Rosa)

O Orador: Sr. Herberto, não seja tão seguidista e pense também nos interesses da Ilha das Flores.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): É precisamente nisso que estou pensando. Tenho muitas horas de voo!

O Orador: Já está quase a sair deste Parlamento, mas não esteja de férias antes do tempo em relação à defesa dos interesses do Grupo Ocidental.

O segundo ponto fundamental é o seguinte:

Evidentemente que na Terceira e na Ilha de São Miguel, como todos nós conhecemos, podem suceder condições atmosféricas diferentes. Se a frota estiver concentrada num único local, se esse local tiver más condições atmosféricas, isso significa menores possibilidades de realizar a operação. Isto parece-me evidente, parece-me absolutamente linear. Podem apresentar-me uma série de argumentos, mas estas são questões básicas e simples, que todos compreendem.

Tendo em conta estas questões lineares, que são, de facto, em primeiro lugar, ser mau concentrar a frota num único local; em segundo lugar, em relação ao Grupo Ocidental, a frota ficar mais distante...

Ou discorda, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Eu não disse nada.

O Orador: É uma “*verdade de La Palice*”.

...considerando estes dois factores, evidentemente que esta solução que o CDS/PP apresenta é uma solução que o PPM perfilha totalmente e, portanto, votará a favor.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, faça o favor.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Realmente, compreendendo a vida do Sr. Secretário e os seus compromissos, anuí e anuímos todos a que se prolongasse mais um pouco esta discussão.

Contudo, são agora 20 horas e 30 minutos, eu tenho um programa de televisão às 21 horas, tenho muita coisa para dizer e, Sr. Presidente, pela minha experiência, não prevejo que esta discussão acabe na próxima meia hora ou, sequer, em 45 minutos, nem mesmo numa hora.

Peço desculpa ao Sr. Secretário, mas não lhe posso ser mais útil do que fui e, realmente, penso que a nossa tolerância já passou. Efectivamente, previa-se breve a discussão mas ela é complicada e, portanto, terá de ficar para a amanhã, Sr. Presidente, porque eu não tenho mais disponibilidade para estar aqui. Aliás, tal como o Sr. Deputado Paulo Estêvão e presumo que também outros deputados, que terão, como eu, o programa às 21 horas.

Muito obrigado.

Presidente: Peço aos Srs. Líderes Parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência que se aproximem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, respondendo à interpelação e às razões do Sr. Deputado Artur Lima, numa breve reunião da Conferência de Líderes decidimos interromper por hoje. Retomaremos esta Resolução amanhã, sem PTAP, pelas 10 horas da manhã e terminaremos, esgotaremos a nossa agenda amanhã.

Boa noite e até amanhã às 10 horas.

Muito obrigado.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 30 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso Ventura

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documento entrado

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Cria o Vale Saúde

Apesar dos inegáveis investimentos no sector da saúde, a par dos avanços científicos e tecnológicos, o Sistema Regional de Saúde ainda apresenta dificuldades em atender em tempo, considerado útil, às necessidades de intervenção cirúrgica com carácter não urgente.

O próprio Governo Regional reconhecendo esta dificuldade, implementou e operacionalizou uma melhoria da acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde, através da recuperação da lista de espera cirúrgica de utentes inscritos com o tempo igual ou superior a vinte e quatro meses, consubstanciada no Despacho Normativo n.º 5/2008, de 31 de Janeiro de 2008, no Despacho Normativo n.º 60/2008 de 4 de Julho de 2008 e no Despacho Normativo n.º 36/2009 de 28 de Maio que determinou a recuperação de listas de espera cirúrgicas de utentes inscritos com tempo igual ou superior a 18 meses.

Apesar do empenho da Região na recuperação das listas de espera cirúrgicas, ainda existem especialidades onde a capacidade instalada nos hospitais regionais não é capaz de dar resposta aceitável.

O “Vale Saúde” tendo por objecto contribuir para a redução das listas de espera cirúrgicas de forma especialmente rápida e focada, serve para dar uma resposta mais célere e eficaz àqueles casos que estão há demasiado tempo em lista de espera para cirurgia nos hospitais regionais.

Pela via da redução dos tempos de espera para realização de cirurgias procura-se, assim, prosseguir um melhor atendimento e conferir maior eficácia e humanização ao Serviço Regional de Saúde.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, nos termos dos artigos 31.º, n.º 1, alínea d), 37.º e 59.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 114.º e seguintes do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresenta o seguinte Projecto de Decreto Legislativo Regional:

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma cria o Vale Saúde na Região Autónoma dos Açores, que se destina exclusivamente ao pagamento de cirurgias aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Artigo 2.º

Conceitos

Para efeitos do presente Decreto Legislativo Regional, entende-se por:

- a) «Beneficiários», os utentes do Serviço Regional de Saúde em lista de espera para cirurgia, nos hospitais da Região Autónoma dos Açores, para além dos prazos clinicamente aceitáveis;
- b) «Lista de espera cirúrgica regional», a lista única de beneficiários compilada pelo departamento governamental com competência em matéria de saúde, organizada por

especialidade e por ordem decrescente de antiguidade e com identificação da unidade de saúde de referência;

c) «Vale Saúde», o sistema suportado pelo Governo Regional, através do departamento governamental com competência em matéria de saúde, em moldes a definir, no sentido de custear os encargos decorrentes de cirurgias aos beneficiários em entidades prestadoras convencionadas para o efeito;

d) «Entidade prestadora», unidade de saúde privada pertencente ao sector social, designadamente Misericórdias, outras instituições particulares de solidariedade social e entidades de natureza mutualista, protocolada, contratada ou convencionada para a realização de cirurgias aos beneficiários;

e) «Entidade gestora», departamento governamental com competência em matéria de saúde ou em entidade que este delegue.

Artigo 3.º

Lista de espera cirúrgica regional

1. A lista de espera cirúrgica regional, comportando os elementos necessários à identificação de cada beneficiário, atribuirá um código individual sequencial a cada um.

2. A lista de espera cirúrgica regional, actualizada trimestralmente, será disponibilizada publicamente no sítio oficial da internet do departamento governamental com competência em matéria de saúde, salvaguardando-se a identidade dos beneficiários.

Artigo 4.º

Encaminhamento

1. A Entidade Gestora encaminhará os beneficiários para uma entidade prestadora, no mais curto espaço de tempo possível.

2. A Entidade Gestora dará prioridade aos beneficiários com maior antiguidade na lista de espera cirúrgica regional.

Artigo 5.º

Especialidades

Anualmente, por portaria conjunta dos membros do Governo com competência em matéria de saúde e finanças, serão determinadas as especialidades alvo de apoio no âmbito do vale saúde, com indicação das entidades prestadoras e do número previsto de cirurgias para cada especialidade/entidade para o ano a que se reporta;

Artigo 6.º

Avaliação

Anualmente, até 15 de Janeiro, o membro do Governo com competência em matéria de saúde deve remeter à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um relatório circunstanciado de execução, reportado ao ano civil anterior, para efeito de avaliação do impacto da aplicação do presente diploma.

Artigo 7.º

Competência

A emissão, atribuição e gestão do Vale Saúde compete ao departamento Governamental com competência em matéria de saúde, em termos a regulamentar.

Artigo 8.º

Regulamentação

O Governo Regional regulamentará o presente diploma no prazo de 30 dias a contar da sua publicação.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor com o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2009.

O Presidente do Grupo Parlamentar, *Artur Lima*

—

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa*